

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
HUMANO

Raíssa Rodrigues

**NARRATIVAS PRETAS: os feminismos nas vozes de mulheres
negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP**

Taubaté – SP

2023

Raíssa Rodrigues

**NARRATIVAS PRETAS: os feminismos nas vozes de mulheres
negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP**

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha de Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Taubaté – SP

2023

Raíssa Rodrigues

NARRATIVAS PRETAS: os feminismos nas vozes de mulheres negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação.

Linha de Pesquisa: Contextos, Práticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Coorientadora: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro

Data: 28/03/2023

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola – UNITAU

Membro: Profa. Dra. Wendry Maria Paixão Pereira – UNITAU

Membro: Profa. Dra. Carla Lisboa Porto – USP

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

R696n Rodrigues, Raissa

Narrativas pretas : os feminismos nas vozes de mulheres
negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP / Raissa
Rodrigues. -- 2023.
104 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Taubaté, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola,
Departamento de Serviço Social.

Coorientação: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Feminismo. 3. Gênero.
4. Interseccionalidade. 5. Raça. Universidade de Taubaté.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano.
II. Título.

CDD – 305.4

A todas e a todos que foram escravizados e forçados a cruzar o oceano Atlântico e, ainda assim, continuaram acreditando que a transformação do mundo era possível. E à minha avó Cecília, a primeira feminista que eu conheci.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais porque, *além de tudo*, eles apostam, confiam e me ajudam a realizar *todos* os meus sonhos. Obrigada por acreditarem muito mais no meu potencial do que eu mesma.

Às mulheres que aceitaram participar deste trabalho, cedendo seu tempo, suas histórias e suas vozes. Vocês foram cruciais, potentes, corajosas e, sobretudo, inspiradoras.

Aos meus colegas da pós-graduação, pelas trocas durante as aulas. Em especial ao Marcelo, que não deixou de me ajudar e de me encorajar, à Marcela, com quem compartilhei angústias e sorrisos, e à Jéssica, que gentilmente colaborou com o título desta pesquisa.

Às minhas orientadoras, que não soltaram a minha mão durante todo esse percurso. Professora Elisa, obrigada por acreditar que o mundo pode ser diferente e melhor e por lutar por isso. Professora Suzana, seu sorriso e o brilho que você tem nos olhos quando fala sobre a arte de contar histórias e dar aulas é contagiante.

À Liliane, minha prima/irmã/amiga e mãe do nosso maior presente: o Gabriel. Obrigada por me aconselhar nos momentos difíceis e por fazer parte de todos os momentos da minha vida.

Ao Victor, que sempre encontrou gestos de amor e palavras de calma para me dizer nos momentos de ansiedade e angústia. Obrigada por me proporcionar a tranquilidade e a leveza que eu precisava para concluir este trabalho.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que garantiu o financiamento e a viabilidade desta pesquisa, por meio de bolsa de estudos.

ANTES DE TUDO

Posso te falar o que você quiser ouvir
Posso te acompanhar por onde você for
Vou aconselhar o que você fizer
A sua alma é seu cobertor

Eu só não posso mais me ver assim
Cada vez mais distante de mim

Eu não quero mais, pouco
Quero voar

Eu perdi o medo da chuva
Pra poder reencontrar
A metade dessa vida
Que não me deixaram usar

Mas é só pedir, que eu vou te levar
Pra dançar em cima do balanço do mar
Me encho de caracóis, peço a benção de Iemanjá
Te dou tudo o que quiser, e até as estrelas

Vem devagarinho, que eu tô te buscando
Eu to chegando no fundo do oceano

Liniker

RESUMO

As ideias, movimentos, mobilizações e manifestações dos feminismos negros emergem como instrumento de luta por reconhecimento e transformação da sociedade diante das injustiças econômicas, sociais e culturais presentes nas opressões de gênero, raça e classe. Logo, compreender os feminismos negros significa perceber a dinâmica histórica que submete as mulheres negras à desigualdade de oportunidades, direitos e até de narrativas. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as percepções (combinando experiência pessoal no sentido ontológico e experiência de toda a humanidade no sentido filológico) – de mulheres negras de São José dos Campos e Taubaté sobre os movimentos feministas negros e a construção de pautas feministas. Como objetivos específicos, busca-se: compreender como se constroem as narrativas de mulheres negras, suas identidades e *práxis*; identificar os desafios contemporâneos na *práxis* dessas mulheres; analisar as influências teórico-práticas na construção identitária; e, conhecer suas estratégias para atuação futura. A relevância da pesquisa está na possibilidade de conhecer a perspectiva de mulheres negras a respeito dos feminismos negros. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa, realizada com a metodologia da História Oral. O instrumento de pesquisa foi entrevista guiada por um roteiro. Foram entrevistadas cinco mulheres negras das cidades de São José dos Campos e Taubaté. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica da triangulação, que articula as narrativas ao contexto e aos(as) autores(as) que discutem as temáticas. Como resultado das análises, percebe-se que as questões raciais e o racismo acompanham toda a trajetória e a narrativa das mulheres entrevistadas. Identificou-se ainda que a aproximação e atuação em movimentos sociais, culturais ou políticos formados por mulheres negras, de cunho estritamente racial ou também feminista, é parte constitutiva essencial do processo identitário das colaboradoras desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano. Feminismo. Gênero. Interseccionalidade. Raça.

ABSTRACT

The ideas, movements, mobilizations and manifestations of black feminisms emerge as an instrument of struggle for recognition in the face of economic, social and cultural injustices present in the oppressions of gender, race and class. Therefore, understanding black feminisms means perceiving the historical dynamics that subject black women to inequality of opportunities, rights and even narratives. The general objective of this research is to analyze the perceptions (combining personal experience in the ontological sense and experience of all humanity in the philological sense) – of black women from São José dos Campos and Taubaté about black feminist movements and the construction of feminist agendas. As specific objectives, it seeks to: understand how the narratives of black women, their identities and praxis are constructed; identify contemporary challenges in the practice of these women; and, to analyze the theoretical-practical influences in the construction of identity and to know its strategies for future action. The relevance of the research lies in the possibility of knowing the perspective of black women regarding black feminisms. This is research with a qualitative approach, carried out with the methodology of Oral History. The research instrument was an interview guided by a script. Five black women from the cities of São José dos Campos and Taubaté were interviewed. Data analysis was carried out using the triangulation technique, which articulates the narratives to the context and authors who discuss the themes. As a result of the analyses, it is clear that racial issues and racism accompany the entire trajectory and narrative of the women interviewed. It was also identified that approaching and acting in social, cultural or political movements formed by black women, whether they are strictly racial or also feminist, is an essential constitutive part of the identity process of the collaborators of this research.

KEYWORDS: Human Development. Feminism. Gender. Intersectionality. Race.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Lula e Geraldo Alckmin oficializam chapa para eleições presidenciais.....	74
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das mulheres entrevistadas.....	45
--	----

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AMNB	–	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
CEP/UNITAU	–	Comitê de ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CFEMEA	–	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLT	–	Consolidação das Leis do Trabalho
CPF	–	Cadastro de Pessoa Física
DIEESE	–	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas
EAD	–	Educação a distância
ENF	–	Encontro Nacional Feminista
ENMN	–	Encontro Nacional de Mulheres Negras
FNMN	–	Fórum Nacional de Mulheres Negras
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAPN+	–	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e mais
MFN	–	Movimento Feminista Negro
MMN	–	Movimento de Mulheres Negras
ONG	–	Organização não-governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PT	–	Partido dos Trabalhadores
RG	–	Registro Geral
RMVP	–	Região Metropolitana do Vale do Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema.....	15
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 Delimitação do Estudo.....	16
1.4 Relevância do Estudo.....	19
1.5 Organização da Dissertação.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 Histórico do Feminismo.....	21
2.2 Feminismos Negros.....	28
2.2.1 Raça e Racismo.....	31
2.3 Interseccionalidade.....	35
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 Delineamento da Pesquisa.....	39
3.2 Tipo de Pesquisa.....	41
3.3 Participantes.....	41
3.4 Instrumentos de Pesquisa.....	43
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados.....	43
3.6 Procedimentos para Análise de Dados.....	44
3.7 Perfil das entrevistadas.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	49
4.1 Identidades e <i>práxis</i>	49
4.2 Desafios contemporâneos na <i>práxis</i> de mulheres negras.....	66
4.3 Influências teórico-práticas na construção identitária e estratégias para atuação futura..	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista.....	99
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	100
ANEXO B – Aprovação do Comitê de Ética.....	102

1 INTRODUÇÃO

Ah, comigo o mundo vai modificar-se.
 Não gosto do mundo como ele é.
 (Carolina Maria de Jesus)

Em tempos em que o “lugar de fala”¹ é tão mal interpretado e mal utilizado, resgato aqui o seu sentido original, na intenção de deixar bem-marcado o lugar de onde eu falo. Assim, pretendo afastar a utópica neutralidade de um tal “sujeito universal” e 100% isento, que se quer detentor de todos os saberes “científicos”.

Sou uma mulher de 30 anos que só se descobriu como mulher há pouco tempo. Talvez uma das frases mais indicadas para explicar isso seja a célebre citação de Simone de Beauvoir (1908 – 1986): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Foi exatamente isso que aconteceu comigo ao longo de minha trajetória de relações sociais e, posteriormente, profissionais. Tenho razões para acreditar que muitas outras mulheres também se identificam com esse processo de reconhecimento e de “tornar-se” mulher.

Nasci e vivi, até os 17 anos, em uma cidade do interior de São Paulo, onde pouco se falava (ou se questionava) sobre a posição da mulher nessa sociedade historicamente pautada pelos interesses do patriarcado², que define e sustenta os padrões de gênero³. Quando comecei a tomar consciência disso, em meio a questionamentos sobre aquilo que “uma mulher deveria ser”, e depois de identificar claramente as violências de gênero que aconteciam comigo e com as mulheres ao meu redor, a busca por conhecimentos que me ajudassem na compreensão desse cenário tornou-se vital.

As teorias feministas – e uma reviravolta em minha vida pessoal e profissional – foram essenciais para consolidar minha consciência sobre *o que é* ser mulher e sobre *como é* ser mulher. Deparei-me com pautas feministas que há anos já eram estudadas e debatidas por indivíduos e grupos, principalmente formados por mulheres. Busca-se, a todo custo, encontrar

¹ No Brasil, o “lugar de fala”, como termo e expressão, ganhou visibilidade a partir da publicação do livro *O que é lugar de fala?* (2017), da filósofa Djamila Ribeiro. A própria autora comenta nesse livro que o conceito é, muitas vezes, mal-empregado, sobretudo em discussões que acontecem no mundo virtual: “Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase ‘fique quieto, esse não é seu lugar de fala’” (RIBEIRO, 2017, p. 33). Mas, não se trata de deslegitimar discursos e nem de impedir certas falas. O que a ideia de “lugar de fala” propõe é apontar e evidenciar o lugar social que cada enunciador(a) ocupa. O “lugar de fala”, ao mesmo tempo, desmascara a pretensão transparente e/ou universal de quem fala e dá relevo para o lugar social daqueles que falam, envolvendo, desse modo, suas condições e experiências históricas, de raça, classe social, sexualidade, entre outras.

² Não existe uma definição unívoca de patriarcado. Para Saffioti (2004), é o nome que se dá à dominação dos homens sobre as mulheres.

³ Para Butler: “Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2004, p. 253).

meios de entender e transformar uma sociedade que carece de igualdade e respeito. O feminismo, em toda a sua pluralidade, confronta a opressão dos homens sobre as mulheres, tanto no campo teórico quanto no prático. Esses dois aspectos têm a mesma importância, pois “[...] o feminismo-movimento e o feminismo do ponto de vista teórico são mutuamente indispensáveis um ao outro” (DELPHY, 2009, *apud* CISNE 2015, p. 103). A *práxis* é um dos conceitos que melhor articula essas dimensões práticas e teóricas⁴.

Collins (2017) afirma que o feminismo é composto, sobretudo, por ideias e movimentos, inclusive políticos, que desejam combater a autoridade que os homens exercem sobre as mulheres. Para Maria Amélia de Almeida Teles (2017), o movimento feminista está diretamente relacionado às ações de mulheres que se dedicam ao combate da discriminação e da subalternidade a que são submetidas. Segundo a autora, esses movimentos buscam criar possibilidades para que as mulheres possam exercer o protagonismo de suas vidas e de suas histórias.

Entretanto, foi uma ativista e filósofa norte-americana que me despertou inicialmente para o fato de que eu não era *apenas* uma mulher: eu era uma mulher *branca* e pertencia a uma *classe social* que me concedia certos privilégios econômicos, sociais e culturais. Durante a leitura de *Mulheres, Raça e Classe* (2016), Angela Davis ensinou-me que considerar apenas a opressão que é sofrida por mulheres brancas e de classe média não é suficiente para provocar as mudanças estruturais necessárias (DAVIS, 2016). Esse grupo específico de mulheres – brancas e da elite – é citado porque suas narrativas foram as que mais repercutiram no que se convencionou como a “primeira onda do feminismo”. Apesar de terem sido amplamente apoiadas por mulheres da classe trabalhadora e por mulheres negras, as protagonistas dessa primeira “onda” de reivindicações feministas por direitos civis e políticos – especialmente o direito ao voto – não acolheram as pautas das operárias ou aquelas relativas à questão racial (ZIRBEL, 2021).

A partir do reconhecimento dessas questões pautadas pelas vozes de mulheres negras, percebi que estudar o pensamento feminista negro era mais do que apenas necessário, era um verdadeiro chamado para todas(os) aquelas(es) que desejam compreender e, especialmente, colaborar com a transformação da nossa sociedade. Mais do que isso, foram mulheres negras que me fizeram perceber que meu lugar e meus privilégios – de mulher branca e de classe média – deveriam ser explicitados em qualquer estudo/pesquisa/trabalho que eu viesse a fazer.

⁴ José Paulo Netto esclarece que, para Marx e Engels, “[...] a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho” (2009, p. 8). A *práxis* “é processo, movimento” (NETTO, 2009, p. 8) que permite que o ser social pense, compreenda e transforme a realidade, dadas as circunstâncias históricas e materiais.

Isto posto, compartilho aquilo que aprendi e que me moveu na direção deste trabalho. As ideias e as manifestações do feminismo negro, em toda a sua pluralidade, emergem como uma alternativa integradora, pois naquele cenário a realidade das mulheres negras não era contemplada por outros movimentos. O feminismo “tradicional”, branco e de classe média, reproduzia, muitas vezes, o racismo, e os movimentos pelos direitos civis dos negros reproduziam o machismo. Os feminismos negros, em seus pensamentos, práticas e movimentos, surgem de questionamentos que consideram a desigualdade, tanto entre homens e mulheres, quanto entre brancos e negros. Crenshaw (2002, p. 171) corrobora este ponto de vista, ao afirmar que “[...] as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes”; portanto, não podem ser tratados separadamente.

Estudar os feminismos, especialmente aqueles pensados e manifestados por mulheres negras, torna evidente que o lugar que elas ocupam em nossa sociedade passa, invariavelmente, por pelo menos três tipos de opressão: raça, gênero e classe. É essa conjuntura que estimula a interpretação dessas opressões de modo interseccional, porque elas se configuram em uma trama de relações que resulta em prismas de desigualdades e violências aos quais a mulher negra é exposta diariamente.

O termo interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw em 1989, nos Estados Unidos, mas, como esclarece Akotirene (2018, p. 17), “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade.” Como indivíduo completo e complexo, a mulher negra experimenta, no seu corpo e na sua pele, as opressões de raça, gênero e classe. Sem cisão, categorias ou hierarquias, vive a experiência localizada e articulada pelos seus marcadores de mulher, de negra e de mulher negra.

No Brasil, alguns dados ilustram essa intersecção de marcadores de gênero, raça e classe, na realidade de mulheres negras. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), em 2021 as mulheres negras representavam 62% de todas as mortes por feminicídio⁵ no país. Em números absolutos, isso significa que, das 1.341 mulheres vítimas de feminicídio em 2021, 831 eram negras. Nos outros tipos de assassinatos violentos, o percentual de mulheres negras sobe para mais de 70%. Esse quadro reflete o já havia sido evidenciado em estudos de anos anteriores. Dados do Mapa da Violência⁶ (2015), do período 2003-2013, indicam que aconteceu uma redução de 9% no feminicídio de mulheres brancas, e

⁵ Essa palavra se popularizou no Brasil a partir de 2015, quando foi aprovada a Lei Federal 13.104/15, conhecida como Lei do Feminicídio. Esse crime é entendido como o assassinato de mulheres em razão de serem mulheres, ou seja, a vítima é morta em decorrência do seu gênero.

⁶ Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil, de Julio Jacobo Waiselfisz.

que o número de mortes de mulheres negras aumentou 54,2%, nesse mesmo período. Segundo dados do estudo denominado “Balanço 10 anos – Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher”, elaborado em 2015 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, que fazia parte do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, 58,55% de todas as mulheres que utilizaram o serviço eram negras.

O gênero e a cor da pele também fazem muita diferença no que se refere à renda. De acordo com levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2019 a renda mensal de mulheres negras no Brasil era de R\$1.471. Esse valor é 42% menor do que a renda média de mulheres brancas e 57% menor do que a recebida por homens brancos. Especificamente no trabalho doméstico – que tem grande relação com o histórico do Brasil escravocrata –, as mulheres ocupam 92% dos postos desse tipo de trabalho, e destas, 65% são mulheres negras. Ainda sobre o trabalho doméstico, a ONU Mulheres afirma que, de todas as trabalhadoras negras no Brasil, 18,6% estão no trabalho doméstico, e destas, 70% não possuem carteira de trabalho assinada, ou seja, não têm seus direitos trabalhistas assegurados.

As desigualdades geradas pelo arranjo gênero, raça e classe perpetuam-se e estão presentes em fenômenos da atualidade, como a pandemia de covid-19. Uma pesquisa realizada pela Rede de Pesquisa Solidária (2020) comprovou que mulheres negras morrem mais por covid-19, mesmo exercendo as mesmas profissões que homens e mulheres brancas. O estudo analisou as mortes por covid-19 no ano de 2020, cruzando indicadores de sexo, raça e ocupação exercida pelos trabalhadores. A análise sobre as ocupações que exigem menor instrução educacional demonstrou que, em praticamente todas as funções, as mulheres negras correm maior risco de morrer por covid-19 do que homens brancos e mulheres brancas.

Fatos como esses atestam que o racismo atua como fortalecedor da discriminação de gênero, deixando a mulher negra ainda mais vulnerável frente à violência (CARNEIRO, 2003). Compreender e compartilhar conhecimento sobre essa realidade gera reflexões individuais e coletivas. Assim, o ambiente torna-se mais favorável para a tomada de consciência a respeito das opressões que se baseiam em gênero, raça e classe. A desigualdade entre homens e mulheres, bem como suas facetas influenciadas por raça e classe, são persistentes no Brasil.

O tema de estudo deste trabalho foi escolhido com a convicção de que a construção das pautas feministas no Brasil passa, inevitavelmente, por quem sente e combate a tríade de opressões – gênero, raça e classe. Por suas próprias histórias e vivências, as mulheres negras parecem constituir a voz mais plural e inspiradora que poderia ser ouvida nesse momento. E

quanto maior for o alcance dessas vozes, maiores serão as possibilidades de mudanças estruturais efetivas.

Durante o processo de desenvolvimento desta pesquisa, a profundidade e a pluralidade do feminismo negro foram irrefutáveis. A partir dessa constatação, fui levada a refletir sobre as dificuldades e as inevitáveis limitações de se elaborar um estudo cujo propósito abranja um fenômeno tão difuso quanto o feminismo negro.

Estudar fenômenos sociais é uma tarefa difícil por vários motivos, dentre eles o fato de que esses estudos envolvem seres humanos, o que por si só incorpora grande complexidade e responsabilidade a qualquer pesquisa. Além disso, os fenômenos sociais abrangem as relações entre os seres humanos, estejam eles organizados em grupos ou como parte da sociedade em geral. Portanto, como matéria de estudo têm-se as relações sociais (complexas), que são estabelecidas por seres humanos (que também são, individualmente, complexos).

Dentre as incontáveis relações que acontecem na vida social, existem aquelas entre homens e mulheres e entre brancos e negros. Existem também as relações entre homens brancos e mulheres negras e entre mulheres brancas e mulheres negras. No passado histórico do Brasil, existiram também as relações entre senhores brancos e escravos negros, entre senhores brancos e escravas negras, e assim por diante. É no seio das “tramas e [dos] traumas”, para usar uma expressão de Ribeiro (2007), promovidos pelo contato social, que os feminismos negros emergem.

Esse nome, feminismo negro, nada mais é do que um esforço necessário de linguagem, tão utilizado nas teorias sociais. Dizemos isso porque não existe *um* feminismo negro e não existe *o* feminismo negro. O que existem são inúmeras manifestações individuais e/ou coletivas de indivíduos que, por meio de ideias, ações, comportamentos, pensamentos, manifestações, mobilizações, estudos e/ou movimentos, contestam a opressão sofrida por mulheres negras e lutam para a conquista de direitos.

Assim, usamos o termo indivíduos porque, a despeito do merecido e necessário protagonismo de mulheres negras nas manifestações de feminismos negros, outras e outros podem fazer parte de mobilizações com esse mesmo enfoque para pensar/questionar/criticar/combater as injustiças e violências que mulheres negras enfrentam historicamente e atualmente.

Desse modo, o feminismo negro nunca foi e nunca será apenas um, pois é plural. Trata-se de feminismos negros pensados, desenvolvidos e praticados das mais variadas formas: em grupos de mulheres negras, em coletivos de música, em rodas de leitura, nos

antigos clubes de dança, nos terreiros, nas cadeiras de universidades, por meio de estudo e produção de teorias feministas, de gênero e raciais, no interior dos movimentos negros⁷, nas redes sociais, dentro de partidos políticos, em organizações do terceiro setor, em movimentos feministas negros institucionalizados e reconhecidos internacionalmente como representantes dos direitos e das reivindicações das mulheres negras brasileiras, na literatura, que cria novas personagens negras em nosso imaginário, na criação e socialização de crianças, nos movimentos sociais e em tantos outros contextos.

Nesta pesquisa, entendemos a pluralidade e a polissemia que o feminismo negro apresenta e, por isso mesmo, escolhemos ouvir a voz de mulheres negras, para assim buscar uma aproximação com as suas percepções a respeito de manifestações dos feminismos negros. Qual é a percepção dessas mulheres sobre a construção das múltiplas pautas dos feminismos? Mais do que validar um ou outro movimento do feminismo negro como principal detentor de pautas universais, pretendemos não perder de vista as singularidades e as pluralidades, na percepção de mulheres sobre mobilizações sociais que vivenciaram em meio a suas experiências como mulheres negras.

1.1. Problema

O racismo e as opressões de gênero e classe são enfrentados por grande parte da população mundial. O histórico de dominação, colonização e escravização de populações africanas fez com que o racismo ganhasse dimensões estruturais⁸. As relações sociais, orientadas pelo patriarcado, naturalizaram a subalternização das mulheres e a desigualdade de direitos civis e políticos. O capitalismo, por fim, desenvolveu-se com o acirramento da concentração de renda e da divisão desproporcional de bens e poder. Apesar disso, os grupos marginalizados por uma ou mais categorias de opressão, mobilizam-se para buscar novas condições de existência.

As mulheres negras são perpassadas por essas opressões – raça, gênero e classe –, ao mesmo tempo em que são marginalizadas por outras categorias, como sexualidade, nacionalidade e idade. Essas questões sempre foram centrais para as mulheres negras, em seus movimentos, práticas e teorias. Elas esforçam-se, das mais variadas formas, para refutar e transformar o sistema que as considera subjugadas e incapazes de exercer as mesmas funções

⁷ Assim como os feminismos negros e como os movimentos feministas negros, as considerações aqui expostas aplicam-se aos movimentos negros. Suas manifestações são históricas e múltiplas. Portanto, não são passíveis de serem reduzidas a um único grupo ou a uma única corrente teórica.

⁸ Silvio de Almeida esclarece que “o racismo é sempre estrutural”. Isso significa que o racismo “[...] é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p. 15).

e de ter os mesmos direitos que o restante da população. Dado esse contexto, considera-se relevante analisar e refletir sobre estas questões: Como os feminismos negros, em suas mobilizações e movimentos, conseguiram se desenvolver diante de um cenário tão desafiador? Qual é a percepção de mulheres negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP sobre as pautas feministas negras, no Brasil? De que forma essas pautas consideram e discutem as questões raciais brasileiras? Quais práticas são percebidas por essas mulheres negras como próprias das lutas feministas?

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Conhecer a percepção⁹ de mulheres negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP sobre os movimentos feministas negros e sobre a construção de pautas feministas.

1.2.2. Objetivos Específicos

- Compreender como se constroem as narrativas de mulheres negras, suas identidades e *práxis*;
- Identificar os desafios contemporâneos na *práxis* dessas mulheres;
- Analisar as influências teórico-práticas na construção identitária; e
- Conhecer suas estratégias para atuação futura.

1.3. Delimitação do Estudo

As participantes desta pesquisa foram mulheres negras residentes nas cidades de São José dos Campos e Taubaté, localizadas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba (RMVP). Entrevistar mulheres negras dessa região, especificamente, tem um caráter especial, tendo em vista o passado histórico que a colocou como o ponto central da economia cafeeira do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Com o expressivo número de escravizados que trabalhavam nessa região, podemos afirmar que a cultura colonial, senhorial, escravocrata e racista encontrou solo fértil nessas terras. Certamente, a população negra que vive aqui hoje em dia tem que lidar com as marcas e com a perpetuação cultural e social desse

⁹ Consideramos o conceito de percepção na perspectiva de A. Luria e L. Vygotsky, entendendo que está diretamente relacionada com as experiências pregressas do indivíduo, combinado “[...] à experiência pessoal (ontológica) e a experiência de toda a humanidade (filológica).” (BOCK *et al.*, 2008, p. 157)

passado escravocrata tão consolidado na história da região. Adiante, apresentamos alguns dados que evidenciam esse cenário histórico e atual.

A região do vale do Paraíba paulista é historicamente marcada pela utilização da mão de obra de africanos escravizados, que eram trazidos compulsoriamente de África e obrigados a trabalhar nas lavouras de café.¹⁰ Antes da expansão cafeeira, o número de trabalhadores negros em regime de escravidão na região, não era expressivo, especialmente quando comparada com o Nordeste ou com Minas Gerais. O café foi deveras o responsável pelo aumento vertiginoso no número de escravos nessa região (COSTA, 2010). “A onda verde dos cafezais que invadia o vale e alcançava o centro e médio oeste era acompanhada da onda negra da escravidão” (COSTA, 2010, p. 101).

Em meados do século XIX, o café era a atividade econômica mais relevante do país, e o vale do Paraíba era o seu principal produtor (CONCEIÇÃO, 2014). Na década de 1870, as cidades de Bananal, Lorena e Cruzeiro, Paraíba, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga e Taubaté eram responsáveis por 45,4% de todos os escravos que viviam no vale do Paraíba paulista (MARCONDES, 2000). Costa (2010) acrescenta ainda que, nessa época, algumas cidades chegavam a ter quase metade da sua população formada por escravos, como era o caso de Pindamonhangaba, que tinha 5.628 escravos, para 14.645 habitantes.

Homens, mulheres e crianças eram obrigados a trabalhar nas lavouras de café que se formavam ao longo do estado de São Paulo, inclusive no vale do Paraíba. Viviam as mais variadas experiências de subordinação, degradação e arbitrariedade. Como exemplo, podemos citar o registro de levantamentos históricos que comprovam que, enquanto estavam amamentando seus filhos, as mulheres escravizadas precisavam levar os bebês para os cafezais. Durante toda a jornada de trabalho, elas carregavam seus filhos em panos amarrados ao corpo. Quando cresciam um pouco, as crianças passavam a trabalhar em outras atividades da produção cafeeira, como separar grãos estragados ou descascados (COSTA, 2010).

As condições históricas são fatores de influência na formação dos indivíduos e das cidades, portanto, a região do vale do Paraíba constituiu-se, também, a partir de valores que consideravam os negros inferiores aos brancos. A presença expressiva de africanos escravizados, suas condições degradantes de trabalho e a cultura escravocrata formaram os alicerces do histórico regional, que estruturou desigualdades raciais que se mantiveram

¹⁰ Bem ao final do percurso de elaboração desta dissertação, foi publicado o livro *Escravidão e pós-abolição no Vale do Paraíba Paulista* (2022). O conjunto de textos e artigos foi organizado por duas importantes historiadoras e pesquisadoras da região, Maria Aparecida Papali e Valéria Regina Zanetti. A publicação traz informações elucidativas e relevantes sobre aspectos regionais da escravidão e do pós-abolição em cidades do vale do Paraíba paulista, como São José dos Campos e Taubaté.

legalizadas durante muitos anos e até hoje são naturalizadas. Isso sugere que, não apenas o café, mas também o racismo, podem ter encontrado terrenos férteis para se desenvolver na região.

Esse histórico, somado à conveniência de a pesquisadora conhecer mulheres negras da região, fez com que o vale do Paraíba fosse escolhido para realização da pesquisa aqui relatada. Soma-se a isso o fato de que consideramos importante que pesquisadores(as) da região se debrucem sobre os temas locais, tendo em vista que ainda não existe um grande volume de publicações e estudos que versem, precisamente, a respeito de suas questões históricas e atuais.

Como as mulheres entrevistadas são das cidades de São José dos Campos e Taubaté, apresentamos alguns indicadores que ajudam a contextualizar a composição da população dessas cidades. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados pelo Portal G1 (online), em 2021 as maiores populações do vale do Paraíba concentram-se em São José dos Campos, Taubaté e Jacareí, respectivamente.

Segundo dados do Censo 2010, também levantados pelo IBGE, 25,9% de toda a população de São José dos Campos declararam-se pretos ou pardos. Deste total, 12,6% são mulheres. Em Taubaté, dos 22% de pretos ou pardos, 10,7% são mulheres. Nesse tipo de pesquisa, são os próprios respondentes da pesquisa que definem sua cor. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) divulgados em 2016 indicam que, entre 2012 e 2016, a autodeclaração de pretos ou pardos subiu. O percentual de pretos em relação ao total da população brasileira saltou de 7,4% para 8,2%, e a de pardos aumentou de 45,3% para 46,7%.

Evidentemente, os percentuais de homens e mulheres negros nas cidades apontadas podem nos levar a refletir acerca do processo vivido no vale do Paraíba paulista no período áureo do café, quando a mão-de-obra privilegiada era escrava/negra, fato que pode influenciar os dados demográficos na região, ainda que consideremos que a região sofreu influências da imigração italiana e árabe.

A respeito desse período, Maria Cristina Martinez Soto, no livro *Pobreza e Conflito: Taubaté 1860-1935* (2001), explica que em Taubaté, por exemplo, em 1836 havia 3.604 escravos, ou seja, 30% da população, e esse número aumentou para 4345, em 1855.

Soto (2001) aponta que, no município de Taubaté, em 1877, 45,7 % da mão de obra escrava era composta por mulheres, e 54,28%, por homens. Entretanto, a mesma autora

afirma que, ao longo do tempo, as taxas de mulheres escravizadas ultrapassaram as dos homens, passando a 51,66% e 48,33%, respectivamente.

Nessa direção, inferimos que, apesar das profundas mudanças ocorridas desde a abolição da escravatura no Brasil, bem como aquelas produzidas pela industrialização, urbanização e migração no país e na região do vale do Paraíba paulista, há em nossa região população feminina negra que é descendente dos antigos escravos das fazendas de café.

1.4. Relevância do Estudo

Mulheres negras do Brasil e dos mais variados lugares do mundo enfrentam diariamente a violência, o preconceito e outras formas de opressão exercidas por meio de instituições e da sociedade. Ainda que sejam bastante diversos, os movimentos feministas, muitas vezes, se organizam com o intuito de promover discussões sobre as experiências vivenciadas por mulheres negras, tanto no espaço público como no privado.

Compreender os feminismos negros, em suas diferentes ideias, contextos e manifestações, significa perceber a dinâmica histórica e atual que submete as mulheres negras à desigualdade de oportunidades, direitos e até de narrativas. Por isso, é necessário considerar a história e as demandas de mulheres negras que se engajaram, das mais variadas formas, na luta pela transformação dessa realidade social que diferencia os indivíduos por raça, classe e gênero. Sistematizar suas experiências, relatos e reflexões contribui para que essas histórias não sejam mais silenciadas e para que o seu esforço não seja em vão.

1.5. Organização da Dissertação

Este texto está estruturado por seções. Nesta primeira seção, denominada Introdução, apresentam-se os subitens: problema, objetivos (geral e específico), delimitação do estudo, relevância/justificativa e organização do projeto.

Na seção seguinte, Revisão de Literatura, discutimos os principais temas que nos ajudam a entender os feminismos negros: Histórico do Feminismo, Feminismos Negros e Interseccionalidade.

A terceira seção dedica-se à descrição da Metodologia e traz, portanto, informações sobre o delineamento e tipo da pesquisa, os participantes, os instrumentos de pesquisa e os procedimentos para coleta e análise dos dados.

Na quarta seção, voltamos aos resultados obtidos por meio das entrevistas.

O texto encerra-se com as considerações finais e com a listagem das referências bibliográficas, os apêndices e os anexos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.
(Neusa Santos Sousa)

Um dos principais objetivos da revisão de literatura é conhecer as obras e publicações sobre determinado assunto que se relacionam com a pesquisa científica a ser desenvolvida. A partir da análise do que foi publicado, é possível conhecer os caminhos pelos quais os pesquisadores têm investigado e se apropriado das mais diversas temáticas. Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167) afirmam que as revisões de literatura têm a intenção central de “[...] organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área”.

Neste trabalho, a revisão de literatura é do tipo narrativa, e teve como objetivo avaliar publicações que ajudassem na aproximação com os temas focais do estudo, a saber: feminismo, feminismo negro e interseccionalidade. Sem a intenção de esgotar os assuntos e discussões, as revisões de literatura narrativas ocupam-se basicamente da verificação da literatura publicada em “[...] livros e artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas” que, posteriormente, serão selecionadas conforme relevância para o trabalho, interpretadas e criticamente analisadas pelo autor da pesquisa (ROTHER, 2007, p. 1). Cabe acrescentar ainda que:

A “revisão narrativa” não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. [...] Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores (UNESP, 2015, p. 2).

Desse modo, nas próximas seções são apresentados os levantamentos realizados, organizados da seguinte forma: 2.1 Histórico do Feminismo, 2.2 Feminismos Negros – com a subseção ‘Raça e Racismo’ – e, por fim, 2.3 Interseccionalidade. Na seleção dos textos que são colocados em diálogo, além das temáticas, destaca-se como critério a escolha de reflexões tecidas por autoras e autores negros, assegurando representatividade e promovendo um diálogo entre diferentes lugares de fala – as autoras e os autores dos trabalhos lidos, e a autora desta pesquisa.

2.1 Histórico do Feminismo

Historicamente, a condição de vida das mulheres foi marcada por uma série de desigualdades advindas, sobretudo, da estrutura patriarcal. Seja no contexto político, social,

econômico ou cultural, as mulheres foram, muitas vezes, consideradas inferiores aos homens. Até mesmo na garantia dos ditos “direitos humanos”, as mulheres foram preteridas. Isso sugere que mesmo a “humanidade”, como um atributo dos seres humanos, é considerada em uma escala hierárquica em que alguns podem ser julgados como “menos humanos” do que outros.

Nesta seção, estabelecemos uma linha do tempo¹¹ do feminismo¹² no mundo ocidental e, mais especificamente, no Brasil. Reitero a pluralidade do que se entende por feminismo e suas variadas manifestações e movimentos. Cisne (2015), por exemplo, chama atenção para a distinção que pode ser feita entre o que são denominados movimentos feministas e os chamados movimentos de mulheres. No entanto, ainda de acordo com Cisne (2015), no Brasil a história de movimentos feministas e de mulheres se confunde, mesmo que o conteúdo de suas reivindicações não tenha sido sempre o mesmo.

Como diz Collins (2017), existe uma “[...] relação dialética entre a opressão sofrida e o ativismo exercido” (p. 63). Desse modo, a compreensão de que eram subalternizadas gerou estímulo para que mulheres se organizassem para lutar contra essas opressões. No entanto, esses movimentos de recusa à soberania masculina nem sempre foram institucionalizados ou homogêneos, pois a diversidade de condições e existências das mulheres gera diferentes tipos de opressão e violência. É por isso que Zirbel (2021) afirma que “[...] uma variedade de perspectivas marcou e marca o que hoje chamamos de feminismo, uma vez que suas protagonistas enfrentaram variadas formas de opressão e marginalização” (p. 11).

Os feminismos, portanto, não precisam ser praticados só por ativistas/militantes nomeadamente integrantes de movimentos sociais ou por acadêmicas que se dedicam aos estudos de gênero e/ou sexismo, pois qualquer mulher que reconhece os limites impostos pelo patriarcado e os desafia pode ser considerada feminista.

Assim, o movimento feminista não se organiza de uma forma centralizada, e recusa uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 8-9).

¹¹ Sabemos que, do ponto de vista sócio-histórico, toda recuperação histórica é feita a partir do presente. Portanto, fazer um resgate histórico é também produzir histórias e narrativas do presente segundo nossos olhares sobre o passado. Agradecemos à Carla Lisboa Porto, Doutora em História Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), que nos despertou para essa reflexão.

¹² Contudo, outras autoras e autores dedicaram-se ao estudo exaustivo da história dos feminismos e de seus movimentos, por exemplo, Michelle Perrot e Georges Dubay, em *História das Mulheres no Ocidente* (1990) e Mary Del Priore, em *História das Mulheres no Brasil* (1997).

Dito isso, fica claro que os feminismos, movimentos organizados e ocidentais, não esgotam a história de ações e reações de mulheres que desafiaram as desigualdades impostas a elas. De todo modo, vale a pena conhecer a história “oficial” do dito feminismo¹³ para refletir sobre seus desdobramentos na origem do “feminismo negro” e suas variantes. A luta das mulheres negras passa pelo confronto, no sentido de comparação, de suas experiências com as experiências de mulheres brancas.

É comum identificar a conjuntura social e política da Revolução Francesa, que aconteceu no século XVIII, como um dos momentos iniciais do feminismo como movimento político ocidental. “É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada” (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 32). Ao se engajarem na luta por mudanças na estrutura social e econômica da França, as revolucionárias também tiveram consciência da necessidade de aproveitar o momento para pleitear direitos iguais para todos, inclusive para as mulheres.

No século subsequente – XIX, inicia-se o que veio a ser conhecido como as ondas do feminismo. Zirbel (2021) comenta que a metáfora da onda já foi utilizada em outras situações, para representar momentos históricos ou pautas específicas. De acordo com ela, esses “[...] momentos representariam o ‘ponto alto’ ou de maior força de cada onda” (ZIRBEL, 2021, p. 10). Na história do feminismo, é comum encontrar autores e autoras que versam sobre três ondas principais que caracterizam momentos em que os movimentos feministas se empenharam em pautas comuns e se destacaram.

Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global (ZIRBEL, 2021, p. 12).

Entretanto, antes de entrar propriamente na exposição dos principais movimentos que fazem parte de cada uma dessas “ondas feministas”, abre-se aqui um breve desvio para apresentar o conceito de gênero, tendo em vista que:

O questionamento sobre o uso da metáfora das ondas tem sido cada vez mais frequente por considerar que a periodização entrincheira a percepção de um feminismo singular na qual gênero é a categoria predominante de análise [...] (FRACCARO, 2016, p. 29)

¹³ Reforçamos que esse trabalho se dá em uma perspectiva ocidental da História e, portanto, não abrange os movimentos e acontecimentos de outras regiões, como da Ásia, por exemplo. Também não são abordadas aqui as manifestações de resistência e combate às opressões sofridas por mulheres de países africanos que, certamente, já ocorriam antes do início do processo de colonização empreendido pela Europa. Não desconsideramos, de forma alguma, a pluralidade histórica dos feminismos, apenas nos limitamos neste trabalho ao recorte histórico europeu-ocidental.

Para Gayle Rubin, antropóloga e feminista, o “[...] gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade” (RUBIN, 1975 *apud* SCAVONE, 2008, p. 179). A definição de Rubin evidencia o aspecto social que fundamenta a produção do gênero como uma “categoria” que atua nas relações sociais entre os indivíduos. Para a historiadora Joan W. Scott:

Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança (SCOTT, 1992 *apud* SCAVONE, 2008, p. 180)

Saffioti (2004) esclarece que “gênero” é mais do que uma categoria de análise. Muitas vezes ele é, como termo, empregado de forma aberta, e por isso é oportuno nos debruçarmos mais atentamente sobre ele. “*Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Em outras palavras, isso quer dizer que o que entendemos por gênero hoje em dia faz parte de um encadeamento feito ao longo do tempo, logo, é histórico. A categoria gênero não é constante ou atestada por aspectos/características físicas e biológicas, mas envolve dimensões temporais, sociais, políticas, econômicas e culturais¹⁴. O que queremos dizer, em suma, é que daqui a 250 anos possivelmente o gênero não será determinado e compreendido da mesma forma que se faz atualmente.

Ciccia (2021, p. 69) alerta sobre os problemas que são causados pelo uso indiscriminado de “sexo” e “gênero” no discurso científico. De acordo com ela, “o gênero resulta do sexo”, produzindo uma ideia muito questionável sobre uma suposta relação direta entre aspectos biológicos/físicos (sexo) e o comportamento dos indivíduos (gênero). “Cabe ressaltar que a interpretação dimórfica das diferenças biológicas é em si mesma fruto da ordem social dicotômica na modernidade” (CICCIA, 2021, p. 68).

¹⁴ Na avaliação de Lugones (2020, p. 57) existem 4 (quatro) aspectos que são indissociáveis do significado de gênero: “[...] o dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado”. O dimorfismo biológico – ou dimorfismo sexual – é um conceito utilizado para indicar que machos e fêmeas de uma mesma espécie apresentam características físico-biológicas diferentes. A dicotomia, por definição, significa “[...] divisão de um conceito em dois elementos em geral contrários” (FERREIRA, 2007, p. 317). A heterossexualidade, por sua vez, quando tomada como regra/padrão, prevê que indivíduos de sexos diferentes se atraem sexualmente. Essa “diferença sexual” pauta-se nos dois aspectos citados anteriormente (o dimorfismo sexual e a dicotomia que separa e antagoniza homens e mulheres). Finalmente, o patriarcado hierarquiza esses dois grupos de indivíduos e concentra o poder nas mãos daqueles entendidos e considerados como “homens”.

Essa análise reitera o que é afirmado por outros autores e autoras a respeito do gênero e de suas concepções e implicações sociais. Como afirma Ciccia (2021), a ciência – nesse caso as ciências biológicas e médicas – é administrada e, muitas vezes, aparelhada de modo a atender interesses e determinantes sociais de nossa época.

Judith Butler, talvez um dos principais nomes dos estudos de gênero atualmente (SENKEVICS, 2013), inovou e ousou, quando, em 1990, trouxe a biologia para os estudos sociais e questionou o papel do gênero e sua relação com o sexo propriamente dito. “Butler discorda da ideia de que só poderíamos fazer teoria social sobre o gênero, enquanto o sexo pertenceria ao corpo e à natureza” (SENKEVICS, 2013, p. 1).

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente [...]. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas (BUTLER, 2004, p. 253).

Apesar de poder ser concebido em várias instâncias diferentes, de acordo com Saffioti (2004, p. 45), existe um campo de consenso entre a maioria das pesquisadoras e dos pesquisadores do feminismo, a saber, que “[...] o gênero é a construção social do masculino e do feminino.” Mas, qual é a importância de entendermos gênero como um conceito social no âmbito de estudos como este que discute o feminismo e, especificamente, o feminismo negro? O gênero, como construção social, não precisaria pressupor, necessariamente, hierarquia e desigualdade entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004), mas essa hierarquia social existe e, explicitamente, o gênero feminino é compreendido e tratado como inferior ao gênero masculino.

O movimento sufragista, que se manifestou na Inglaterra no século XIX, reivindicava direitos políticos para as mulheres, especialmente o direito ao voto. Nos Estados Unidos, o movimento sufragista aparece com grande inspiração na luta das inglesas. A reivindicação pelo direito de votar, empreendida por milhares de mulheres entre o final do século XIX e o início do século XX, foi considerada a primeira onda do feminismo, após a ativista estadunidense Martha Weinman Lear publicar um artigo em 1968, intitulado “A segunda onda feminista”. Nessa publicação, Lear anunciava que um primeiro movimento das feministas havia se consolidado e, possivelmente, se esgotado, e que um novo estava se formando (ZIRBEL, 2021, p. 10).

Entretanto, o que grande parte das narrativas sobre “a primeira onda feminista” privilegia é a atuação de mulheres brancas de classe média que, dada a sua condição social, eram oprimidas pela sociedade patriarcal, com restrição aos direitos políticos, obrigações domésticas e maternais, e amarras matrimoniais. Como eram impedidas de estudar e trabalhar, essas mulheres viam suas vidas restritas ao convívio familiar, o que lhes trazia uma sensação de insuficiência e frustração.

As vozes de ativistas brancas, letradas e pertencentes à elite refletiam suas posições econômicas e, por isso, não ecoavam nas comunidades de mulheres que viviam outras realidades, sobretudo na “primeira onda”, as reivindicações de operárias e de mulheres negras, por exemplo, foram minimizadas ou até encobertas (ZIRBEL, 2021).

É comumente afirmado que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média. No entanto, a maioria das manifestantes presentes nas grandes manifestações que deram visibilidade a essa onda era da classe trabalhadora, lutando contra péssimas condições de vida e trabalho a que estavam submetidas (ZIRBEL, 2021, p. 14).

[Perpetuou-se] a noção de que a classe trabalhadora havia faltado na emergência de um movimento feminista, exclusivo das elites letradas e financeiras. Por consequência, os marcos conhecidos e celebrados do movimento brasileiro são quase que exclusivamente ações de mulheres das altas classes sociais (FRACCARO, 2016, p. 28).

A luta pelo sufrágio e pelos direitos civis das mulheres foi válida, mas existiam – e ainda existem – demandas que não foram reivindicadas de forma central pelos movimentos sufragistas. Em sua maioria, essas demandas não reivindicadas são relativas a uma parcela imensa da população feminina que vivia opressões derivadas de sua posição social, econômica e de trabalho. Estão contempladas aqui, por exemplo, as mulheres negras com histórico de escravização e as mulheres pobres que eram submetidas a todo tipo de exploração no mercado de trabalho.

A luta pelo sufrágio e pelos direitos civis das mulheres foi válida, mas existiam – e ainda existem – demandas que não foram centrais nas reivindicações dos movimentos sufragistas. Apesar de terem ajudado na organização dos movimentos, de greves e manifestações, as demandas e necessidades de mulheres negras, com histórico de escravização, e de mulheres pobres, que eram submetidas a todo tipo de exploração no mercado de trabalho, não foram pautadas pelas lideranças sufragistas. Essas lideranças eram, majoritariamente, mulheres brancas da elite ou da classe média. Por meio da primeira onda feminista, essa parcela de mulheres brancas e da elite conquistaram, em grande medida, a

possibilidade de estudar e votar, mas a condição de submissão de mulheres negras e pobres era muito mais profunda do que isso.

Apesar de ter sido uma luta extremamente longa, tendo em vista que nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, o direito universal ao voto das mulheres só foi formalizado depois de quase 70 anos de atuação das mulheres em torno dessa causa¹⁵ (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 43), pode-se dizer que o movimento pelo sufrágio feminino alcançou um de seus principais objetivos: o direito das mulheres ao voto. No Brasil, o voto foi oficialmente permitido às mulheres somente em 1932, pelo Código Eleitoral decretado no governo de Getúlio Vargas.

As duas guerras mundiais do século XX fizeram com que os países enfrentassem contextos econômicos e sociais extremamente complicados. Por isso, as possibilidades de movimentação coletiva das mulheres após as conquistas do sufrágio ficaram restritas. Como um grande contingente de homens em idade produtiva foi lutar na guerra, as mulheres que ficaram precisaram manter os países produzindo. A maioria delas foi obrigada a assumir funções que até então eram quase exclusivamente exercidas pelos homens (ALVES; PITANGUY, 2003).

Assim, a afirmação da igualdade entre os sexos vai confluir com as necessidades econômicas daquele momento histórico. Valoriza-se, mais do que nunca, a participação da mulher na esfera do trabalho, no momento em que se torna necessário liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 50).

É importante destacar essa “mudança” no discurso dos detentores do poder, para exemplificar o quanto a opressão de gênero é utilizada como modo de sustentação da hierarquia patriarcal e do sistema econômico. A pretensa desigualdade entre homens e mulheres é construída e enganosamente desconstruída na medida em que o sistema altera suas necessidades. O dito “sexo frágil” torna-se potente quando os países – e seus governantes homens – precisam da força feminina para suportar seus interesses políticos, econômicos e sociais (ALVES; PITANGUY, 2003).

No Brasil, mesmo durante o período entreguerras, que compreende o que se convencionou hegemonicamente denominar “primeira onda feminista”, temos exemplos que comprovam que: (1) as dificuldades e os desafios impostos, sobretudo às mulheres, em razão da crise econômica/social gerada pela guerra não paralisaram as contestações e reivindicações

¹⁵ Nos Estados Unidos o voto foi concedido às mulheres em 1920, por meio da 19ª Emenda Constitucional. Na Inglaterra, o voto para mulheres com no mínimo 21 anos foi permitido em 1928 (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 43).

de mulheres; e, (2) os movimentos sufragistas não foram os únicos que contaram com a organização e participação de mulheres¹⁶. A “greve geral” de São Paulo é um desses exemplos.

O ano de 1917 ficou conhecido por uma série de greves de operários e operárias que aconteceram na cidade de São Paulo. A industrialização do Brasil já havia ganhado força, como os “indicadores econômicos desde o final do século XIX” (FRACCARO, 2016, p. 20) vinham demonstrando, e São Paulo despontava com grande número de fábricas. Muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais foram absorvidos como mão de obra industrial, contudo, as condições de trabalho eram extremamente precárias.

Depois de um período de greves esparsas e da consolidação de sindicatos e organizações de operários, o ano de 1917 eclodiu como “[...] um marco na história da classe trabalhadora da cidade de São Paulo” (FRACCARO, 2016, p. 37). Em junho daquele ano, várias greves começaram a acontecer, e as operárias – que na época eram quase 34% do total de trabalhadores das fábricas – foram centrais nessas mobilizações. Elas expuseram a desigualdade salarial entre homens e mulheres, pautaram a utilização de mão de obra infantil em péssimas condições de segurança para as crianças, denunciaram os abusos cometidos por patrões e pediram o fim do trabalho noturno para mulheres.

Ainda segundo levantamentos feitos por Fraccaro (2016), os jornais da época atestam a participação e a importância das mulheres nas paralisações que tiveram início em junho de 1917 e se estenderam. A estrutura de organização sindical continuava compartilhando dos valores patriarcais da sociedade, e, portanto, a liderança e o protagonismo das mulheres não eram facilitados. “Mesmo assim, em formas menos evidentes de organização, para além das barreiras colocadas pelos sindicatos, as reivindicações de direitos das mulheres tomaram maior fôlego e ocuparam sistematicamente a arena pública” (FRACCARO, 2016, p. 45).

A história da luta das mulheres e dos movimentos feministas é atravessada por contradições, avanços e recuos, conforme os próprios movimentos sociais. Nesse sentido, discorre-se, adiante, acerca dos feminismos negros, como expressão das discussões contemporâneas que evidenciam os recortes de raça e classe, juntamente com o de gênero.

2.2 Feminismos Negros

¹⁶ Tendo isso em mente, Fraccaro (2016) elaborou sua tese de doutorado: *Os direitos das mulheres – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*, cuja intenção era resgatar o histórico de participação de movimentos de trabalhadores e de movimentos feministas na luta pelos direitos trabalhistas das mulheres.

Quando se começou pensar sobre quais seriam os pilares e a base estrutural deste trabalho, o “feminismo negro” parecia ser o pano de fundo adequado para o palco, e a voz de mulheres negras seria o enredo do espetáculo. Esse projeto teve início em março de 2020, ou seja, há quase dois anos atrás. Esse preâmbulo é para dizer que, ao longo desse tempo, em que se vivenciaram experiências as mais inesperadas e assustadoras, a pandemia de covid-19, muita coisa mudou, no mundo e, conseqüentemente, na ideia inicial do projeto que deu vida a este trabalho. Seria possível citar diversas alterações e ajustes que foram feitos, mas dois deles são, inequivocamente, os mais importantes.

O primeiro talvez tenha sido a descoberta de que as mulheres entrevistadas não se viam, necessariamente, como militantes ou ativistas do feminismo e/ou do feminismo negro. Com o desenrolar das entrevistas, em conjunto com as leituras para elaboração do referencial teórico, foi ficando cada vez mais evidente que suas narrativas demonstravam “[...] as questões, as lutas, os compromissos e a imensa criatividade das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 11), e que tudo isso vai muito além do que aquilo que se entende por militância e ativismo. Este ponto, especificamente, é mais aprofundado no capítulo 4, Resultados e Discussões, por meio de reflexões sobre identidades e *práxis* de mulheres negras.

A segunda grande descoberta que suscitou ajustes no projeto inicial foi a pluralidade e a complexidade do que se pode abarcar no conceito de “feminismo negro” ou no termo “movimento feminista negro”. É sobre esses aspectos que se passa a comentar, na sequência deste texto.

Com a proposta de conhecer a história do feminismo e do feminismo negro no Brasil, buscaram-se livros e publicações de autoras e autores que se dedicaram a esses temas, inclusive estabelecendo cronologias históricas dos “principais” acontecimentos. Percebeu-se também que, além de serem recortes desse todo plural que engloba o feminismo e o feminismo negro, existe uma tendência a focalizar em movimentos, coletivos ou mobilizações institucionalizadas como marcos e representantes “oficiais”. Um exemplo disso é a criação do Movimento de Mulheres Negras (MMN) no Brasil, que aconteceu em 1970 e que é considerado um marco inicial do que seria o movimento feminista negro brasileiro. A própria esquematização do feminismo em ondas privilegia organizações e manifestações institucionais ou de grande repercussão na mídia e nos registros históricos da época, deixando de incluir uma série de outras mobilizações, ideias e atitudes de mulheres que reivindicavam, a seu modo, o fim das desigualdades de gênero.

Assim, optou-se por trazer, já no referencial teórico sobre o feminismo negro, conceitos considerados cruciais para quaisquer discussões que envolvem a experiência racial de pessoas negras, quais sejam, raça e racismo, bem como ideias, autoras e movimentos que fazem parte dos feminismos negros, sem, todavia, limitá-los a isso. Vale destacar também que, sem a intenção de formatação cronológica, foram utilizadas as narrativas das mulheres negras entrevistadas para dar luz, pelos olhos delas, àquilo e àquelas que as remetem ao feminismo negro e a suas mais diversas facetas e perspectivas.

De acordo com Claudia Pons Cardoso (2012), as mulheres negras recriaram o discurso feminista a partir de suas demandas específicas, e esse novo discurso pode ser chamado de feminismo negro ou de pensamento feminista negro. A autora destaca o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) como um marco para os movimentos de mulheres no Brasil. O encontro aconteceu em dezembro de 1988, em Valença, no estado do Rio de Janeiro. O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que foi fundado um ano após o evento, em 1989, afirma que 450 mulheres negras de 19 estados diferentes participaram do encontro, que priorizou os debates que indicavam a urgência de articulação entre as questões raciais e as questões de gênero e classe, que em geral já eram contempladas pelos movimentos feministas de mulheres brancas.

Cardoso (2012) resalta também a importância da articulação entre 3 movimentos de mulheres negras que se consolidaram entre os anos 80 e 90, no Brasil. São eles: (1) o Maria Mulher, fundado em 1987, em Porto Alegre/RS; (2) o Geledés, criado na cidade de São Paulo/SP, em 1988, alguns meses antes do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN); (3) a Organização não-governamental (ONG) Criola, fundada em 1992.

Como dito anteriormente, eventos e organizações institucionalizadas refletem a atuação e a mobilização de mulheres negras, mas não as compreendem totalmente. Certamente, nesse período, inúmeros encontros, coletivos, rodas de conversa e até ações individuais de mulheres negras estavam sendo realizadas, o que não deixa de ser parte dos movimentos feministas negros.

A participação de mulheres negras em outros 2 eventos que aconteceram no Brasil nesse período é muito representativa do “entre-lugar” em que os feminismos negros se encontravam. No XIII Encontro Nacional Feminista (ENF), ocorrido em 2000, mulheres negras se posicionaram coletivamente para denunciar que no evento anterior – XII ENF, que havia acontecido em 1999 – não tinha havido debate sobre o racismo no Brasil (CARDOSO,

2012). Essa reivindicação evidenciava que essa pauta não estava sendo acolhida pelos movimentos feministas liderados por grupos de mulheres brancas.

No ano seguinte, as 3 organizações supracitadas (Maria Mulher, Geledés e Criola) uniram forças para participar da III Conferência Mundial contra o Racismo, com o objetivo de aumentar a representatividade – inclusive numericamente – nessa conferência, bem como alertar o mundo sobre a realidade de mulheres que enfrentam o racismo com seus contornos de gênero e classe (CARDOSO, 2012).

Por fim, Cardoso comenta que, atualmente:

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) se adensou e [...] conjuntamente com o Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), reúne grande parte das organizações brasileiras sendo ambas as entidades referências nacionais na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras e na ampliação da democracia brasileira e presenças obrigatórias na discussão de estratégias com o poder público para a implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de raça e gênero para as mulheres negras (CARDOSO, 2012, p. 20).

A colonização dos Estados Unidos teve algumas semelhanças com a colonização do Brasil. Uma delas foi a utilização de mão de obra de africanos negros escravizados, que eram forçados a trabalhar em grandes plantações monocultoras, as chamadas *plantations*. Talvez por isso seja comum encontrar o nome de homens e mulheres norte-americanas quando os assuntos são escravização, racismo ou luta pela igualdade de direitos entre brancos e negros.

Por influência do processo de colonização e, posteriormente, do imperialismo norte americano, muito do que se veiculou no Brasil sobre movimentos negros e sobre os feminismos negros, veio importado dos Estados Unidos, seja por histórias, relatos ou estudos dos próprios afro norte-americanos, ou ainda por homens e mulheres de outros países que foram viver/trabalhar/estudar nos Estados Unidos e se dedicaram aos temas racismo e/ou gênero.

Collins (2019) resgata os discursos de Maria W. Stewart¹⁷, de 1831, para apresentá-la como “[...] a primeira mulher nos Estados Unidos a proferir discursos sobre questões políticas e legar cópias de seus textos” (COLLINS, 2019, p. 29). A autora afirma ainda que Stewart foi precursora na denúncia de uma série de questões que foram retomadas pelas feministas negras que vieram depois dela.

2.2.1 Raça e Racismo

¹⁷ “Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de painéis e chaleiras de ferro?” (RICHARDSON (org.), *apud* COLLINS, 2019, p. 29).

O conceito de raça não é conhecido e concebido *a priori*, mas uma construção histórica que pode ser explicada como consequência de interesses políticos e sociais. O que se pretende evidenciar neste trabalho é que a humanidade, tal qual é conhecida hoje em dia, não foi sempre dividida por critérios raciais. Reis (2011) explica que é importante que se entenda a origem da ideia de raça, tendo em vista que ela fundamentou – e ainda sustenta – ideologias racistas.

Em seu livro *O espetáculo das raças* (1993), Lilia Schwarcz investiga o conceito de raça, não apenas naquilo que ele carrega de definições biológicas, mas, sobretudo, nas suas interpretações e utilizações na política social. De acordo com a autora, o termo raça começa a aparecer formalmente em livros e publicações científicas no início do século XIX, na Europa, “[...] inaugurando a idéia (sic) da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos” (STOCKING, 1968, *apud* SCHWARCZ, 1993, p. 52). No entanto, sabe-se que, mesmo sem os aparatos técnicos que permitiram a realização de pesquisas de cunho biológico-científico para fundamentar as teorias raciais, a ideia de raça já existia, no velho continente.

A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. [...] Foram, portanto, as circunstâncias históricas [desse período] que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidade* e a *multiplicidade da existência humana* (ALMEIDA, 2019, p. 18).

Reis (2011) e Lugones (2020) recorrem à Quijano (2002), para elucidar o que seria o advento do conceito de raça. Para ele, a raça passa a ser concebida como justificativa para o capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico, que teve seu início por volta do século XVI. A colonização das Américas é, portanto, peça chave para o entendimento de como a ideia de raça passou a ser empregada e desenvolvida pelos povos europeus.

Lugones (2020) sintetiza pontos marcantes da teoria de Quijano sobre a raça:

A colonialidade do poder introduz uma classificação universal e básica da população do planeta pautada na ideia de “raça”. A invenção da “raça” é uma guinada profunda, um giro, já que reorganiza as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação. A humanidade e as relações humanas são reconhecidas por uma ficção em termos biológicos (LUGONES, 2020, p. 58).

O primeiro ponto destacado por Lugones (2020) é a ideia de raça como uma classificação que se pretende universal e que hierarquiza a população mundial, ao dividi-la em “grupos” raciais superiores e inferiores. A raça branca, europeia e colonizadora ocupa o topo

da lista. Desse modo, a raça é criada e introduzida no discurso colonizador, não para compreender ou explicar como os outros povos vivem e se relacionam, mas para decretar sua inferioridade e defender a expansão colonial sobre as raças menos desenvolvidas/civilizadas. Raças menos humanas, enfim.

O que significaria ser “branco”, ser “negro”, ser “amarelo” e ser “mestiço” ou “homem de cor”? Para o senso comum, estas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se, de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível (MUNANGA, 1999, p. 18).

Na fala de Munanga, citada acima, entra em cena o “ser mestiço” e, conseqüentemente, o tema da mestiçagem, tão presente e controverso na história social do Brasil. Se as diferentes raças eram categorizadas a partir de aspectos físicos e biológicos e dispostas em uma escala hierárquica – inclusive moral e socialmente – como pensar sobre o caso brasileiro, onde a população mestiça era predominante? Os dados apresentados por Schwarcz (1993) indicam que em 1872, no Brasil, a população negra e mestiça correspondia a 55% do total da população local.

A colonização portuguesa no Brasil, feita com “escassez de capital-homem” (FREYRE, 2002. p. 83) e, principalmente, com a presença reduzida de mulheres portuguesas, estimulou a miscigenação entre colonizadores e colonizadas, gerando, desde o início do processo colonizatório, descendentes dessa mistura de raças. Com o passar do tempo e o desdobramento dos acontecimentos históricos em Portugal, a população africana escravizada entrou, forçadamente, nessa sociedade em formação. Schwarcz (1993) comenta que as teorias raciais vindas da Europa ganharam força em terras brasileiras exatamente no período em que a abolição da escravatura se tornava uma realidade iminente. Com isso, uma mudança de status social estaria posta, e as elites buscavam formas de acomodar seus interesses em meio a esse contexto de inevitável reajuste social.

A solução encontrada por essa elite local, tanto a econômica quanto a intelectual, foi costurar aspectos de diferentes teorias raciais importadas da Europa para que se aplicassem à realidade brasileira. A ideia era pautar-se em postulados que contemplassem a intensa miscigenação que havia acontecido no Brasil e, ao mesmo tempo, que justificassem a manutenção da estrutura social hierarquizada que vigorava desde o início da colonização, com a raça branca e europeia no topo dessa organização. “É nesse sentido que o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso, para o estabelecimento das diferenças sociais” (SCHWARCZ, 1993, p. 21).

Grande parte das teorias raciais condenava abertamente a mistura ou “cruzamento” entre diferentes raças, alegando que a miscigenação era uma espécie de degeneração que levaria a sociedade ao fracasso moral, econômico, político e social. Então, dada a intensa miscigenação da população brasileira, o que se fez foi aceitar o darwinismo social como justificativa para as diferenças e hierarquias sociais e, por outro lado, estimular o aumento do “fator racial branco” nas populações miscigenadas, que por meio do ideal de branqueamento poderiam, no futuro, eliminar as “raças inferiores” da composição biológica/genética de seus descendentes.

Neste trabalho, compartilha-se o pensamento de teóricos como Munanga (1999), que acredita que as bases para as classificações raciais são ideológicas e políticas, e não puramente biológicas ou “científicas”. Talvez por isso a identificação racial seja um fato tão significativo para compreensão do racismo e de suas implicações na vida de mulheres negras brasileiras.

Almeida (2019) sustenta que os estudos nas áreas de antropologia e biologia no século XX conseguiram comprovar que diferenças culturais e biológicas não justificam a inferiorização de determinados “grupos raciais” em detrimento de outros. No entanto, a ideia de raça e as teorias que se desdobraram a partir dela seguem naturalizando desigualdades. Daí a centralidade do racismo como fundamento e sustentáculo da produção e perpetuação das desigualdades sociais e econômicas que vemos em diversos países, especialmente no Brasil.

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p. 22).

O autor esclarece que, apesar de estarem intimamente relacionados, o racismo, o preconceito e a discriminação não são a mesma coisa. O racismo, com seu caráter sistemático e estrutural, difere do preconceito racial, que poderia ser definido como julgamento a respeito de um determinado grupo de indivíduos por conta de estereótipos ligados à sua raça (ALMEIDA, 2019). O preconceito racial, por sua vez, pode ultrapassar o campo do juízo e gerar atitudes e práticas de discriminação racial, que seria “[...] a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2019, p. 23).

A partir da reflexão acerca do conceito de raça, é possível avançar na discussão sobre a interseccionalidade, na medida em que ela busca abarcar os conceitos de raça, classe e gênero como constructo social que determina as relações sociais.

2.3 Interseccionalidade

No contexto das discussões e teorias sobre os feminismos, especialmente os feminismos negros, o conceito de interseccionalidade tem aparecido com bastante frequência. Isso se deve à necessidade de relacionar os diferentes tipos de violência social. Esse conceito, “[...] que tem ganhado cada vez mais espaço nos debates e nas pesquisas acadêmicas, inclusive no Brasil” (KYRILLOS, 2020, p. 1), é crucial para que se possam estabelecer especificidades que diferenciam a mobilização de mulheres brancas da mobilização de mulheres negras.

O termo interseccionalidade (do inglês *intersectionality*) foi cunhado em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw. No entanto, mais de 135 anos antes disso, Sojourner Truth (1797 – 1883), que é considerada uma das precursoras do pensamento feminista negro, já articulava raça, classe e gênero como dimensões compartilhadas das opressões às quais ela e as mulheres negras em geral eram submetidas (AKOTIRENE, 2018).

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. *Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama*, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? *Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem* – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? *Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu!* E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, p. 1, grifos do autor)¹⁸

Ao proferir esse discurso, Sojourner Truth utiliza aspectos da sua vivência e do seu cotidiano para questionar as pautas do feminismo protagonizado por mulheres brancas, a saber, o desejo de não ser mais limitada à posição de esposa, cuidadora, frágil e maternal. Resgata também a escravidão como forma de dominação e trabalho forçado. Esse trabalho compulsório era executado, tanto por homens negros, como por mulheres negras, sem distinção de gênero. Por suas palavras também é possível aferir que, como mulher negra, ela não se sentia “ouvida” por ninguém, mesmo que a sua condição tivesse pontos em comum com a condição das mulheres brancas, trabalhadoras e até a dos homens negros.

À medida que as mulheres negras começaram a sistematizar essa sobreposição de opressões, tornou-se cada vez mais evidente que o seu arranjo de subalternidade não era completamente identificado e/ou aceito pelos movimentos de negros e de mulheres. Os

¹⁸ Tradução de Osmundo Pinho, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira), publicado no Portal Geledés [online].

organizadores desses movimentos pareciam não ver a necessidade de reivindicações de mudanças que pudessem ajudá-las no conjunto de suas pautas. Os movimentos de oposição à desigualdade e discriminação racial, cujos líderes eram quase sempre homens negros, reproduziam discursos e ideias machistas, assim como os movimentos feministas por vezes eram racistas (AKOTIRENE, 2018). Esse é o contexto em que algumas mulheres negras começam a pensar em termos de atuação em uma terceira via, que seriam os movimentos feministas negros. Isso indica que a interseccionalidade sempre esteve de alguma forma associada aos feminismos negros.

Não há, porém, como estudar os pensamentos e ideias feministas negras ou nos referirmos ao conceito de interseccionalidade sem fazer um mergulho naquilo que foi a formação histórica da mulher negra no Brasil. Sabe-se do intenso tráfico de africanos escravizados que aconteceu via oceano Atlântico e dos quase 400 anos de regime escravocrata¹⁹, mas falta elucidar as implicações disso para as mulheres negras.

Durante o tempo de escravidão no Brasil, sabe-se que havia distinções entre algumas atividades designadas aos homens e às mulheres, mas isso não significa – de modo algum – que o trabalho das mulheres era mais fácil ou menos pesado que o dos homens. Isso é o que nos conta Gonzales (2020):

E a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava? Em termos populacionais, sabe-se que o elemento masculino, sobretudo na região das Minas, foi predominante entre a escravaria. Entretanto, o sistema não suavizou o trabalho dessa mulher. Vamos encontrá-la também nas duas categorias de Freitas: a trabalhadora do eito e a mucama (GONZALES, 2020, p. 45).

Como trabalhadoras escravizadas nos campos, as mulheres recebiam tratamento e carga de trabalho igual aos dos homens. Não era vista, portanto, como menos capaz ou frágil, como atesta a fala de Sojourner Truth, sobre sua condição de trabalho, e os números levantados por Maria Cristina Martinez Soto (2001), sobre a escravidão no vale do Paraíba.

Mulheres que trabalhavam como mucamas, que ficavam dentro da casa dos seus senhores, eram obrigadas a cuidar de todos os serviços domésticos, incluindo o cuidado dos bebês e das crianças.

E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes (GONZALES, 2020, p. 46).

¹⁹ Cabe destacar que a escravidão está imbricada ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual constitui alicerce da sociedade industrial (MOURA, 1981), forjando a desigualdade social e racial.

O estupro, uma das práticas às quais as mulheres escravizadas eram submetidas, gerou implicações na formação da sociedade brasileira atual, cuja população é, conseqüentemente, miscigenada. Discorre-se sobre isso mais adiante, ao abordar o ideário de branqueamento e o mito da democracia racial. O que importa, agora, é destacar que a mulher negra escravizada, pelo fato de ser mulher, era submetida também ao estupro e aos abusos sexuais como modalidades de trabalho forçado. As conseqüências subjetivas e objetivas disso são sentidas e vistas até hoje.

Outra atividade exercida pelas mulheres negras nesse período era a criação dos filhos de seus senhores, o que incluía, muitas vezes, a amamentação dos bebês com seu próprio leite (eram as chamadas “amas de leite”).

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. [...] Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e de cansaço (GONZALES, 2020, p. 46).

Mais uma vez podemos perceber que o fato de ser mulher negra a colocava em um lugar/posição em que o homem negro não participava diretamente (referimo-nos aqui ao papel da mucama e da ama de leite). Além disso, era também responsável pelas funções maternas junto a seus filhos e filhas escravizados, e também com seus companheiros e demais familiares. Tudo isso para demonstrar, ainda que brevemente, que ser mulher e negra no Brasil escravocrata era diferente de ser *apenas* mulher ou *apenas* um indivíduo negro escravizado.

O fim da escravidão, promulgado em 1888, e o golpe da República, ocorrido em 1889, (CASTRO, 2000) como represália à abolição da escravatura, incentivaram um avanço no processo de industrialização do Brasil. Schwarcz (2019), do mesmo modo, afirma que os setores urbanos se fortaleceram com a chegada da República. Por fim, os ideais liberais, que vinham sobretudo da Europa, completaram o cenário para que o desenho de uma sociedade brasileira industrial e capitalista começasse a tomar forma. No entanto, a população negra livre tinha baixíssima escolaridade, dada a maneira como fora excluída de qualquer plano educacional e de desenvolvimento social. O racismo continuava a ser parte substancial das relações sociais.

Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às

famílias das classes média e alta da formação social brasileira (GONZALES, 2020, p. 50).

Concorda-se, então, uma vez mais, com Gonzales (2020, p. 50): “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação [...]”. E é esse tripé de opressões que a teoria da interseccionalidade busca articular, para que se possa compreender a situação individual e coletiva de mulheres negras.

Crenshaw (2002, p. 177) indica que a interseccionalidade é “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. A ideia é ter em conta que a opressão adquire diferentes nuances quando mais de uma categoria de discriminação atuam em uma mesma pessoa. Por exemplo, a opressão de gênero não atua da mesma forma em mulheres brancas e negras, assim como não acontece da mesma forma entre mulheres heterossexuais e homossexuais.

Isso se torna um problema na medida em que aqueles que sofrem preconceitos não conseguem identificar as teias de opressão e privilégios que se manifestam de acordo com a posição social e com outras identidades de cada pessoa. Nessa direção, Collins comenta que é comum encontrar feministas brancas que defendem a igualdade entre homens e mulheres, mas não consideram seus atenuantes pelo fato de terem a pele branca. O mesmo acontece com afro-americanos que denunciam o racismo e que com frequência veem mulheres brancas pobres como uma ameaça da supremacia branca (COLLINS, 2019). Essa talvez seja uma das principais possibilidades de contribuição dos estudos sobre interseccionalidade.

Para Collins (2015), a interseccionalidade pode ser definida como a imbricação entre as opressões de raça, classe e gênero, sem que a análise dessa interconexão de opressões seja feita na perspectiva de hierarquização ou adição. Isso implica uma perspectiva de avaliação de opressões que não considere algumas mais relevantes ou violentas do que outras. Apesar disso, importa ter em mente que essa interconexão de opressões não se manifesta da mesma forma que opressões “individuais”. A interconexão é uma nova relação entre categorias opressivas, e não simplesmente a soma delas.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da Pesquisa

Metodologia tem um conceito amplo, e pode apresentar diferenças de definição. Minayo (2002, p. 16) descreve-a como “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Nessa definição, tanto o pensamento quanto a prática ocupam posição estratégica no “caminho” metodológico que será percorrido pelo pesquisador. Minayo esclarece ainda que “A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 2002, p. 16).

No âmbito do processo de pesquisa, o método é compreendido como o “[...] caminho traçado e percorrido pelo pesquisador para se atingir objetivos na sua prática” (FERNANDES; MOREIRA; FORTES, 2017, p. 38). A metodologia nada mais é do que o estudo (do grego *lógos*) do método. A escolha da metodologia envolve uma reflexão sobre o tema de estudo, suas especificidades e características, pois um método pode ser mais ou menos indicado para tratar determinado assunto.

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, na medida em que abrange aspectos e fenômenos sociais, os quais se relacionam com o contexto histórico e social. Assim, é possível conceituar seu objeto como qualitativo em sua essência, bem como os demais objetos das Ciências Sociais (MINAYO, 2002). Os feminismos negros requerem que as subjetividades individuais e do grupo sejam contempladas. Segundo Ribeiro (2007, p. 223) “[...] a pesquisa qualitativa valoriza o subjetivo, e a identidade de um grupo como reflexo das experiências e sentimentos dos indivíduos que o compõem” (RIBEIRO, 2007, p. 223).

Para atingir os objetivos propostos, utilizou-se a Metodologia da História Oral como meio para estabelecer aproximação e diálogo com as mulheres negras. A História Oral pode ser entendida como um método utilizado para a realização de entrevistas e análise da narrativa de indivíduos ou grupos sociais.

História Oral pode ser definida como um processo de trabalho que privilegia o diálogo e a colaboração de sujeitos considerando suas experiências, memórias, identidades e subjetividades, para a produção do conhecimento. Neste processo de intervenção e mediação se dá a construção de narrativas e de estudos referentes à experiência de pessoas e de grupos (RIBEIRO; CARVALHO, 2013, p. 13).

Assim como algumas outras metodologias de trabalho, a História Oral é conceituada por vários autores. São observadas distinções na elaboração de cada autor, mas a centralidade no diálogo e na narrativa é sempre o fio norteador desses conceitos. Considerar as

subjetividades também faz parte dos trabalhos que utilizam a História Oral. Portelli (2016), por exemplo, sugere que a memória, a narrativa e o diálogo, juntamente com a subjetividade, estejam presentes na atuação do historiador/pesquisador que faz uso da História Oral.

Nessa metodologia, as narrativas ganham destaque na produção do conhecimento. Meihy (2005) afirma que “[...] a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam os depoimentos como atenção central dos estudos” (MEIHY, 2005, p. 49). Além disso, a voz de indivíduos e/ou grupos sociais que foram silenciados historicamente passam a ter a possibilidade de se afirmar.

A História Oral apresenta variantes operacionais que delimitam o enfoque das entrevistas. Neste trabalho utiliza-se a História Oral de vida. Esse tipo de “[...] narrativa com aspiração de longo curso – daí o nome ‘vida’ – [...] versa sobre aspectos continuados da experiência de pessoas” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 82). Diferencia-se da História Oral temática porque não busca compreender um evento ou fato específico, mas o conjunto de experiências vivenciadas por indivíduos e/ou grupos sociais.

Para Meihy, “[...] a história oral tem etapas e [...] se concretiza como processo ao longo do planejamento detalhado, das gravações, da operação de cuidados materiais (gravação, arquivamento, trabalho de transcrição), autorização do colaborador, inscrição na análise e produção final do texto” (MEIHY, 2005, p. 109). O processo de trabalho em História Oral desenvolvido neste trabalho envolveu, ainda de acordo com Meihy (2005), (1) a elaboração do projeto, (2) a realização e gravação da entrevista, (3) a confecção do documento escrito, (4) análise do texto final e (5) devolução do produto.

Após a finalização das duas primeiras etapas, a confecção do documento escrito adotou o procedimento de *transcrição*. Nesse procedimento, a oralidade da entrevista foi traduzida em palavras, e ajustes foram feitos para auxiliar na compreensão do texto final, agora apresentado ao público nesta dissertação. A *transcrição* tem como objetivo manter o sentido do que foi falado e dar clareza ao conteúdo do texto. Os ajustes são uma interferência do autor com o objetivo de elucidar a narrativa por meio de melhorias na redação (MEIHY, 2005). Para isso, erros de gramática podem ser corrigidos, e ruídos desnecessários, eliminados. Também podem ser incorporados aspectos não verbais, como movimentos corporais e demonstração de emoções, como risadas e choro (MEIHY, 2005).

A História Oral, por sua natureza dialógica, garante centralidade à fala e à experiência dos participantes. Permite compreender suas realidades e, a partir disso, construir

conhecimentos em conjunto com essas vivências e saberes. Por estar alinhada com os objetivos desta pesquisa, a História Oral contribuiu para seu desenvolvimento.

3.2 Tipo de Pesquisa

Por tratar-se de um estudo sobre temas já abordados por outros estudiosos, esta pesquisa se classifica como aplicada e exploratória. De acordo com Fleury e Werlang (2016), utilizar-se de conhecimentos produzidos previamente é uma das características da pesquisa aplicada. Esse conhecimento é utilizado com o intuito de obter e/ou comprovar resultados, com a possibilidade de gerar impactos.

A característica exploratória refere-se aos objetivos do projeto. Nesse sentido, os autores citados acima identificam que as principais intenções desse tipo de investigação são: “[...] gerar novas ideias; ou conhecer os fatos básicos que circundam uma situação.” (FLEURY; WERLANG, 2016, p. 11).

3.3 Participantes

Para a realização dessa pesquisa foram convidadas 6 mulheres negras do vale do Paraíba paulista que tivessem tido a sua trajetória de vida atravessada por ideias, coletivos, movimentos ou manifestações dos feminismos negros e tivessem interesse em falar sobre esse tema. Essa escolha se justificou pelo objetivo geral deste estudo, que é: conhecer a percepção de mulheres negras de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP sobre os movimentos feministas negros e sobre a construção de pautas feministas.

As pesquisas quantitativas definem suas amostras por meio de cálculos matemáticos e estatísticos que indicam o número de participantes que devem ser ouvidos para que o resultado seja capaz de reproduzir, com a maior exatidão possível, o comportamento de determinado grupo. Já nas pesquisas qualitativas essa definição acontece de outra forma. Isso ocorre porque determinados indivíduos não falam por si só, pois suas histórias e sua atuação representam muitas outras. De acordo com o Dicionário de Sociologia (1997, p. 212), “[...] grupo é um sistema social que envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum”. Com isso, entende-se que a identidade das mulheres participantes desta pesquisa será representativa de histórias, características e demandas dos grupos sociais feministas, especificamente de movimentos feministas negros de São José dos Campos/SP e Taubaté/SP.

Das 6 mulheres convidadas, apenas 5 aceitaram participar da pesquisa. A sexta mulher contatada agradeceu o convite, mas informou que não conseguiria, naquele momento, dispor de tempo para conceder sua entrevista, pois estava grávida e prestes a ter seu bebê²⁰. Ela também afirmou que não teria como indicar outra mulher que correspondesse aos critérios solicitados e que pudesse participar em seu lugar.

Das entrevistadas, 4 residem em São José dos Campos e uma em Taubaté. Não foi possível entrevistar mulheres de Jacareí, conforme previa o projeto de pesquisa, pois a seleção foi feita por meio de rede e nenhuma das indicadas era jacareense. Como mencionado, para a seleção das colaboradoras foi utilizado o conceito de rede. Esse conceito surgiu no âmbito do processo de desenvolvimento de pesquisas e é bastante aplicado em estudos que utilizam a história oral como metodologia (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018).

Redes de entrevistados [...] é [um] conceito que pode ser definido – a partir de trabalhos como Meihy (1991, 1998, 2005) e Meihy e Ribeiro (2011) – como grupos de pessoas a serem entrevistadas indicados por colaboradores da pesquisa. As redes se estabelecem no decorrer do trabalho de acordo com a aceitação e adesão das pessoas indicadas (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2018, p. 414).

Em outras palavras, a primeira participante indica outras mulheres negras, e assim sucessivamente. As indicações vão acontecer até que o número de entrevistas estipulado pelo projeto seja atingido. Em casos em que o(a) pesquisador(a) não conhece os indivíduos que deseja entrevistar, a rede é uma forma de superar essa barreira, além de assegurar articulação entre os argumentos apresentados pelos(as) entrevistados(as) que, mesmo em número reduzido, poderão compor ou contrapor argumentos, de maneira a indicar caminhos de interpretação e análise.

²⁰ Sabemos que a gestação envolve cuidados médicos e uma série de adequações na vida da gestante. Os indicadores de raça e classe fazem parte da experiência de mulheres negras gestantes, que enfrentam dificuldades adicionais, como acontece nos casos de violência obstétrica, por exemplo, que acontece mais com pacientes negras do que com pacientes brancas. De todo modo, a convidada gestante que não pode participar deste estudo não compartilhou informações ou justificativas que nos permitissem inferir quaisquer situações como essa. Ademais, por não se tratar do escopo deste trabalho, não nos aprofundaremos nos temas que abarcam a experiência gestacional e obstétrica de mulheres negras, mas recomendamos a leitura dos seguintes trabalhos: ANDRADE B. E. M., LOPES S. R. S., ROSA D. M. L. & RODRIGUES, R. A violência obstétrica como violação de direitos humanos das mulheres. **Revista Ciências Humanas**, 2023, v. 16, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2023.v16.n1.a930>. LIMA, K. D.; PIMENTEL, C.; LYRA, T. M. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. **Ciênc. Saúde coletiva**. 2021, v. 26, n. 3, p. 4909-4918, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4909-4918/pt/>; CARMO C. B. *et al.* Desafios do processo gestacional de mulheres negras: uma revisão narrativa. **Femina**. 2021;49(12):690-8. Disponível em: <https://www.febrasgo.org.br/media/k2/attachments/FeminaZ2021Z49Z12.pdf#page=52>.

3.4 Instrumentos de Pesquisa

O instrumento utilizado para esta pesquisa foi a entrevista guiada por um roteiro (APÊNDICE 1), o qual direcionou os diálogos, de modo que foi possível compreender as histórias e percepções de mulheres negras sobre o feminismo negro.

Entrevistas são recurso de pesquisas de muitas naturezas e não é raro nossos entrevistados já terem vivido a experiência da entrevista anteriormente. Mas, mesmo sendo algo conhecido - para o pesquisador ou para o colaborador - há que se considerá-la algo especial dentro de nosso cotidiano (RIBEIRO; CARVALHO, 2013, p. 31).

O roteiro elaborado para a entrevista buscou refletir sobre os seguintes tópicos: tomada de consciência a respeito do “ser mulher” e do “ser mulher negra”, início da aproximação com as discussões do movimento feminista negro, dificuldades e contradições de ser uma militante/ativista, pessoas com as quais se identifica e livros que inspiraram a trajetória, compreensão sobre especificidades e definições do feminismo negro e, por fim, perspectivas de atuação futura para si e para o movimento.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados²¹

Durante a entrevista, e mesmo nos momentos anteriores e posteriores a ela, as participantes tiveram a possibilidade de fazer quaisquer objeções e até encerrar sua participação, a qualquer momento. Como não houve outras intervenções interpessoais, considera-se que os riscos desta pesquisa foram mínimos, pois é pouco provável que investigações científicas semelhantes a esta possam neutralizar completamente todos os tipos de riscos que porventura existam. Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas de forma individual. As mulheres entrevistadas estavam em suas residências²², e cada um dos encontros durou cerca de uma hora e trinta minutos.

Após aprovação no Comitê de Ética foi realizado contato com a primeira participante, para convidá-la a participar da pesquisa, em data e horário definidos por ela. As demais participantes foram indicadas na sequência. Para cada participante foi apresentado também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), para ciência dos objetivos e

²¹ Por ser uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), que tem por objetivo defender os interesses de todos os envolvidos na pesquisa, de modo a favorecer a adoção de padrões éticos e científicos.

²² Durante as entrevistas, as participantes pareciam estar à vontade para compartilhar suas memórias e histórias. Ao longo das conversas, que aconteceram por vídeo, ocorreram apenas duas interrupções: Carolina Maria e Cidinha, as duas únicas mães do grupo de entrevistadas, precisaram fazer pequenas pausas para atender seus filhos.

metodologia da pesquisa, bem como sobre sua utilização para elaboração da dissertação e de futuras publicações em periódicos científicos.

A primeira participante foi convidada para participar da entrevista somente após avaliação e aprovação deste projeto no Comitê de Ética. Ela foi indicada pela orientadora deste trabalho, por ser uma mulher negra e por ter atuação expressiva em um movimento feminista negro da cidade de Taubaté/SP.

Em razão da pandemia de covid-19 e das restrições determinadas por órgãos sanitários internacionais e nacionais, as entrevistas foram conduzidas de modo *online*, com auxílio da ferramenta de vídeo *Google Meets*. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas pela pesquisadora e validadas pelas entrevistadas. Esse material será guardado pela pesquisadora durante cinco anos e, após esse período, será descartado. Em seguida, deu-se início às análises.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Para a análise das narrativas utilizou-se a técnica da triangulação. Os procedimentos que envolvem o processo de análise por triangulação são indicados para a produção de pesquisas qualitativas. De acordo com Marcondes e Brisola (2014, p. 204), a análise por triangulação de métodos compreende as seguintes etapas: (1) organização dos dados coletados e (2) “[...] articulação de três aspectos para proceder à análise de fato”.

[...] o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os *dados empíricos*, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o *diálogo* com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à *análise de conjuntura*, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 204).

A partir da escolha dessa técnica para análise de dados, buscou-se estudar as narrativas promovendo o diálogo entre esse material e a produção de autores que se dedicaram a compreender temas relevantes para este trabalho. Foi igualmente importante a contextualização das narrativas, social e historicamente. Da mesma forma, Marcondes e Brisola (2014, p. 205) afirmam que: “[...] a investigação deve ser ancorada no diálogo com autores que tratam questões pertinentes às categorias de análise emergidas das narrativas ou dos dados coletados”.

Portanto, a utilização da técnica da triangulação teve por objetivo articular o relato das entrevistadas ao contexto de formação e atuação do pensamento feminista negro, aproximando a realidade das narrativas às condições históricas, sociais, culturais e políticas,

bem como por meio do diálogo com os conhecimentos previamente produzidos relativamente a temas como racismo, interseccionalidade e identidade. Procura-se, portanto, verificar se, e com qual intensidade, aparecem tais temas nas narrativas dessas mulheres.

3.7 Perfil das entrevistadas

As mulheres ouvidas nesta pesquisa são identificadas com nomes fictícios, para preservar o sigilo de suas identidades. A escolha dos codinomes deu-se a partir da manifestação de uma das colaboradoras, que disse que gostaria de ser identificada como Carolina Maria, em homenagem à escritora, compositora e poetisa brasileira Carolina Maria de Jesus. Seguindo essa lógica, os demais nomes atribuídos às outras participantes também fazem referência e reverência a escritoras negras brasileiras.

No Quadro 1 apresenta-se um breve perfil das mulheres entrevistadas.

Quadro 1 – Perfil das mulheres entrevistadas

Nome Fictício	Idade	Estado Civil	Fenótipo ²³	Escolaridade	Profissão	Número de Filhos	Cidade Natal	Cidade de Residência
Conceição	28	Solteira	Negra	Superior Completo	Assessora Parlamentar	0	Volta Redonda/RJ	Taubaté/SP
Maria Firmina	36	Solteira	Negra de pele clara	Superior Completo	Coordenadora Pedagógica	0	Assu/RN	São José dos Campos/SP
Esmeralda	26	Solteira	Negra de pele clara	Superior Completo	Publicitária	0	São José dos Campos/SP	São José dos Campos/SP
Carolina Maria	43	Casada	Negra retinta	Superior Completo	Promotora de Eventos Educacionais	1	São José dos Campos/SP	São José dos Campos/SP
Cidinha	33	Divorciada	Negra retinta	Superior Completo	Pedagoga/ Professora Educação Infantil	1	São José dos Campos/SP	São José dos Campos/SP

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

²³ De acordo com a médica e ativista Fátima Oliveira (2004), o fenótipo é o conjunto das características físicas dos indivíduos, sendo “a cor da pele [...] o que tem sido mais usado e considerado importante, pois aparece em quase todas as classificações raciais” (OLIVEIRA, 2004, p. 57). As mulheres que participaram desta pesquisa, em diversos momentos, ressaltaram que a cor e o tom de pele interferiram em experiências vividas por elas. Embora todas se autodeclarem como negras, no que diz respeito à “classificação racial”, elas se distinguem pelas diferenças no tom de pele: “[...] e eu uma *negra de pele clara* da América Latina [...]” (MARIA FIRMINA – grifos nossos); “Então, eu sou *retinta*, né?” (CAROLINA MARIA – grifos nossos). Desse modo, consideramos pertinente incluir essas informações – relativas ao tom de pele das participantes – no Quadro 1.

Os trabalhos que utilizam a História Oral como metodologia de pesquisa não têm o propósito de avaliar as narrativas de modo quantitativo, buscando um volume de semelhanças ou recorrência na fala daqueles que são ouvidos pelo(a) pesquisador(a). O objetivo da História Oral é conhecer a perspectiva de indivíduos e/ou grupos que, em geral, não são ouvidos ou considerados nos registros históricos e acadêmicos hegemônicos. Nas pesquisas com História Oral, os sujeitos, tanto os participantes como os pesquisadores, fazem parte da construção de narrativas que não se pretendem únicas, tampouco universais, mas narrativas que existem e que foram historicamente negligenciadas. Esse é o caso das narrativas de mulheres negras e de tantos outros grupos marginalizados pela produção histórica, acadêmica e científica. Por esse motivo, a História Oral preocupa-se com as singularidades e individualidades, ao mesmo tempo em que busca a coletividade e a representatividade na fala dos(as) participantes.

As 5 mulheres ouvidas nesta pesquisa apresentaram, pelas suas histórias de vida atravessadas pelo fato de serem negras, aspectos em comum e perspectivas completamente individuais. Daí a riqueza dessas narrativas. De todo modo, ao analisar o perfil das mulheres entrevistadas, algumas informações mereceram ser destacadas. Por delimitação da metodologia e dos objetivos desta pesquisa, todas as entrevistadas foram mulheres negras indicadas pelo método de rede. Além disso, buscaram-se mulheres que morassem em cidades do vale do Paraíba paulista e que tivessem contato, experiências ou atuação em movimentos/manifestações que envolvem as temáticas feministas negras. Nenhuma outra restrição foi feita quanto à indicação de mulheres a serem entrevistadas, como faixa etária, escolaridade ou profissão. Despertou atenção o fato de todas as entrevistadas terem o nível superior completo, especialmente porque se sabe que as taxas de escolaridade de mulheres negras ainda são baixas (em torno de 26% entre mulheres negras que estão no mercado de trabalho, de acordo com dados da PNAD 2022). É importante acrescentar também que nenhuma delas fez uso do sistema de cotas e financiamento para cursar a universidade, porque essas políticas públicas não existiam quando ingressaram no ensino superior. A combinação dessas informações (o fato de todas terem conseguido concluir o ensino superior sem ter a possibilidade de utilizar políticas públicas afirmativas) suscitam duas reflexões (que serão aprofundadas, no item de Resultados e Discussões): a primeira é sobre um recorte de classe que, mesmo com as mais acentuadas barreiras e dificuldades, contribuiu em alguma medida para que essas mulheres lutassem para conseguir seus diplomas. Algumas tiveram ajuda financeira dos pais ou de familiares próximos, outras precisaram escolher o curso tendo em vista o valor das mensalidades, para que as parcelas coubessem no orçamento, e outras, ainda,

ingressaram mais tarde na universidade, quando já haviam galgado alguma melhora em seus empregos e salários. Além disso, esses cenários nos levam a considerar a importância e a urgência de políticas públicas de inclusão, permanência e financiamento em faculdades e universidades, pois o esforço necessário para que uma mulher negra (ainda que pertencente à classe média) consiga estudar no ensino superior é muito grande.

– **Conceição**

Conceição define-se como uma “líder nata”. Tanto na comunidade religiosa que frequentava desde pequena quanto no movimento estudantil da faculdade, sempre foi questionadora e demonstrou iniciativa social. Aos 28 anos, formou-se assistente social e trabalha como assessora parlamentar de uma deputada federal do partido ao qual é filiada. Concorreu ao cargo de vice-prefeita da cidade de Taubaté e atua fortemente na política institucional. Acredita que a política é um meio de fortalecer a luta pelo fim das opressões de raça, classe e gênero.

– **Maria Firmina**

Maria Firmina é uma mulher do Nordeste radicada desde a infância em São José dos Campos, no interior do estado de São Paulo. É filha de mãe nordestina, negra, e pai mineiro, branco. Por causa de uma escolha profissional de seu pai, ela e toda a família tiveram que se mudar para São José dos Campos quando ela tinha apenas 10 anos de idade. É nesse momento que ela começa a enfrentar o preconceito por causa do seu sotaque e de seus costumes. Além disso, por ter sido uma criança e uma adolescente acima do peso, teve que lidar com o *bullying* e a baixa autoestima. A consciência racial só veio na fase adulta, quando morava na Inglaterra e foi “identificada” como negra por uma colega etíope de pele retinta. A partir disso, da aproximação com movimentos sociais e do contato com escritos de mulheres negras, Maria Firmina passou a voltar-se para acontecimentos do passado e consegue dar novos significados a eles, tendo em vista o preconceito racial.

– **Esmeralda**

Esmeralda é uma jovem de 26 anos que viu sua infância ser dividida entre antes e depois da separação de seus pais. Esse fato gerou para ela diversas dificuldades, dentre elas a financeira, o que fez com que começasse a trabalhar – mesmo que informalmente – desde muito cedo, para conseguir ajudar sua mãe. Sofreu racismo ainda criança, na escola e nos

comércios do bairro onde morava, e conta que teve o apoio dos pais, nesses momentos. A aproximação com movimentos sociais deu-se quando estava com 18 anos, e nunca mais parou. No seu trabalho atual, como publicitária que atua em projetos culturais de sua cidade, Esmeralda diz que sempre prioriza iniciativas que envolvam mulheres e/ou questões sociais e raciais, como forma de manter-se ativa no seu propósito de colaborar com o enfrentamento de opressões e preconceitos.

– **Carolina Maria**

Uma joseense da gema, como ela mesma se define. Por ser uma mulher negra retinta, conta que sempre teve, de algum modo, uma consciência racial, apesar de não ter tido conversas diretas com seus pais a respeito de questões raciais enquanto era criança, Carolina Maria diz que já na infância experienciou situações de racismo, como quando acompanhava sua mãe, que era doméstica, no trabalho. Formada em Jornalismo, envolveu-se com o movimento negro na época da faculdade, e nunca mais se afastou completamente dos movimentos sociais. Atualmente, com 43 anos, trabalha com eventos em uma escola de São José dos Campos, é mãe, esposa e estudante de Psicologia. Inclusive, ser psicóloga era um sonho antigo e que foi desencorajado por familiares que diziam que esse curso não era indicado para mulheres pobres, muito menos para mulheres pobres e negras.

– **Cidinha**

Aos 33 anos, Cidinha já se debruçou sobre obras dos principais nomes da teoria feminista negra e, também, de militantes das causas raciais. Ao tornar-se mãe, viu-se como mãe solo, mesmo quando ainda estava casada com o pai de seu filho. Como pedagoga, trabalha com crianças em uma escola pública e diz que vê o racismo acontecer mesmo no ambiente escolar. Não se considera feminista, mas é, sem dúvida, figura ativa na luta pelo fim do racismo e de todo tipo de opressão contra mulheres e homens negros. Em uma de suas redes sociais lê-se a frase “Uma preta se amando é revolucionário”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.

(Lélia Gonzalez)

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, os quais foram construídos a partir das narrativas das entrevistas, considerando-se os pressupostos da Metodologia da História Oral. A fim de melhor elucidar os achados da pesquisa, esta seção foi dividida em subseções, a saber:

- Identidades e *práxis*;
- Desafios contemporâneos na *práxis* de mulheres negras; e
- Influências teórico-práticas na construção identitária e estratégias para atuação futura.

4.1 Identidades e *práxis*

Nesta subseção apresentam-se as reflexões a partir das narrativas, destacando duas categorias que se mostraram centrais, quais sejam, identidade e *práxis*.

[...] quando meu filho nasceu, veio aquele senso de urgência, né? E aí ele entrou na escola, começou a aprender e eu achei aquilo incrível! Ele entrou sem saber falar e aí ele já saiu falando, interagindo, era sensacional! Eu achei aquilo muito interessante e fui buscar na minha memória, né? Eu sempre gostei muito da escola, sempre gostei muito de estudar, sempre gostei muito das minhas professoras. (CIDINHA).

De todas as entrevistas realizadas, o excerto acima foi o único em que a palavra *memória* apareceu explicitamente. Cidinha comenta que, para entender seu fascínio pelo processo de aprendizagem, buscou suas memórias. É sabido que toda identidade formada e narrada é composta por memória, por isso, para discorrer sobre identidade é preciso entender como a memória participa da construção de identidades e narrativas, como aconteceu no caso de Cidinha.

Nas palavras da entrevistada, é possível perceber que suas memórias de infância, que a permitiram recordar o quanto ela gostava da escola, dos professores e de estudar, ajudaram-na a entender uma sensação do presente. Por ter se interessado tanto pelo aprendizado de seu filho e, com isso, ter se lembrado do quanto gostava do ambiente escolar quando era criança, ela passou a considerar a possibilidade de estudar Pedagogia. Essa decisão concretizou-se

algum tempo depois, de acordo com seu relato. Suas memórias contribuíram, não só com uma decisão do presente²⁴, como também com seu processo de autoconhecimento e autopercepção.

Com isso, revela-se a ligação entre memória e identidade, que necessita da narração para ser evidenciada e compreendida. O ato de lembrar é traduzido em palavras de uma narrativa. Por meio dessa, outras pessoas - ou mesmo o próprio narrador - tomam consciência de suas vidas, de suas experiências. Descobrimo-nos quem é, revela-se uma identidade. A memória traduzida em palavras transmite uma experiência vivida e explica o comportamento do presente (RIBEIRO, 2007, p. 186).

As entrevistas, como parte do desenvolvimento de narrativas, traduzem em falas – e depois em texto – esse ato de lembrar, de lembrar acontecimentos do passado e atribuir significados para eles no presente. Para a narradora, a “dona” das memórias, trazê-las à tona faz ainda parte do descobrimento de si, do conhecimento sobre si mesma, da afirmação ou negação de uma identidade.

“A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (POLLAK, 1992, p. 204). Nessa direção, em vários momentos as mulheres entrevistadas relataram que situações que viveram no passado, e que faziam parte de suas memórias de infância e adolescência, tinham ganhado outro significado para elas. Esses relatos dialogam com Pollak (1992) em que afirma a importância das “preocupações do momento” na estruturação da memória. É possível acrescentar a importância da identidade que, em seus processos de metamorfose (CIAMPA, 1987), resgata memórias e as compreende de novas maneiras. A memória pode ser a mesma, mas o seu significado flutua.

Ao lembrar a infância Maria Firmina aponta:

[...] porque eu me lembro que uma vez conversando com a minha mãe, eu chorando muito porque eu era muito feia e tal, eu falei para minha mãe que se eu tivesse dinheiro eu ia ser o novo Michael Jackson, porque eu ia mudar tudo em mim, inclusive a cor. Mas, assim, totalmente subjetivo. Totalmente inconsciente. O que é muito simbólico hoje eu penso sobre isso... (MARIA FIRMINA)

A participação nesta pesquisa, por meio da entrevista, serviu como estímulo para que Maria Firmina, ao lembrar uma conversa que teve com a mãe, no passado, atribuísse um novo significado a ela, na medida em que acredita que esse novo significado se deve a sua

²⁴ Em outro momento da entrevista, Cidinha confidenciou que já tinha iniciado uma faculdade de Cinema, mas não tinha terminado o curso. Depois havia se interessado pela graduação em Jornalismo, mas também sem sucesso. Só depois do nascimento do filho ela estudou Pedagogia, formou-se e passou a trabalhar em creches/escolas, profissão de educadora que exerce até o momento da publicação deste trabalho.

consciência racial, desenvolvida em conjunto com suas relações sociais e suas experiências pessoais.

O tempo presente e a interação social participam, sem dúvida, da recuperação de memórias do passado. Em vista disso, a história oral, ao privilegiar vozes há muito tempo silenciadas e memórias desconsideradas, assume um papel significativo na recuperação/rememoração do passado. “Ao privilegiar a análise (sic) dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional” (POLLAK, 1989, p. 2).

As vozes de mulheres negras, bem como suas memórias e suas identidades, fazem parte desses grupos “[...] dos marginalizados e das minorias” (POLLAK, 1989, p. 2). Resulta daí a importância e a necessidade de escutá-las, registrar suas memórias, compor suas narrativas e aprender com suas experiências e percepções.

Tal qual a memória, o nome próprio é também parte considerável da formação identitária e das narrativas. Maria Firmina iniciou a entrevista dizendo seu nome. Assim como Severino, na análise de Ciampa (1987, p. 19), percebe que “[...] o primeiro recurso de que lança mão é fornecer seu nome, seu nome próprio, o único que lhe foi dado e com o qual se identifica”. A primeira observação que vem à tona é a importância do nome na constituição da identidade própria de cada indivíduo. Uma das violências mais simbólicas – e cruéis – do processo de escravização da população africana: proibir os escravizados de continuarem usando seus nomes “originais”, aqueles que seus ascendentes haviam escolhido.

Apesar de o nome próprio ser, sem dúvida, um componente formativo da identidade do indivíduo, e de ser também o principal recurso utilizado para iniciar uma apresentação pessoal, ele está longe de ser suficiente para definir sua identidade. O nome, assim como os registros numéricos de identidade – como o RG ou o CPF, por exemplo – são algumas formas de representação e comunicação da nossa identidade, mas não traduzem completamente algo tão complexo como a identidade de um ser humano (DANTAS, 2017).

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade*, Hall (2006) alerta para o fato de que o próprio conceito de identidade não tem uma definição fixada e consensual entre todos os que estudam este tema, e afirma que o assunto – identidade – ainda não foi devidamente explorado pelas Ciências Sociais.

As concepções não-essencialistas de identidade dão ênfase para processos de construção identitária que se fundamentam na relação com o meio externo. Nessa perspectiva,

as identidades não são estáveis, acabadas e imutáveis, pelo contrário, podem ser “[...] fluidas e mutantes” (HALL, 2006, p. 10).

Ciampa (1987) também não acredita em uma identidade estática, tal qual algo imediato e permanente, como é sugerido quando alguém se apresenta apenas dizendo seu nome próprio. A “[...] identidade é um processo contínuo de metamorfoses” (DANTAS, 2017, p. 2). Essas transformações que constituem o processo identitário continuado não acontecem com o indivíduo isoladamente, mas com suas interações sociais, políticas, econômicas e históricas. Conforme Ciampa (1987, p. 86), “[...] O indivíduo isolado é uma abstração. A identidade se concretiza na atividade social. O mundo, criação humana, é o lugar do homem. Uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa” (CIAMPA, 1987, p. 86).

Esse processo de construção de identidades, que é contínuo e dependente das relações e contextos sociais, aparece em diferentes acontecimentos narrados pelas colaboradoras desta pesquisa. Para Maria Firmina, assim como para as demais participantes que iniciaram sua apresentação dizendo apenas seu nome e de onde vinham, um ponto crucial da formação da sua identidade (ou de uma delas) é o momento em que a questão racial passa a fazer parte disso. Ela conta que até os 20 e poucos anos não se via como uma mulher negra, e que foi a partir do contato com uma amiga que isso começou a mudar.

E uma das coisas que fez com que eu começasse a me entender como negra foi quando eu estava na Inglaterra. Porque lá tinha uma menina da Etiópia, que trabalhava comigo. A Leila. E eu me lembro que uma vez a gente estava conversando e tal e aí ela falou: “Vamos pra praia?!” Eu trabalhava num lugar turístico e tinha uma praia bem na frente do hotel. Aí ela falou “Vamos pra praia?!” Aí a outra menina queria ir, uma inglesa que morava lá e aí ela [Leila] falou assim: “No, only black girls”. Aí tipo... e me colocou no meio. Então assim, a Leila me via, né? A Leila era uma negra retinta da Etiópia e eu uma negra de pele clara da América Latina e tal, mas ela não me viu como uma menina latina, ela me viu como uma menina, né? Tanto que ela falou: only black girls (MARIA FIRMINA).

Apesar de ser controverso no âmbito das discussões sobre racismo e feminismo negro e de não ter aparecido explicitamente em nenhuma das narrativas das entrevistadas, o colorismo permeia alguns de seus relatos. O conceito de colorismo foi cunhado pela escritora e ativista norte-americana Alice Walker, em 1983, para se referir ao sistema racista e patriarcal dos Estados Unidos, que valoriza indivíduos de pele mais clara em detrimento daqueles de pele mais escura (GÓES, 2022), mesmo que ambos sejam identificados como pertencentes à “raça” negra.

Djokic (2015), em artigo para o Portal Geledés, acrescenta que no Brasil o colorismo incorporou outras características fenotípicas para exercer a discriminação racial, como o cabelo crespo ou o nariz mais arredondado ou largo. Segundo a tese do colorismo, aplicada ao contexto brasileiro, indivíduos com a pele mais escura ou com traços físicos que sejam associados à descendência africana tendem a ter um tratamento diferente daqueles com a pele mais clara ou com características físicas que se aproximem do “ideal” branco.

Ainda sobre o colorismo, dois outros pontos merecem ser frisados. O primeiro é o fato de que esse tratamento “diferenciado” e a maior “aceitabilidade” que muitas vezes é experimentada por negros(as) de pele mais clara não se configura como um privilégio, mas como uma vantagem. Privilégios seriam permanentes, enquanto vantagens são momentâneas e podem ser perdidas ao menor sinal de situações de conflito. Soma-se a isso que discussões e estudos sobre o colorismo precisam ser encarados com extrema responsabilidade e sensibilidade, já que a segregação de grupos por diferentes fenótipos e tom de pele pode enfraquecer possíveis alianças e união de forças para combate ao racismo, que afeta pretos e pardos.²⁵

Na citação acima, extraída da entrevista de Maria Firmina, percebe-se que no Brasil ela não havia tido a experiência pessoal e explícita de ser “classificada” como negra. Infere-se que, por sua pele mais clara, ela possa ter tido uma maior “aceitabilidade” nos círculos em que frequentava, mesmo que fossem círculos muito “embranquecidos”, como ela mesma relata em determinada parte da entrevista.

Na história e na vivência de Maria Firmina foi necessário que uma outra pessoa, que não era da sua família e nem do seu país, lhe dissesse que a identificava como uma semelhante, como uma mulher negra, assim como ela. Até aquele momento, saltavam aos olhos de Maria Firmina o fato de que ela era: (1) uma menina nordestina radicada na cidade de São José dos Campos; e, (2) uma criança e, posteriormente, uma adolescente acima do peso e, portanto, fora dos “padrões” de beleza estabelecidos para as mulheres²⁶. A cor da sua pele, até então, não parecia exercer qualquer influência em como se via ou era vista pelos outros.

²⁵ Mais uma vez, agradecemos pela colaboração da Profa. Dra. Carla Lisboa Porto.

²⁶ O tema “padrão de beleza” para o corpo feminino apareceu em três narrativas, bem como o relato de situações de preconceito e discriminação com o corpo considerado gordo. Essas expectativas padronizadas são cobradas das mulheres e geram impacto em sua aceitação (tanto pessoal quanto profissional), além de consequências na autoestima e na saúde mental. Dado o escopo e os objetivos deste trabalho, esse tema não será tratado aqui, mas é preciso referir sua menção nas narrativas e sua relevância em discussões sobre gênero e feminismo.

Cidinha também comenta que na infância e na adolescência não tinha um diálogo aberto com a sua família a respeito de questões raciais e que acreditava que o motivo das discriminações que sofria era outro.

*A discriminação era aquela coisa natural né, das pessoas não quererem ficar muito próximas, os menininhos não quererem nada relacionado a afetividade e alguns poucos também não queriam nem amizade, mas são coisas assim que eu só percebi que estavam dentro de um aspecto racial depois de madura, depois de adulta, quando eu criei consciência racial. **Porque até então eu achava que eram condutas normais de pessoas que simplesmente não tinham afinidade comigo por conta da minha pessoa e não por conta da minha cor** (CIDINHA – grifos da autora).*

Diferentemente de Maria Firmina, que não atribuía os preconceitos que sofria ao fato de ser negra, Esmeralda comenta que as situações de racismo que viveu quando criança eram assimiladas como tal, por ela ou por seus pais. Uma distinção a ser ressaltada é que a constituição racial da família das duas não era a mesma. Maria Firmina nasceu de uma união inter-racial, a saber, sua mãe é negra – assim como seus ascendentes diretos – e seu pai é branco. Na casa de Esmeralda todos são negros, fato que pode ter influenciado a percepção racial de seus pais e dela.

[...] também de uma vizinha que quando eu ia no mercado ela me chamava de negrinha do pastoreio e um belo dia contei para o meu pai e ele tinha uma espingarda em casa, de chumbinho, e ele falou assim: “Você passa no portão dela e se ela gritar eu vou lá resolver!”. E aí [...] eu passei e a vizinha gritou: “Aí vai a negrinha, fedida, macaca...” [...] e aí meu pai pegou a espingarda e foi no portão dela e falou: “O que você falou da minha filha? Repete aí” (ESMERALDA).

A mãe de Esmeralda, assim como seu pai, é citada na narrativa da filha como uma relação importante na sua construção identitária como mulher negra, e como apoio e suporte para enfrentamento do racismo que sofria. Se a filha, que ainda era uma criança, tinha problemas na escola em razão do preconceito racial de outras crianças que a desprezavam pelo seu cabelo crespo, a mãe se dedicava-se a valorizar essa característica de Esmeralda, estimulando-a a gostar do seu cabelo e a elevar sua autoestima.

Em uma sociedade em que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2018), como é o caso brasileiro, as crianças não escapam das armadilhas racistas nos espaços e instituições em que vivenciam as relações sócio raciais. Cidinha, que é pedagoga e trabalha com educação infantil, afirma perceber que crianças brancas reproduzem posturas e comportamentos que demonstram, no mínimo, falta de vontade ou de esforço para se relacionar com crianças negras.

Porque essas diferenças a gente já enxerga agora, entendeu, dentro da sala de aula. A gente já enxerga os grupinhos, as pessoas [crianças brancas] deixando as crianças negras de lado, e isso de uma maneira muito natural, né? Eles não fazem muita força para ser amigos de crianças negras (CIDINHA).

A fala de Cidinha dialoga com as teorias de formação identitária que atribuem maior importância e influência para a socialização. No caso de crianças, o início do processo de socialização passa pelo convívio com a família ou com aqueles que são diretamente responsáveis pelo seu cuidado. Parece ser a isso que Cidinha atribui o comportamento de algumas crianças brancas com as quais trabalha.

É, eu digo naturalmente porque elas são socializadas dentro das casas delas. Então, se você não tem o convívio de pessoas negras, por exemplo, você é mãe, é casada, o seu ciclo de amigos são só pessoas brancas e você só vê o negro servindo, o coletor de lixo ou aquela moça do mercadinho, ou o trocador do ônibus²⁷. Se você não tem no seu espaço de convívio social, de amizade, pessoas negras, a criança já vai estar afastada. Isso naturalmente. Aí pode ser que dentro desse balaio, dentro da família a questão de serem pessoas racistas mesmos e aí a criança vai incorporando esse comportamento familiar (CIDINHA).

Como são socializadas primeiramente no ambiente familiar ou do lar, as crianças carregam consigo (e podem incorporar em sua identidade) os aspectos e sensações daquilo que vivenciaram em termos de ensinamentos e experiências proporcionadas por seus pais ou responsáveis. Se a criança só se relaciona socialmente e afetivamente com pessoas brancas, se só observa pessoas negras em trabalhos e atividades subalternizadas e presencia atitudes racistas daqueles em quem se inspira e confia, pode reproduzir comportamentos e atitudes racistas para com crianças negras na escola, por exemplo. Esse tipo de conduta demonstra que as crianças são capazes de compreender as normas sociais que instituem processos de hierarquização e subalternização racial. Elas parecem ser, inclusive, capazes de compreender o privilégio social que a branquitude lhes proporciona e, na dinâmica das relações, podem ou não acioná-la²⁸ (SANTOS; PASSOS, 2021).

²⁷ Em entrevista ao cantor de rap Mano Brown, em dezembro de 2021, a jornalista e apresentadora Glória Maria contou que leva suas filhas para conhecer outros países, em especial a África do Sul, para que elas possam ver pessoas negras ocupando diferentes posições e profissões, já que no Brasil a população negra, em sua maioria, ainda é relegada às posições inferiores. “Eu quis que elas conhecessem um país que tivesse maioria negra, que elas pudessem ver o negro ocupando os espaços que eles não ocupam aqui no Brasil. Lá você vai para hotéis maravilhosos, você vai para restaurantes maravilhosos e 90% das pessoas são negras. Aqui, quando a gente vai a qualquer lugar chique só tem eu e elas, não tem ninguém. [...] Eu levo as minhas filhas ao teatro, somos só nós. Levo no cinema, é basicamente nós. [...] Então eu queria que elas vissem que tem lugares em que o preto também é maioria”. [Glória Maria]. MANO A MANO. Entrevistada: Glória Maria. Entrevistador: Mano Brown. [S. l.]: Spotify, 09 dez. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Cp1UH7ummJ0VS0Hw9PuNG?si=332d301693054728>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁸ Para mais informações a respeito desse tema, ver: SANTOS, Pamela Cristina dos. **Saravá as cartinhas: relações sócio-raciais entre crianças negras e brancas no terreiro e na escola**. 2019. Dissertação (Mestrado em

Bom, a minha mãe sempre falava que a gente era a pérola negra dela e ela falava muito bem do nosso cabelo. Eu sempre quis alisar o cabelo, pois eu sofria muito na escola e não sabia bem o que era, apesar de nossa mãe ressaltar muito nossa beleza. Minha mãe ia aos salões de cabeleireiro e ficava assistindo o que elas faziam em nossos cabelos para ela aprender em casa. Então, eu sempre tive acesso, se você ver minhas fotos quando era criança quase nunca estou com o cabelo fora do lugar, eu tinha um cabelo muito bem cuidado, ela sempre cuidava. Então minha mãe deixava essas coisas muito visíveis para a gente se reconhecer (ESMERALDA).

O modo de lidar com o cabelo de suas filhas – e com o preconceito racial que eles suscitavam – permite-nos inferir que a mãe de Esmeralda sabia (provavelmente por experiência própria) que a aparência das filhas era um fato importante de aceitação social. Ademais, a valorização de seus cabelos “muito bem cuidados” era fundamental como estímulo ao sentimento de autoestima em suas filhas. No livro *Para educar crianças feministas: um manifesto* (2017), a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie afirma que também acredita que as vivências de meninas negras criadas em lares com mães e pais que valorizam a negritude de suas filhas podem ter influência na identidade e no modo de elas se relacionarem com suas características físicas.

Chizalum desde cedo notará – pois as crianças são muito perspicazes – qual é o tipo de beleza que se valoriza. Verá nos filmes, nas revistas, na televisão. Verá que se valoriza a pele branca. Perceberá que o tipo de cabelo que se valoriza é o liso ou o ondulado, e é um cabelo que cai, em vez de ficar armado. Ela vai se deparar com tudo isso, quer você queira ou não. Então, garanta que ela veja alternativas. Faça-a perceber que mulheres brancas e magras são bonitas e que mulheres não brancas e não magras são bonitas. Faça-a perceber que, para muitas pessoas e muitas culturas, a definição limitada de beleza não é bonita. É você quem mais conhece sua filha, e assim é você quem sabe melhor como afirmar o tipo de beleza dela, como protegê-la para que não se sinta insatisfeita ao se olhar no espelho (ADICHIE, 2017, p. 28).

As relações com o meio externo (familiares e sociais), as experiências vividas na infância e as características físicas (como cor da pele e tipo de cabelo) são variáveis que ajudam o indivíduo a (re)moldar sua identidade. No entanto, pelas narrativas analisadas, percebe-se que as situações de racismo marcam a formação de identidade de mulheres negras, que é, “cedo ou tarde”, perpassada pela questão racial. Nuances e singularidades à parte, nota-se que o preconceito e a violência racial foram preponderantes no desenvolvimento identitário das participantes desta pesquisa.

Uma iniciativa da associação Gênero e Número²⁹ reuniu relatos sobre vivências cotidianas do racismo no Brasil e, por meio da análise desses depoimentos, evidenciou a presença do racismo nas experiências de mulheres negras. A plataforma lançada pela associação, que recebe o nome de *Racismo à Brasileira*³⁰, ficou disponível para inscrição de relatos de forma indiscriminada, porém o principal grupo a compartilhar suas histórias foi o de mulheres negras. Aproximadamente 62% das experiências de racismo vivenciadas por elas são relacionadas a violência psicológica e moral, e em mais da metade dos relatos (55%) o impacto mais perceptível é o emocional. De acordo com Sanny Bertoldo (2022), “[...] As histórias compartilhadas remetem a diversos períodos da vida das mulheres negras, desde a infância, adolescência ou fase adulta”.

Ao relacionar os dados fornecidos pela Gênero e Número com as narrativas deste trabalho, foi reforçado o argumento de que as experiências de racismo acompanham o trajeto de vida e identitário de mulheres negras brasileiras. Fica, inequivocadamente, uma reflexão sobre o desenvolvimento de identidades que, pela estrutura racista do Brasil, germinam e nascem tendo que conviver com a violência sofrida por ser quem se é. Mesmo que a consciência identitária-racial ainda não tenha se formado completamente, como acontece no caso de crianças, por exemplo, ser discriminado pela raça/cor da pele influencia diretamente na formação psicológica e identitária dos indivíduos.

Costa (1983), ao apresentar e comentar o livro *Tornar-se negro* (1983), de Neusa Santos Souza (1948 - 2008), menciona a influência que a violência racista opera na constituição da identidade negra. Em suma, o que ocorre é que o racismo cria um “Ideal de Ego branco”. Esse Ideal³¹, além de ser inatingível um indivíduo negro, faz com que ele internalize que o seu corpo – biologicamente falando – e qualquer traço de uma possível identidade negra precisa desaparecer.

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal

²⁹ Em seu *site*, a Gênero e Número define-se como: “[...] uma associação que produz e distribui jornalismo e informação orientados por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançamos e informamos uma audiência interessada no assunto”.

Disponível em: <https://www.generonumero.media/sobre/>.

³⁰ Para ver mais dados e informações sobre a metodologia desse estudo, consulte-se o portal da plataforma *Racismo à Brasileira*, disponível no *site* da Gênero e Número: <http://racismo.generonumero.media/sobre>.

³¹ Esse ideal de branquitude como referência ou padrão de desenvolvimento para a humanidade está presente na crítica negra à branquitude desde os escritos de Franz Fanon (1925 – 1961), em especial no livro intitulado *Peles negras, máscaras brancas* (2008). Desde sua primeira publicação, em 1952, este é um dos textos fundamentais dos movimentos de luta antirracista.

identificatório do negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (COSTA, 1983, p. 14).

Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que, como dito por Costa (1983), o racismo opera por “repressão ou persuasão”, ou seja, nem sempre as violências raciais são explícitas. A valorização do “branco” e de suas representações impacta, por si só, a formação identitária de negras e negros, na medida em que faz com que o ideal branco seja desejado e, portanto, perseguido.

Pela percepção de Maria Firmina, é possível extrair essas diferentes formas de performance do racismo, bem como a concepção de que ele agiria apenas contra aqueles que são, “de fato”, considerados como negros. Por não terem a pele muito escura, os “mestiços” poderiam passar ilesos do racismo de repressão, aquele explícito, como exemplifica Maria Firmina: “ninguém nunca me chamou de macaca, ninguém nunca me mandou comer banana”.

Um conceito muito importante para entender essa aparente aceitação que existe em relação aos “mestiços” é o mito da democracia racial. Azevedo (2018, p. 165) sustenta que esse mito, de “[...] transmitir para o Brasil e o mundo a imagem de um país cujos cidadãos de diversas origens raciais e classes sociais convivem cordialmente e de um modo integrado”, foi uma construção que envolveu interesses de setores econômicos e políticos, assim como se valeu também do contexto social brasileiro. O que a autora contraria é o discurso do “senso comum” que atribui – quase exclusivamente – a criação do mito de democracia racial à obra de Gilberto Freyre (1900 – 1987), *Casa-Grande & Senzala* (1933).

Mesmo que se concorde com a argumentação de Azevedo, é inegável que Freyre teve participação na consolidação da ideia de que, dada a intensa miscigenação de raças que aconteceu na história do Brasil, a figura do “mestiço” era central na constituição “harmoniosa” da identidade brasileira.

Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial (MUNANGA, 1999, p. 79-80).

De acordo com Souza (2021), o que Freyre conseguiu fazer, ao exaltar essa mestiçagem cultural e de raças, foi encontrar uma identidade positiva para o brasileiro, majoritariamente mestiço, que até então se via humilhado pelo racismo que o entendia “[...] apenas como negro ou mulato e, portanto, na categoria subalterna de ‘não branco’”. O “bom

mestiço”, como figura romantizada, passa, então, a ser um local identitário de mais vantagens, ainda que essas vantagens sejam dissimuladas e provisórias. Se algum privilégio dos brancos for ameaçado, essa vantagem cai por terra e o “bom mestiço” passa a ser inferiorizado.

Teófilo de Queiroz Júnior (1999) chama a “democracia racial” brasileira de falácia, e diz que exames atentos e minuciosos, como aqueles feitos e registrados por Kabengele Munanga, em seu livro *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil* (1999), conseguem desvelar essa falsa ideia de que não existem conflitos entre brancos e negros. A harmonia/democracia racial brasileira é uma narrativa fantasiosa porque, na realidade dos fatos e da convivência social, o racismo continua agindo nas bases da sociedade. Ao mestiço, o lugar de branquitude continua a ser negado e valorizado como se fosse melhor, o ideal a ser alcançado. O indivíduo se vê como possuidor de uma identidade brasileira forjada no “bom mestiço”, mas o que na verdade ocorre é que ele é destituído – seja opressivamente ou por forte persuasão social racista – daqueles traços culturais, identitários e raciais que o relacionam com sua ascendência.

Munanga (1999) ilustra essa condição do mestiço brasileiro ao dizer que:

[...] os indivíduos e as linhagens procuram gerir com cuidado seu capital racial, de modo a aumentar sua parte de “branco”, e a subir no sentido inverso do movimento das águas os diversos escalões da “linha de passagem”. Mas, a passagem pode ser efetuada apenas por raros indivíduos, capazes de escapar à memória coletiva e de ocultar a seus próprios olhos uma parte de sua ascendência (MUNANGA, 1999, p. 40).

Na narrativa de Esmeralda, percebe-se essa tentativa de alteração ou “manipulação” de características físicas – cor da pele e tipo de cabelo – que são associadas à identidade racial negra. Aproximar-se do ideal branco, ter o cabelo liso e a pele mais clara – ainda que artificialmente – parecia importante para a sua identidade, na adolescência.

[...] e ao contrário de me impor, eu tinha vergonha, e na minha adolescência eu ficava nessa de clarear as fotos, passar maquiagem mais clara que minha pele [...] então, na minha adolescência eu ficava sempre no meu canto, eu sofria muito o racismo do meu cabelo, nossa eu alisei meu cabelo com 16 anos [...] (ESMERALDA).

O caso individual narrado por Esmeralda, que, mesmo com o apoio de sua mãe, procurou modificar seus traços físicos para se aproximar do que é considerado “branco”, é um fenômeno bastante discutido no Brasil. Munanga (1999) acredita que a ideologia racial que se desenvolveu no país do fim do século XIX até meados do século XX é responsável por esse “ideário do branqueamento”. Essa vontade/necessidade forjada de tornar-se branco – ou cada vez menos negro – atinge, segundo o autor, o processo de identidade de negros e mestiços.

Eu sabia que tinha o racismo, mas eu achava que era algo, tipo assim, “ah, pra gente retinta”. Eu sou clara, tipo, tenho amigos, tipo, nunca sofri... nunca fui impedida de entrar em loja né? ninguém nunca me chamou de macaca, ninguém nunca me mandou comer banana, essas coisas pejorativas que tinha naquela época e que a gente achava que racismo era isso né? Era essas coisas mais diretas. Como isso nunca tinha acontecido comigo, polícia me parando, perder vaga de emprego, porque eu era negra, tipo, não via isso acontecendo comigo. E então para mim eu nunca tinha sofrido racismo, né? E eu me via, como assim, talvez, eu me considerava parda. Pardo não é negro. Eu sabia que eu não era branca, mas eu também não era negra. Eu era parda (MARIA FIRMINA).

Maria Firmina, uma negra de pele clara, como atualmente se define, apresenta um exemplo de como a “mestiçagem” pode se configurar como uma dissimulação do racismo e o quanto isso se estruturou e normalizou papéis na sociedade brasileira. Como suas características físicas retratam a mistura – biologicamente falando, já que seu pai é branco e sua mãe é negra – de traços “brancos” e traços da “negritude”, a sua experiência se diferencia do que é entendido – grosso modo – como racismo. Ela comenta que, em razão do seu tom de pele mais claro, ela demorou mais para se reconhecer e se identificar como uma pessoa negra.

Desde 2007, ocorre no Brasil uma “virada de chave”, com relação à autodeclaração da população. De acordo com dados coletados pelo IBGE, 2007 foi o primeiro ano em que a parcela da população que se autodeclarou preta e parda foi maior do que a população que se declarou branca. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, por exemplo, totalizou 51,2% de brasileiros que se declararam como brancos, contra 42%, que se declararam como pardos e 5,9%, como pretos (totalizando 47,9% de negros, ou seja, pretos + pardos). Em 2007, os percentuais inverteram-se: 49,2% consideravam-se brancos, e 50%, pretos ou pardos. Ao longo dos anos essa diferença consolidou-se, e até aumentou. A PNAD de 2022 revela que apenas 43% dos brasileiros se autodeclararam como brancos, 47% se consideraram pardos, e 9,1%, pretos. Cabe acrescentar que, atualmente, o IBGE apresenta aos respondentes das pesquisas cinco categorias de raça/cor: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas. Os participantes autodeclararam-se como pertencentes a um desses grupos. Ainda para o IBGE, os autodeclarados pretos e pardos, somados, constituem o grupo dos negros³², ou seja, a população negra é a soma dos grupos que se autodeclararam como pretos e pardos (GOMES, 2021). Sobre esse cenário, Senkevics (2022) afirma que:

[...] observa-se um fenômeno de escurecimento na classificação racial da população brasileira, sabidamente decorrente não apenas das taxas de fecundidade ou dos cruzamentos inter-raciais, mas principalmente de um processo de ressignificação

³² Em seu livro *O que é racismo estrutural?* (2018), Silvio Almeida explica que a categoria “negros” (a soma dos autodeclarados pretos e pardos) constitui-se como uma *categoria política*, com o propósito de garantir políticas públicas que combatam o racismo e assegurem medidas de reparação a essa parcela da população.

identitária na esteira de um esforço dos movimentos sociais de combate ao racismo e de afirmação da cultura afro brasileira (sic), o qual resultaria na maior aceitação do pertencimento negro (Petruccelli, 2002; Gomes, 2005; Soares, 2008; Micheli, 2019) (SENKEVICS, 2022, p. 3).

Para Munanga (1999, p. 36), essa autodeclaração tardia pode ser explicada pelos desdobramentos da ideologia de branqueamento que vigorou no Brasil. Tal ideologia estabeleceu uma suposta “hierarquia das nuanças”, em que o “branco puro” é o topo e o negro “retinto” ou “africano” é a base indesejável. Essa ideia faria com que os indivíduos, especialmente os mestiços/mulatos, buscassem uma identidade que os aproximasse da branquitude, negando aquilo que os relacionava com características de sua ascendência negra.

Como escreve M. Labelle, os grupos intermediários participam do preconceito a título de oprimidos e opressores. Uma boa parte da estratégia das pessoas de cor consiste em fazer-se conhecer enquanto grupo privilegiado, diferente dos negros e apto a tornar-se igual aos brancos (o que alguns qualificaram de “traição dos mestiços”) (MUNANGA, 1999, p. 37).

Na história de Maria Firmina, essa “identificação” com o “mundo branco” parece ter sido muito mais proporcionada pelo meio e pelo seu contexto de vida do que por intencionalidade própria. Ela conta que viveu, da infância até o início da vida adulta, “*em espaços muito embranquecidos*”, e que seu contato com pessoas negras era só nos encontros com a família da mãe. Percebe-se então um somatório de fatores que resultaram na sua identificação tardia como mulher negra.

Pelas narrativas, colocadas em confronto, percebe-se que a cor da pele interfere no processo de autoidentificação. Carolina Maria, que se diz retinta por ter o tom de pele mais escuro, comenta que sempre soube que era negra.

Então, eu sou retinta, né? Como retinta, não tem como! (risada). É impossível eu me descobrir negra tardia. Por mais que tenha algumas que fala, que relatam isso, mas com o meu tom de pele não tem como (CAROLINA MARIA).

Isso fez com que ela, “*desde sempre*”, tivesse consciência, por exemplo, de que era discriminada pela sua cor de pele, e não por qualquer outro motivo.

Eu trabalhava na loja de celulares... Isso me marcou bastante. Tinha um rapaz que era gerente, a gente conversava, comentava sobre o racismo e ele “não, é coisa da sua cabeça, não, não existe, não é assim” tal, não sei o quê. E aí ele estava lá no fundo da loja e eu estava em pé próximo da porta, veio um homem assim alto, bem branco, parecia um alemãozinho. Ele parou na vitrine e eu fui “olá, bom dia, posso te ajudar?”. Ele continuou olhando para a vitrine. Aí deu um tempo eu falei: “posso te ajudar?”. Aí ele olhou bem para mim assim, olhou de cima embaixo, não falou nada, caminhou, foi até o final da loja e falou com o rapaz lá, o gerente, fez umas perguntas, depois pegou e saiu da loja. Ele [o gerente] ficou em choque, ele falou “meu, eu nunca vi isso, você sempre falou e eu nunca vi. Como que pode?”. “Para

você ver como que é”. É daí para pior. Tipo, ele olhou como que eu vou falar com você, quem é você para eu falar com você? (CAROLINA MARIA)

Diferentemente, Maria Firmina, por ter a pele mais clara, vivia situações racistas, mas não as entendia dessa forma.

E é engraçado que também eu sofri muito bullying na escola até os 15 anos, e um dos apelidos que me deram foi fuscão preto. Por causa... é então, porque a minha risada é uma risada um pouco alta, então eu me lembro até hoje que eu estava rindo de alguma coisa que alguém falou no intervalo da aula e aí esse menino que era da minha sala falou assim: “nossa, a Maria Firmina rindo parece um fuscão preto”. Não foi um fuscão branco, não foi um fuscão azul, não foi um fusca amarelo, né? [...] Naquele momento não associei. Não associei mesmo (MARIA FIRMINA).

O antropólogo Kabengele Munanga (1999) defende que a ideologia de branqueamento perpetrada no Brasil do fim do século XIX até meados do século XX contribui – e muito – para que os “mestiços” não se vejam como pertencentes do grupo chamado de “negros”. De acordo com ele, essa ideia de “misturar para embranquecer” fez com que a construção identitária de negros e mestiços tomassem caminhos que parecem distintos e, de certa forma, excludentes, o que prejudica até hoje a mobilização dos movimentos negros.

É curioso, e muito simbólico, pensar que Maria Firmina, filha de mãe negra e pai branco, começou seu processo de autoidentificação como mulher negra a partir da fala de uma outra mulher negra, esta africana e retinta, que viu em Maria Firmina elementos que a agregavam ao grupo do qual ela se via pertencente: o grupo negro. Nas diversas passagens de racismo que sofreu ao longo da infância, adolescência e início da vida adulta, observa-se que “os outros” – brancos – a viam como negra, e a violentavam, por isso. Na experiência com Leila, a amiga intercambista etíope, fica ainda mais explícito que essa identificação externa acontecia. No entanto, a formação identitária é, além de contínua, dependente de inúmeros fatores. Nesse caso, Maria Firmina conta que passou muitos anos sem se identificar como negra. Uma experiência muito parecida é contada por Stuart Hall: “George Lamming afirmou uma vez que sua geração – e, incidentalmente, a minha – tornou-se ‘caribenha’, não no Caribe, mas em Londres!” (2003, p. 27).

Essa não identificação pode acontecer por diversos motivos, por exemplo, uma tonalidade mais clara da pele ou a não existência de diálogos sobre esses temas no círculo de amigos e familiares. Uma outra causa, evidenciada por Munanga (1999), pode ser a vontade de ser branco. Como também escreveu Fanon (2008), isso, é claro, não é instintivo, nem tampouco “natural”, mas forjado por discursos ideológicos racistas e eugenistas que foram – e, infelizmente, ainda são – difundidos na sociedade brasileira.

[...] e ao contrário de me impor eu tinha vergonha, e na minha adolescência eu ficava nessa de clarear as fotos, passar maquiagem mais clara que minha pele, porque naquela época bases e pós não existiam para minha pele era uma mistura, mesmo sendo uma pessoa negra de pele clara, não tinha, então eu ficava parecendo sempre um fantasma (ESMERALDA).

Sobre a questão da autoidentificação com membros de um “grupo”, nesse caso o “grupo” dos negros, Munanga (1999) explica que ela passa por um processo de se identificar com os outros membros ao mesmo tempo em que se diferencia dos “outros”, aqueles que são alheios ao grupo com o qual se identificam. Aqui reaparece a pergunta “quem eu sou?”, mas agora no coletivo, “quem somos nós?”, em contraposição à pergunta “quem são eles?”

Segundo Munanga (1999, p. 14),

No que diz respeito aos movimentos negros contemporâneos, eles tentam construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo: seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizado, racializado e excluído das posições de comando na sociedade cuja construção contou com seu trabalho gratuito, como membro de grupo étnico-racial que teve sua humanidade negada e cultura inferiorizada.

Identificar-se como negro, então, carrega uma bagagem que foi montada pelos detentores do poder de uma sociedade que silencia, inferioriza e marginaliza a história e os marcadores do que é “ser negro” no Brasil. A única narrativa que se conta é aquela que associa o “ser negro” a uma inferioridade, o que talvez possa ter contribuído para que a entrevistada Esmeralda, durante algum tempo, achasse que era melhor parecer branca.

Graças ao trabalho de estudiosos, pesquisadores e pessoas engajadas nas causas levantadas pelas negras e pelos negros, sabe-se que os elementos históricos e culturais que podem representá-los vão muito além daquilo que era até então veiculado como inferior e indigno de apreço. Entretanto, os valores hegemônicos continuam etnocêntricos e brancos, do colonizador, do sexo masculino e do detentor do capital. Isso significa que os brasileiros são socializados na interação com um meio onde os valores associados ao “ser branco” são considerados melhores, superiores e corretos, enquanto os valores do “ser negro” são tidos como piores, inferiores e incorretos. É a lógica identitária do “nós e eles” colocada a favor dos interesses do capitalismo, que se vale estruturalmente da hierarquização de classes sociais, raça e gênero.

Nesse processo de articulações constantes, questionamos o sentido (Ciampa, 2003) de produção do processo identitário de negros, tendo em vista sua configuração em meio a uma comunidade hegemônica de valores predominantemente etnocêntricos (MIRANDA, 2017, p. 3).

O ativismo também parece se relacionar diretamente à questão da identidade, mas antes de discorrer sobre isso é importante fazer um adendo para evidenciar a distinção entre ativismo e militância. Na elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a este trabalho, fez-se pouca – ou nenhuma – distinção entre o que seria uma ativista e uma militante. Por desconhecimento inicial ou por uma aproximação demasiada, as duas palavras foram usadas praticamente como sinônimos.

Foi durante as entrevistas que esses dois conceitos emergiram, na voz das colaboradoras, e se tornaram, então, mais tangíveis.

O ato de militar, para mim, é você realmente se envolver com o coletivo, é você. Então, por exemplo, eu sou vegetariana. Tenho aí toda uma ética em relação ao agronegócio, enfim, ao uso de animais em experimentos, mas eu realmente não estou envolvida em nenhum coletivo, não estou envolvida em nenhum movimento. Ou divulga isso, ou luta por isso, ou expõe isso de alguma forma. Eu me considero uma ativista. Porque é o que eu faço sozinha. Eu faço para mim mesma. Acabo influenciando um ou outro amigo, mas não é nada que seja pra fora. A militância, porque eu realmente estou envolvida em espaços, realmente não é só um pensamento, uma ética pessoal minha, é minha luta, então a minha militância ela é dentro do movimento negro, dentro desse movimento eu me encontrei dentro do feminismo. Então, eu sou uma militante negra, uma militante feminista negra. Sou ativista do veganismo, sou ativista em relação a questão dos PCDS, sou ativista em relação a LGBT porque eu sou hétero. Então, não é realmente algo que seja direto da minha militância, pelo menos eu faço essa divisão né? Entre ser ativista e ser uma militante mesmo. Então, para mim, para você ser militante você tem que estar envolvido em algum coletivo (MARIA FIRMINA).

Conceição e Carolina Maria também comentam sobre o que é ser uma ativista e uma militante.

Então, foi desde pequena assim, e aí 2013 também que foi um ano bom na minha vida, porque eu comecei a sair, ir para as ruas, teve aquele junho de 2013 que fez com que eu fosse para a rua, começasse a virar uma chavinha de ativismo na vida. Em 2015 comecei a me organizar politicamente. É que uma coisa é ser ativista individual, ficar falando sobre uma coisa e ficar resolvendo um problema... tipo que vai ajudar naquela realidade, mas não como um todo. Outra coisa é ser organizada coletivamente, foi daí que me organizei em 2015, mas em 2013 já estava como uma ativista (CONCEIÇÃO).

Esses dias eu estava pensando nisso, militante mesmo, assim de ir para a rua, de participar de movimento, de fazer mesmo, eu acho que sou eu e o meu irmão do meio que tem bastante atuação, não muito porque ele não é muito da militância... ele é mais social. Ele tem um pensamento, ele entende a questão racial, ele trabalha tudo, mas ele não faz essa militância no movimento organizado (CAROLINA MARIA).

Em suas falas, as colaboradoras desta pesquisa destacam a necessidade de um fazer coletivo relacionado à militância. Sobre esse tema, Sales, Fontes e Yasui (2018) afirmam que o termo militância, apesar de ser amplamente utilizado no meio acadêmico e social, tem

pouquíssimas definições. Na busca por melhor elucidação dessa palavra, que é usada tanto como adjetivo quanto como substantivo, os autores propõem:

[...] definir militância como metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes. Essa metodologia privilegia como estruturas organizativas os partidos, os diretórios, as centrais sindicais e afins (SALES; FONTES; YASUI, 2018, p. 565).

O ativismo, ainda que no Brasil seu significado seja considerado praticamente como sinônimo de militância, tem ganhado novas dimensões. Veiga-Neto (2012) pleiteia que o ativismo está comprometido com práticas atuais de reivindicação por mudanças sociais que se fundamentam na “maior liberdade possível” e na horizontalidade, o que difere dos antigos ideais de “obediência hierárquica”, nos quais se pautavam as organizações militantes. Nesse sentido, Sales, Fontes e Yasui (2018) fazem uma distinção entre militância e ativismo que contempla as atualizações no modo como os movimentos de contestação da ordem social vigente estão se desenvolvendo e atuando.

Apresentar uma distinção entre ativismo e militância não visa criar uma taxonomia estéril com a pretensão de objetificar a realidade. Trata-se de uma proposta para desnaturalização de termos usuais no debate sobre ação coletiva. Explicitando o silêncio na literatura nacional sobre as diferenças entre ativismo e militância, almeja-se dar visibilidade às diferenças presentes nas formas de operar, sentir e agir passíveis de serem agrupadas dentro destes termos (SALES; FONTES; YASUI, 2018, p. 575).

A militância, entendida como engajamento coletivo e organizado, coloca os militantes em contato com grupos e indivíduos que compartilham ideias e experiências comuns, reforçando assim alguns traços identitários. A aproximação com movimentos negros e/ou feministas aparece como um marco na construção das narrativas e identidades das colaboradoras desta pesquisa.

Assim como postula Hall (2003, p. 16), entende-se, por meio das narrativas, que as identidades são uma “[...] posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada”. Ao longo de suas histórias, as experiências e relações sociais vão marcando sua presença na identidade dessas mulheres. O convívio com a família na primeira infância, as características fenotípicas e as situações de racismo despontam como marcos fundamentais. Da adolescência para a vida adulta, a aproximação com movimentos sociais intensifica o processo de metamorfose identitária (CIAMPA, 1987) e autoafirmação.

A militância, como práxis e formação identitária – coletiva e individual – é tratada com mais detalhes, na próxima subseção.

4.2 Desafios contemporâneos na *práxis* de mulheres negras

Quando a pesquisadora se voltou para o estudo dos feminismos negros e optou por ouvir mulheres negras, sua proposta era conhecer suas ideias, pensamento e percepções sobre o “ser mulher negra”, mas também – e, principalmente – entender se elas atuavam, de alguma forma, no sentido de questionar as desigualdades impostas pelas diferenças de raça, classe e gênero. Queria saber como o “ser mulher negra” causou impacto nas suas histórias de vida, nas construções identitárias e no seu modo de ser/atuar.

Isso quer dizer que lhe interessava, especialmente, compreender como os pensamentos que envolvem os feminismos negros e a realidade existencial da mulher negra se articulavam em práticas e ações – coletivas ou até individuais. Como a compreensão passa pelo processo de entrevista, elaboração de narrativas e análises, em conjunto com as participantes da pesquisa, é claro que as narrativas ganham importância em todo esse desenvolvimento.

Para Arendt (2007, p. 15), a ação é uma das atividades que compõem o que ela chama de *vita activa*. Diferentemente das outras duas – o labor e o trabalho – a ação é a “[...] única que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria”. Do mesmo modo, a ação é uma exclusividade dos seres humanos porque somente eles são capazes de agir.

De maneira bastante simplificada, pode-se dizer que agir é a condição que permite que os homens, seres genéricos, iniciem algo novo e com isso revelem “quem são”. Outro ponto relevante da ação é a sua estreita relação com o discurso³³. A palavra, nesse contexto, faz parte da revelação do sujeito, do autor da ação, que se “mostra” por meio de seus atos e da comunicação que faz a partir deles ou sobre eles. A ação não conseguiria revelar o sujeito que a executou sem o auxílio do discurso. De maneira prática, a ação seria percebida (visualmente e fisicamente) pelos outros presentes, mas não seria compreendida, interpretada e, tampouco, associada à identidade do seu autor. Sem o discurso, a ação se tornaria uma mera atividade com finalidade objetiva ou material, destituída da sua qualidade essencial, a de permitir que o homem “[...] [seja] capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo” (ARENDR, 2007, p. 189).

Além disso, como envolve essa revelação de si mesmo para os outros, a ação depende da presença de outras pessoas. Sozinho ou no isolamento não é possível agir. É por isso que

³³ O livro *The human condition* (1958), de Hannah Arendt, foi publicado originalmente em inglês e, posteriormente, traduzido para outros idiomas, como o português. O conceito designado como “discurso” é a tradução do que Arendt denominou *speech*. Apesar de a palavra “discurso”, em português, ter mais significados (além daquele que remete à “fala” e à “linguagem”, que a pesquisadora entende que se aproxima ideia da autora), nesta pesquisa mantém-se o termo da tradução aqui utilizada, a saber, “discurso”.

ela só acontece no espaço público. Este espaço, segundo Arendt (2007), é o próprio mundo das aparências, onde os homens podem ver e ouvir, assim como também podem ser vistos e ouvidos. Aquilo que não precisa ser visto, ou seja, os assuntos ou atos irrelevantes, não figuram na esfera pública, mas no espaço privado. O que não pode ser traduzido em palavras ou perde seu significado quando compartilhado com outras pessoas também deve permanecer no privado. No entanto, o que é digno de ser compartilhado publicamente precisa da “realidade do mundo” aparente para ser manifestado, isto é, precisa do espaço público.

A ação, segundo Arendt (2007), pode ter seu conceito discutido a partir de uma aproximação com o significado de *práxis*.

Prátein é o infinitivo do verbo grego para designar ação, atividade, realização. É o ato de percorrer um caminho até o fim; executar, cumprir, realizar alguma coisa por si mesmo. Desse verbo deriva o substantivo *práxis*, que em Aristóteles trata-se de uma ação na qual o agente, o ato e o resultado da ação são inseparáveis, como partes que existem somente em conjunto. O viver em conjunto tem por finalidade a felicidade dos homens que, ao agirem, discutem e deliberam sobre meios com os quais possam realizar a ação [...] (TELES, 2005, p. 123).

Em outra definição, mais contemporânea, a *práxis* é:

No sentido mais simples, *práxis* é ação, em contraste direto com teoria. É mais sobre o que fazemos do que sobre o que pensamos. Poderíamos, por exemplo, ter idéias (sic) sobre o que causa a desigualdade e a pobreza (teoria), mas se implementamos ou não essas teorias em um esforço para eliminar a pobreza é uma questão de *práxis*. Karl Marx utilizou o termo para referir-se a toda ação intencional, ao processo criativo através do qual pessoas trabalham, produzem bens e agem umas sobre as outras e sobre o mundo. É a *práxis*, argumentava Marx, que está no âmago da existência humana, e o que pensamos é importante apenas na medida em que molda e dá objetivo à ação (JOHNSON, 1997, p. 315).

Dessas acepções, depreende-se que a *práxis* envolve a tomada de ação a respeito de temas ou situações que foram previamente pensados e/ou discutidos. Tanto para Aristóteles, na obra *Ética a Nicômaco* (III, 1112b 15), como para Marx (1844) e Arendt (2007), o papel da ação é colocado como componente central da *práxis*. Outro aspecto relevante é a presença ou relação com outros indivíduos. Assim como para Arendt (2007), a *práxis* parece não se efetivar de maneira totalmente solitária ou individual. Especificamente sobre as ações do feminismo, Ávila e Ferreira (2017, *apud* SANTOS, 2021, p. 357) estabelecem que a *práxis* “[...] é a dialética entre a produção do conhecimento e a militância política”.

Nesse trabalho, falar sobre a *práxis* é crucial, na medida em que os feminismos negros podem ser entendidos como movimentos que englobam teoria e prática, discussão e ação, solidariedade e mobilização, reflexão e luta. Daí a intenção da pesquisadora de perceber a

vivência de mulheres negras como consciência e atitudes, além daquilo que já foi publicado formalmente como “teoria feminista”.

Ao deparar com a realidade da mulher negra no Brasil, é preciso regressar ao conceito de ação como exclusividade do espaço público (ARENDR, 2007), porque na atuação dessas mulheres os limites entre o público e o privado por vezes se cruzam e se afetam mutuamente. Sobre o trabalho de Eliete Edwiges Barbosa, *Negras Lideranças* (2019), Sandoval (2019, p. 8) afirma que seu grande diferencial foi ter conseguido, exatamente, “[...] revelar a complexidade da vida de cada militante numa forma integrada em que interagem experiências na política e na família”, ou seja, no mundo público da militância e no mundo privado da família.

Ademais, Barbosa (2019) chama atenção para o fato de que o ativismo de mulheres negras vai além da participação em movimentos tradicionalmente definidos como feministas ou negros. Isso se dá, em grande medida, pela posição social, econômica e política a que essas mulheres são muitas vezes relegadas. A luta da mulher negra é cercada de complexidades e particularidades que indicam a necessidade e a importância de maior compreensão sobre suas experiências de militância e ativismo.

Os caminhos que levam mulheres negras a atuarem em movimentos engajados com pautas sociais, raciais e/ou de gênero são os mais diversos. Não há como dizer, no entanto, que as experiências de opressão e racismo não contribuam de algum modo para que elas busquem meios e possibilidades de entender e responder a essa realidade. Também é imperativo dizer que a busca por conhecimento e resistência não passa somente – ou inevitavelmente – por movimentos organizados, acadêmicos ou políticos. O ativismo das mulheres negras acontece, inclusive, na invisibilidade programada a que elas muitas vezes são submetidas no dia a dia de suas vidas.

Eu lembro que a minha mãe não queria de jeito nenhum que eu fosse para trabalhar. Porque ela não queria que se repetisse comigo muito do que ela passou. Minha mãe começou a trabalhar com 6 anos de idade na fazenda, na roça. Ela não tinha altura para alcançar a pia da cozinha, para lavar a louça então colocavam um banquinho para ela alcançar e fazer o trabalho. Então, ela não queria ver em mim o que aconteceu com ela. Mas eu acabei indo e eu fiquei nessa loja, eu tinha que limpar a loja, era uma loja de celular lá na Adhemar de Barros (CAROLINA MARIA).

Essa preocupação com a não perpetuação das condições de subalternidade reflete uma consciência da mãe de Carolina Maria com relação à injustiça e às desigualdades de oportunidades vivenciadas por ela. Mesmo que não tenha havido discussões “*organizadas*” e “*estruturadas*” – para usar as próprias palavras de Carolina Maria – sobre as relações de raça,

classe e gênero que sua mãe vivenciava, o fato de ela não querer que isso se repita com a filha já diz algo sobre sua subjetividade e compreensão em relação a isso.

No entanto, esse entendimento “subjetivo” da opressão muitas vezes não é suficiente para que a mulher negra consiga galgar novas condições de existência e de vida para si e para os seus. O acesso à educação formal, por exemplo, quando negado ou não garantido, dificulta ainda mais o caminho daquelas que buscam mudar sua realidade.

O fato de as mulheres negras continuarem, ainda hoje, a ocupar os postos de trabalho mais precarizados, como o serviço doméstico, é uma evidência de que a educação formal não as contempla. Gonzales (1984, *apud* BATISTA *et al.*, 2020, p. 30) corrobora essa informação:

[...] a população negra, sobretudo as mulheres negras, permanece nas prestações de serviços de base, como trabalhos domésticos, e são responsáveis por sustentar suas famílias, uma vez que a população masculina negra sofre com a perseguição sistemática da polícia.

A conjuntura de não acesso à educação remonta ao passado colonial do Brasil. Curry (2002, *apud* BATISTA *et al.*, 2020) lembra que a educação era tida como um privilégio daqueles que faziam parte da elite branca brasileira, e que os grupos subalternizados – como os escravizados e, depois, os negros libertos – não tinham a educação garantida, pois ela não era vista como uma necessidade ou um direito dessa parcela da população.

Mesmo que o desejo e a busca por educação e conhecimento tenha sido uma constante nos movimentos negros e na comunidade negra (BATISTA *et al.*, 2020), a trajetória para a mulher negra conquistar um diploma, no Brasil, é repleta de dificuldades.

Engel (2019) analisou dados de 1995 a 2013 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e constatou que a cobertura escolar de crianças e jovens aumentou nesse período. No entanto, em todas as faixas etárias ainda existem disparidades entre a escolarização de crianças e a de jovens brancos e negros. O recorte racial apresenta maior desigualdade percentual na taxa de escolarização de jovens entre 18 e 24 anos, período que compreende o ensino superior. Em 1995, a taxa de escolaridade para os homens brancos nesta faixa etária era de 30,8%, e para as mulheres brancas, era de 27,9%. Já para os homens negros, a taxa não chegava aos 23%, e a de mulheres negras era de 26,5%. Houve avanços, mas a desigualdade entre brancos e negros segue expressiva. Dados de 2013 indicam taxa de escolaridade de 36,6%, para mulheres brancas entre 18 e 24 anos, e de apenas 28,1%, para as mulheres negras, o que representa uma diferença de mais de 8 pontos percentuais.

Ao cruzar dados de escolaridade e mercado de trabalho, o estudo *A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro: desigualdades salariais, representatividade e educação entre*

2010 e 2022, desenvolvido pelo Pacto de Promoção da Equidade Racial (2022)³⁴, apresenta mais informações a respeito da situação educacional e profissional das mulheres negras brasileiras. O estudo analisou dados de 2010 a 2020, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), e constatou, dentre outros fatos, que: (1) as mulheres negras ganham menos e estão menos representadas no mercado de trabalho formal do que todos os outros grupos analisados (homens brancos, mulheres brancas e homens negros); (2) o percentual de mulheres negras que está no mercado de trabalho formal e têm ensino superior completo cresceu 7 pontos percentuais, de 2010 a 2020, saltando de 13% para 20%. Esse intervalo de 10 anos corresponde ao período de implementação de ações afirmativas (as chamadas “cotas) e de financiamento por parte dos governos e das universidades; e, (3) as mulheres negras continuam sobrerrepresentadas nos trabalhos informais e no trabalho doméstico.

A gente vende o almoço para comer a janta (risos). Eu trabalhei nessa loja, depois eu mudei de loja. Fui trabalhar numa outra loja e aí eu fiz jornalismo. Eu até estava conversando com meu marido ontem, porque na época que eu estudei, eu estudei em escola pública. E aí quando eu falei para as meninas que eu ia fazer faculdade elas até riram na minha cara. Falaram: “aí, você viaja. Até parece” e tal. Porque era uma coisa assim inconcebível. Para pobre, preto e tal, estudar e fazer faculdade. E aí eu trabalhava numa loja de celular, isso mesmo, e aí eu lembro que o meu salário era R\$390 reais na loja e a mensalidade da faculdade era R\$350 (CAROLINA MARIA).

Quando Carolina Maria se formou na faculdade, a implantação das políticas de ações afirmativas em universidades e concursos públicos (as chamadas cotas) ainda não havia se iniciado no Brasil. Por isso, ela não teve nenhuma assistência/auxílio do Estado para acessar e permanecer em seu curso superior. Só em 2004, anos depois da graduação de Carolina Maria, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) passou a adotar o sistema de cotas, tornando-se a primeira instituição de ensino superior brasileira a implementar essa política social. (Miranda, 2017). Em 2012 essa política passou a ser nacional, conforme determinação de um projeto de lei aprovado no Senado Federal. Dois anos depois, em 2014, a Lei nº 12.990, 2014 instituiu que 20% das vagas ofertadas em concursos públicos devem ser, obrigatoriamente, destinadas aos negros.

Enquanto medidas afirmativas não existiam, ou enquanto não forem devidamente aplicadas ou suficientes para diminuir a disparidade de acesso entre brancos e negros, situações como a descrita por Maria Firmina continuarão a existir.

³⁴ O Pacto de Promoção da Equidade Racial é uma associação que tem por objetivo propor e implementar o Protocolo ESG Racial (*Environmental, Social and Governance*) para o Brasil. Disponível em: <http://pactopelaequidaderacial.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

E aí eu vejo fotos antigas e aí eu consigo: “olha lá o pontinho marrom lá na foto”. Porque não tinham... minha foto de formatura da faculdade, com as pessoas da minha sala. Quando eu entrei tinham pessoas negras, mas que se formou, apenas eu negra me formei na minha turma de Turismo.

Ainda no campo da educação formal, existe um outro obstáculo que emergiu na narrativa das entrevistadas: nos currículos educacionais do ensino superior há pouca ou nenhuma participação de autores e autoras negras.

A faculdade é normal. Eu fazia faculdade EAD [Educação a distância], não tinham muitas pessoas negras na turma. As minhas colegas aqui de São José dos Campos eram todas brancas. A nossa literatura era toda branca. As teorias, os teóricos que a gente aprendeu, Vygotsky, Piaget, todos brancos, todos europeus. E aí eu comecei a ficar assim: “Poxa, mas ninguém vai falar sobre como lidar com as coisas que aconteciam comigo?” (CIDINHA)

Cidinha é mãe de um filho negro e conta que entrou na faculdade de pedagogia com a intenção de entender melhor como se dava o processo educacional de crianças e ajudar mais o seu filho nesse desenvolvimento que envolve a educação formal e a socialização com outras crianças. Ocorre que ela se deparou somente com teorias elaboradas por autores brancos, sem nenhuma menção às questões raciais e nem a como deveriam ser tratadas em sala de aula.

A estudante de psicologia Carolina Maria compartilha do sentimento de buscar uma formação e encontrar os currículos das disciplinas repletos de autores brancos que, muitas vezes, defendem teorias que favorecem ou naturalizam as opressões de raça e gênero.

[...] cada aula é um “eita” atrás de “vixe”. Muito embranquecido, muito. É, a começar de quem se estuda. A gente só estuda autores, é, homens. São pouquíssimas as mulheres. Que viveram em outro contexto, totalmente diferente do nosso e brancos. Você não estuda questão racial, fala quase nada e muito impregnado de concepções racistas, machistas, nossa senhora. Tem dia que eu lá tenho vontade de desistir, mas tenho que ir lá fazer a diferença também.

Em termos de políticas públicas que possam transformar a realidade exposta por Carolina Maria e Cidinha, não há muitos avanços legais no que diz respeito ao Ensino Superior. No entanto, em 2003, a Lei nº 10.639 tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Básico, que compreende os ensinos fundamental e médio de instituições públicas e privadas. A própria necessidade de criação dessa Lei, bem como as mais diversas dificuldades para sua efetiva implementação, sinaliza o racismo que ainda impera no Brasil.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra

brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

A promulgação dessa lei é uma conquista que já vinha sendo reivindicada pelo Movimento Negro (CONCEIÇÃO, 2011) e, desse modo, representa a sua luta por um projeto de educação nacional antirracista e transformador. Todavia, cabe ressaltar que ainda não existe a obrigatoriedade de disciplinas sobre História e Cultura da África em cursos superiores e licenciaturas, o que acaba por formar professores que não necessariamente receberam o conteúdo e o preparo exigido para que possam ensinar esses temas aos seus alunos.

Muito antes desses desdobramentos políticos e institucionais, as mulheres negras enfrentavam opressões, especialmente do regime escravocrata brasileiro, e lutavam com as armas de que dispunham. Como exemplo, a atuação de Luiza Mahin³⁵ durante a Revolta dos Malês, que aconteceu em 1835, na Bahia. Luiza nasceu em Costa Mina, no continente africano, e foi trazida como escrava para o Brasil. Sua recusa a essa posição era total, e ela usou do seu ofício forçado como quituteira para ocupar lugar central na articulação de uma das principais revoltas de escravizados que aconteceram em solo brasileiro. Como circulava pelas ruas vendendo quitutes, Luiza aproveitava para enviar e receber comunicações que ajudavam a articular a revolução (FELIX; SILVA, 2022).

Luiza Mahin não assumiu uma postura de subordinação característica da *mammy*, e percebemos isso com sua atuação na Revolta dos Malês, na qual lutava pela liberdade das pessoas negras. Além disso, contrariou a caracterização imposta pelo poder hegemônico ao desejar uma vida melhor para seu filho, não reforçando os sistemas opressão ‘ao ensinar às crianças negras seu lugar nas estruturas brancas de poder’ (Collins, 2019, p. 141) (FELIX; SILVA, 2022, p. 205).

O desfecho da Revolta dos Malês não foi o esperado por seus organizadores. Depois de enfrentarem forte repressão em batalha contra as forças militares, os escravizados foram capturados e muitos deles foram torturados e mortos. No entanto, Luiza continuou com sua postura combativa e, acima de tudo, não condescendente com a situação a que era submetida no Brasil escravista. Prova disso é que seu filho, Luiz Gama (1830 – 1882), foi um dos grandes abolicionistas da segunda metade do século XIX.

³⁵ Como não existem muitos documentos e registros “oficiais” da vida e trajetória de Luiza Mahin, sua história foi narrada por seu filho, Luiz Gama. Ao recuperar a história da própria mãe, não podemos descartar a possibilidade de que muitos acontecimentos tenham sido contados por ele de forma idealizada, como pode ocorrer, de todo modo, quando recuperamos memórias do passado a partir do presente. Ainda sobre Luiza Mahin, recomendamos a leitura de *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, que conta a história de Mahin com um enredo épico.

Histórias como a de Luiza e de tantas outras que foram suprimidas da “história oficial” do Brasil, mas que agora têm sido recuperadas, despertam atenção para o fato de que a postura feminista, combativa, militante e/ou ativista das mulheres negras não se limita a padrões e estereótipos forjados por teorias ou discursos que se pretendem fundamentais. Nesse sentido, não se fixar, aqui, em uma ideia padrão de ativismo ou militância é importante para não contribuir com o apagamento de histórias e narrativas que, ao seu modo, e com as suas condições materiais/sociais, trabalharam para minimizar ou tentar acabar com as opressões sofridas por elas e pelos seus.

Uma vez na militância organizada, especificamente em movimentos negros, aparece a dificuldade de alianças entre as pautas raciais e as de gênero.

A gente queria propor coisas para as mulheres, voltado para as mulheres e eles não aceitavam. Era só as proposições que eles fizessem, só do jeito que eles fizessem e aí não dá. Aí não deu certo. A gente... nós queríamos dialogar, queríamos fazer outras coisas e ele não concordava. E não tinha essa questão, é, de gênero. Não tinha essa discussão de gênero e nós sempre achamos importante, queríamos pautar e ele não queria... E aí como não tinha espaço, nós saímos.

E aí só que eu fui percebendo uma dificuldade da pauta... de uma falta de espaço para as mulheres, mesmo dentro do próprio movimento eu percebia que nós não éramos ouvidas. Que a nossa pauta não era prioridade e aí eu conversei com uma amiga e nós saímos e montamos um outro grupo, um grupo de mulheres, pensado para as mulheres. Que são as Quilombelas. Aí a partir disso eu comecei a militar mais voltada para questão feminina, questão feminista com as Quilombelas (CAROLINA MARIA).

Esse trecho da narrativa de Carolina Maria vai ao encontro do contexto de surgimento do movimento do feminismo negro, visto que as mulheres, muitas vezes, não se viam contempladas e eram impedidas de protagonizar em movimentos de cunho apenas racial – como no caso de movimentos negros, ou de gênero, o chamado feminismo “hegemônico”.

Cidinha acrescenta que outras pautas e grupos também não se viam representados pelos discursos do feminismo hegemônico. Ela explica por que, na sua visão, a “interseccionalização” dos movimentos e a criação de coletivos mais delimitados foi importante:

Mas eu respeito muito a teoria [feminista] e eu entendo por que que houve a necessidade de interseccionalizar a questão do feminismo, porque o feminismo hegemônico branco ele não é inclusivo, ele é excludente. E foi por esse motivo que foi necessário criar as interseccionalidades, né? Feminismo trans, transfeminismo, por conta das redfemmes³⁶. O Feminismo Negro por conta de as mulheres brancas

³⁶ Para mais informações sobre o transfeminismo e o feminismo radical (ou *radfem*), consultar o artigo de Fabiana Martinez: Feminismos em movimento no ciberespaço. Martinez, F. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu** [online]. 2019, n. 56.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>. Acesso em 15 nov. 2022.

não legitimarem as demandas, as agendas das mulheres negras por entender que dentro do movimento negro ainda existe muito machismo, que impede também o avanço de algumas temáticas relacionadas à questão da mulher (CIDINHA).³⁷

Carolina Maria também aponta que no interior dos partidos políticos e de outros movimentos organizados há a reprodução da lógica patriarcal, que sustenta as desigualdades de gênero, ou seja, essa recusa às pautas de gênero não é exclusiva dos movimentos negros. Do mesmo modo, o racismo se faz presente nesses espaços.

Não! Acontece. Muito. No movimento negro, no movimento partidário. Acontece demais, você é louco. Você viu a foto de lançamento da campanha do Lula? A primeira foto (CAROLINA MARIA).

Figura 1 – Lula e Alckmin oficializam chapa para eleições presidenciais



Fonte: O Globo [online], 9 de abril de 2022. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/foto-de-lula-e-alkmin-e-criticada-nas-redes-racismo-e-misoginia-partidaria.html>>

Em sua fala, ela se refere à foto acima, publicada em redes sociais do Partido dos Trabalhadores (PT) em 8 de abril de 2022, quando do lançamento da chapa Lula-Alckmin, que concorreu às eleições nesse mesmo ano. Na foto, que foi bastante criticada por movimentos negros e de mulheres, vemos a imagem de 19 pessoas no total: 17 homens brancos e duas mulheres brancas. A falta de representatividade de pessoas negras, na ocasião

³⁷ Apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho, é importante dizer que Cidinha também cita as “mulheristas africanas” como “um outro pensamento de mulheridade na sociedade” (CIDINHA). A expressão “mulheristas” tem suas raízes no pensamento de mulheres afro-americanas dos Estados Unidos e, apesar de contemplar diferentes ideias, marca uma distinção entre as experiências históricas de mulheres negras e brancas: “Uma frase muito citada de [Alice] Walker, ‘mulherismo é feminista como a púrpura é lavanda’ (1983, xii), claramente parece destinado a configurar esse tipo de comparação – as mulheres negras são ‘mulheristas’, enquanto as mulheres brancas permanecem meramente ‘feministas’” (COLLINS, 2017, p. 6-7).

da foto, e o número baixíssimo de mulheres evidenciam a mesma ausência de paridade (racial e de gênero) percebida em outras situações em todo o país, como nos movimentos culturais, por exemplo.

E é um movimento cultural assim majoritariamente masculino. As meninas tão chegando com pé na porta porque mesmo os “mano” não querem dividir o palco e o microfone não (risos) (CAROLINA MARIA).

Nessa direção, cabe lembrar que o movimento feminista negro se caracteriza como um “[...] instrumento de luta por reconhecimento em face das imbricações das injustiças de natureza econômica e cultural, implícitas ou explícitas nas opressões de gênero e raça” (ALMEIDA, 2020, p. 6), na medida em que, tanto no movimento feminista quanto no movimento negro propriamente dito, as especificidades das mulheres negras não eram contempladas.

A construção do Movimento Feminista Negro (MFN) no Brasil passou por diferentes momentos, até alcançar o formato que hoje assume, pois inicialmente (década de 70) esteve inserido em movimentos mais amplos, como o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Contudo, logo as ativistas negras passaram a identificar o não reconhecimento de suas bandeiras *stricto sensu*, razão pela qual iniciaram um movimento autônomo, visando ao reconhecimento de suas especificidades de mulheres negras.

Nos anos 1990, o movimento passou por um processo de criação de diferentes coletivos, como o Geledés, Fala Preta! Criola, Casa de Cultura da Mulher Negra, Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, Maria Mulher, entre outros. Nesse contexto, as ativistas do MFN espriam seus discursos e práticas para outras esferas, em busca de maior autonomia em relação aos movimentos negros e feministas.

A confluência de ativistas negras dos mais distintos matizes políticos em torno das reivindicações por ações afirmativas e no campo da saúde e direitos sexuais e direitos reprodutivos demonstra o primeiro momento dessa coalizão discursiva que garantiria consistência e congruência ao movimento de mulheres negras na esfera pública brasileira, ao longo das décadas de 1990 e 2000 (RODRIGUES & FREITAS, 2021, p. 14).

A dissonância de pautas a serem discutidas e reivindicadas indica que nem sempre a percepção acerca das opressões existentes acontece da mesma forma, ou ao mesmo tempo, para todas as pessoas. Os interesses também podem ser priorizados, em detrimento das necessidades apontadas por segmentos que atuam nos movimentos sociais, como no caso das mulheres. Compreender o racismo e suas formas de dominação não implica, necessariamente,

que se entenda também o sexismo e as estruturas machistas e patriarcais. Essa parece ser uma das contradições vividas pelas mulheres negras na militância.

Uma outra contradição aparece também com relação à escolha ou priorização de pautas, mas agora especificamente no que é identificado por algumas colaboradoras da pesquisa como um discurso do feminismo negro.

Sabe, você precisa quebrar esse ciclo, porque eu não “demonizo” os homens em geral, porque eu acho que é um buta erro você fazer isso, porque até hoje se eu virar mãe eu não posso odiar ele por isso, mas a gente tem que saber identificar os pequenos abusos né? A gente tem que se proteger, criar mecanismos de defesa (ESMERALDA).

O machismo perpetrado por homens negros faz parte daquilo que é denunciado e combatido pelo feminismo, em especial o feminismo negro, e isso parece gerar uma preocupação em mulheres negras que são mães, e também nas que pensam em ser, já que elas podem tornar-se mães de homens negros.

Cabe aqui esclarecer que o machismo faz parte da fundação colonial e patriarcal do Brasil. Africanos de diferentes países, capturados e trazidos compulsoriamente como escravizados, eram completamente destituídos do seu modo de vida original, o que fez com que muito da cultura europeia e colonial fosse, inevitavelmente, assimilada. Um dos valores que faz parte dessa cultura é a inferiorização das mulheres perante os homens.

Obviamente, o homem negro, pela estrutura racista da sociedade e por sua condição social, não ocupa o mesmo lugar de poder que o homem branco. Além disso, dada a diversidade de povos e regiões em que foram capturados, não se pode afirmar que eles já tinham, previamente, ideias de supremacia masculina. Ocorre que esses dois fatores não impedem que o homem negro, ao figurar como parte desse sistema patriarcal-colonial, não venha a reproduzir comportamentos e atitudes de opressão às mulheres.

Santos, Santos e Assis (2021) comentam que, mesmo que não seja de forma consciente, enunciadores negros podem reproduzir ideais do patriarcado colonial, ao se referirem a mulheres negras. Ao analisar uma matéria publicada por um movimento negro brasileiro da década de 70 – ou seja, muito tempo depois do fim do Brasil colônia e durante a ditadura civil-militar –, as pesquisadoras identificaram referências à mulher negra que evidenciavam “[...] posição machista, colonialista, que reverbera a supremacia do homem e a inferioridade da mulher” (SANTOS; SANTOS, ASSIS, 2021, p. 10), mesmo entre indivíduos engajados na luta antirracista.

O que se questiona, a partir das narrativas é: em que momento o discurso feminista negro fez com que Esmeralda e outras entrevistadas tivessem a sensação de que precisariam “demonizar” seus filhos ou familiares negros ou nunca mais se envolverem em relacionamentos heterossexuais? O estigma de “morte aos homens negros” parece ter sido, erroneamente, veiculado nos meios em que as mulheres negras ouvidas por esta pesquisa circulam.

Uma outra colaboradora da pesquisa – Cidinha – também abordou essa suposta contradição que coloca os homens negros como inimigos a serem combatidos por mulheres negras.

E aí quando eu penso que o maior número de mortes aqui no Brasil é de homens negros e o maior número de encarceramento são de homens negros, as pessoas em situação de rua, maior número são de homens negros, evasão escolar, homens negros. E eu sou mãe de um menino negro, eu sou irmã de um homem negro, eu sou filha, neta, sobrinha de homens negros. E eu não posso virar as costas para o meu povo por uma questão de gênero (CIDINHA).

O cenário relatado por Cidinha é evidenciado por dados estatísticos brasileiros. De acordo com levantamento do Instituto Sou da Paz, em 2019 75% do total de mortes provocadas por armas de fogo no Brasil foram de homens negros. Sobre o sistema prisional, o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontou que os homens são 95,1% da população encarcerada no país, e o recorte de raça demonstra que, do total de presos, 66,7% são negros. Na evasão escolar, dados do Observatório da Educação evidenciam que dos 59,8% de jovens que estão fora do ambiente escolar são negros, e destes, 34,7% são homens. Para Cidinha, esses fatos demonstram que as pautas raciais são extremamente urgentes e que não podem ser colocadas em segundo plano pelos movimentos negros, tampouco, pelos feminismos negros.

O ativismo da mulher negra, tendo em vista essas narrativas, parece ter que equilibrar subjetiva e objetivamente essa relação com outro grupo que também não é detentor da hegemonia de discursos e poder, a saber, os homens negros. Ainda que o machismo e o patriarcado se façam presentes também pela atuação de homens negros, eles são, de acordo com a fala de Cidinha, atravessados por opressões raciais tão severas e violentas que, talvez, esses fatos precisem ser priorizados ou ao menos não desconsiderados da agenda de feministas negras.

Outro ponto da narrativa de Cidinha também merece destaque:

Eu respeito muito as teóricas feministas negras, a maioria delas são as minhas referências intelectuais e teóricas, bell hooks, Lélia Gonzales, Angela Davis, Sueli Carneiro, mas eu não sou uma mulher feminista. [...] Então para mim primeiro é raça, e gênero depois. Eu jamais vou deslegitimar uma luta, mas para mim... (falha

no áudio). Aí não seria coerente para mim, da minha parte, me declarar uma coisa que eu não estou 100% alinhada com ela.

Da mesma forma, Esmeralda diz:

Eu ainda não me posiciono como uma mulher feminista, pois eu não compreendo ainda, dentro da minha capacidade e não me sinto ainda bem representada, mas eu acho sou uma pessoa ativa, como mulher.

Sobre a declaração de identificação e pertencimento a um grupo ou movimento social, há muito a ser pensado e debatido. Sabe-se, por um lado, que o discurso hegemônico (branco, masculino, colonizador e capitalista) se propõe a lançar mão de todos os meios possíveis para estigmatizar e fragmentar as identidades e reivindicações de grupos minorizados. Criou-se, por exemplo, um estereótipo negativo do que seria uma mulher feminista. Naomi Wolf³⁸ (2020) comenta que, na década de 90, quando lançou seu livro *O mito da beleza* (1991), questionar os padrões de beleza impostos às mulheres era considerado muito mais do que apenas uma atitude feminista: “era [...] uma heresia total” (2020, p. 15). Ela acrescenta que:

O feminismo tinha se tornado um palavrão. Partia-se do pressuposto de que as mulheres que reclamavam do mito da beleza tinham, elas sim, algum defeito: provavelmente eram gordas, feias, incapazes de satisfazer um homem, “feminazis”, ou – horror dos horrores – lésbicas (WOLF, 2020, p. 15).

Para mulheres negras, o estereótipo ganha ainda contornos de raça. Adichie (2015) conta que, em 2003, foi alertada por uma colega professora, também nigeriana, de que o feminismo era antiafricano e que, se ela se considerava feminista, só podia ser porque havia se deixado corromper pelos discursos e livros ocidentais.

[...] só queria ilustrar como a palavra “feminista” tem um peso negativo: a feminista odeia os homens, odeia sutiã, odeia a cultura africana, acha que as mulheres devem mandar nos homens; ela não se pinta, não se depila, está sempre zangada, não tem senso de humor, não usa desodorante (ADICHIE, 2015, p. 14-15).

Além disso, é muito difícil – e talvez nem seja desejável – homogeneizar o discurso e a agenda de movimentos tão plurais e diversos como o movimento feminista de mulheres negras. Existe uma série de experiências e necessidades distintas que habitam as mulheres

³⁸ A autora se envolveu em uma polêmica recentemente, ao publicar conteúdo antivacina no *Twitter*. Os administradores da rede social cancelaram o perfil de Wolf após essas postagens. Independente disso, seu *O mito da beleza* (1991) continua sendo uma obra importante a respeito de como os padrões de beleza são pensados para controlar e dominar socialmente as mulheres dos Estados Unidos e do mundo. Um exemplo disso é o fato de o Brasil ser o segundo país no *ranking* mundial em número de cirurgias plásticas estéticas, com destaque para as cirurgias estéticas íntimas (como aquelas feitas para reconstituição do hímen ou para diminuição dos grandes lábios, por exemplo) em que o Brasil ocupa a primeira posição. Para mais informações, ver matéria “Por que as brasileiras são obcecadas por cirurgias plásticas?”, publicada na revista Carta Capital (online): <https://www.cartacapital.com.br/saude/por-que-as-brasileiras-sao-obcecadas-por-cirurgias-plasticas/>.

negras e que vão fazer parte da sua atuação como ativistas, militantes, trabalhadoras, mães e todas as outras posições que ela quiser assumir ao longo de sua vida. O que parece se buscar são as realidades comuns e o esforço coletivo para enfrentar demandas “particulares” dentro do próprio movimento.

O feminismo negro – especialmente o dos Estados Unidos – realçava as questões opressivas que eram mais diretamente ligadas a raça, classe e gênero. Existem, no entanto, outras demandas que se mostram indispensáveis e que atravessam mulheres negras, como a transexualidade, as necessidades físicas especiais e as discriminações etárias, para citar apenas três.

4.3 Influências teórico-práticas na construção identitária e estratégias para atuação futura

O contato com teorias e leituras feministas ocorreu, para Maria Firmina, a partir de redes sociais. Ao ser estimulada por pequenos trechos ou frases que circulavam em grupos de feministas no *Facebook*, ela decidiu ler *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir (1908 – 1986). Essa obra é considerada ainda hoje como um marco para os movimentos feministas da Europa e do mundo – a despeito das críticas que recebeu posteriormente, por ser de caráter predominantemente “branco” e de classe média.

Conceição também destaca o papel das redes sociais na sua aproximação com teorias feministas: *“Para o feminismo foi natural, um processo que a gente vem questionando, eu via muita coisa sobre o feminismo, o feminismo mais liberal, nas redes e tudo mais”*.

Na narrativa de Carolina Maria, o feminismo negro – que segundo ela ainda não era chamado dessa forma – surge como consequência do início dos encontros das Quilombelas, o grupo de mulheres formado por ela, juntamente com outras colegas.

Quem me marcou muito no começo assim foi a Winnie Mandela, esposa de Mandela. Sofreu demais. Mas não se fala. Não se fala dessas mulheres. Porque imagina para Martin Luther King ter sido o que foi. Ter... ter feito essa militância, essa visibilidade, o próprio Mandela. Não se fala das mulheres. A própria Dandara, se fala de Dandara, esposa de Zumbi. Não uma líder quilombola. Acotirene, que vem antes deles. Aqualtune³⁹. Não fala né? Agora depois de um tempo mais recente tive um contato muito grande com a Carolina Maria de Jesus. Eu sou vidrada em Carolina. Pesquisa Carolina, então, é, a gente busca dar visibilidade para essas

³⁹ De acordo com matéria publicada no *site* do Geledés, Aqualtune era filha do Rei do Congo, país da África Central. Ela foi capturada e trazida como escrava para o Brasil. Morou no Quilombo dos Palmares e ficou conhecida por ter ficado ao lado de Ganga Zumba, o antecessor de Zumbi dos Palmares. Acotirene, também dos Palmares, era considerada a matriarca do quilombo. A matéria completa está disponível em: encurtador.com.br/acwTU. Acesso em: 12 set. 2022.

mulheres. Contemporâneas. Sueli Carneiro maravilhosa, nossa. Conceição Evaristo então, socorro.

É notável que, no caso de Carolina Maria, a teoria e as leituras foram puxadas pela sua prática militante, e não o contrário. Percebe-se também que seu primeiro contato parece ter sido com histórias de vida de mulheres negras, e não necessariamente com estudos ou publicações acadêmicas. A trajetória dessas personalidades, como Winnie e Dandara, muitas vezes foi retratada como meramente secundária, em virtude do destaque dado a seus parceiros homens – no caso, Nelson Mandela e Zumbi dos Palmares, respectivamente.

Então, nossa pauta é voltada para autoestima, questão de saúde, então nós fizemos eventos que falavam da questão da saúde, saúde da mulher, sobre o mercado de trabalho. Fizemos exposição de arte, roda de conversa, até nós temos um grupo que nasceu a partir das Quilombelas que chama “Tornar-se negra”. E o nome foi dado porque começou com a leitura do livro da Neusa Santos que chama Tornar-se negro. Neusa Santos não sei se você já teve contato (CAROLINA MARIA).

A obra *Tornar-se negro* (1983) é, inclusive, um outro exemplo da atuação profissional incitando a produção teórica-científica e a militância. A partir da sua formação e trabalho como psiquiatra e psicanalista, e por meio da sua experiência pessoal como mulher negra em ascensão social no Brasil de meados do século XX, Neusa Santos Souza (1948 – 2008) elaborou uma pesquisa de mestrado com foco no “[...] custo emocional da sujeição, negação e massacre de sua identidade original, de sua identidade histórico existencial” (SOUZA, 1983, p. 29).

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (SOUZA, 1983, p. 28).

Assim como na fala dessa autora, encontrou-se nas narrativas de colaboradoras desta pesquisa uma articulação entre suas experiências, convivências em grupos e movimentos sociais, e também uma busca por teorias/conhecimentos que dialoguem com suas realidades. Segundo elas, a produção de autores e autoras negras e as teorias que versam sobre assuntos relacionados à experiência de indivíduos negros proporciona-lhes compreensão e explicação sobre suas vivências, como confidencia Cidinha:

Cara, eu comecei com a Djamila [Ribeiro]. Eu comecei, eu acho que o primeiro livro com temática racial foi o da Djamila, foi “Quem tem medo do feminismo negro”. E é um livro supersimples, mas foi extremamente importante porque ali, naquele livro da Djamila, ela apresenta outras mulheres, Lélia Gonzalez, é, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento. E eu fui procurando essas mulheres, fui lendo. E aí através delas eu conheci Abdias do Nascimento, conheci outros intelectuais negros,

e aí eu comecei a ler também mais literatura negra, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus... E aí foi. É um caminho sem volta, né? Quando você tira a venda da ignorância, é uma dor, mas também é uma delícia, porque daí você passa a entender melhor os contornos da sociedade que você vive (CIDINHA – grifos da autora).

O acesso a esse material teórico e literário possibilita tirar “a venda da ignorância”, nas palavras de Cidinha. Mais adiante, ela acrescenta que, por conta das altas taxas de analfabetismo da população negra brasileira, fica muito desafiador combater notícias falsas, por exemplo. Essas notícias, por vezes, veiculam conteúdo preconceituoso e racista, e quando não são devidamente interpretadas e rejeitadas, podem gerar danos individuais e coletivos.

É esse lugar que é o do fanatismo religioso, da ignorância intelectual, da ignorância de interpretação de texto, porque na grande maioria nós somos analfabetos funcionais, a gente não consegue interpretar um texto simples (CIDINHA).

Paixão (2005) analisa os dados de analfabetismo no Brasil com base no Censo Demográfico de 2000, apontando os principais recortes raciais:

Assim, segundo os indicadores do Censo Demográfico de 2000, a taxa de analfabetismo dos negros maiores de 15 anos, em todo o Brasil, era de 18,7% e, a taxa de analfabetismo funcional da população negra maior de 15 anos era de 36,1%. Estes percentuais eram substancialmente maiores do que o verificado entre a população branca cujos percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional eram de, respectivamente, 8,3% e de 20,8%. Ou seja, se em relação ao indicador de analfabetismo funcional, a taxa verificada entre os negros/as era 73% maior do que a observada entre os brancos, no caso da taxa de analfabetismo, este valor relativo era 125% maior (PAIXÃO, 2005, p. 136).

Com base nesses dados, surgem estes questionamentos: Como pensar exclusivamente em diálogos teórico-práticos no âmbito dos feminismos negros, quando é negado à população negra o acesso à educação? Como discutir as opressões sem conseguir garantir que todos possam participar efetivamente do debate?

E foi por isso que eu fui para educação, sabe? Porque eu acho que... (pausa)... é o único meio, talvez, que a gente consiga alguma mudança efetiva [...] Então eu acho que é ali na educação que a gente vai conseguir ter algum avanço, porque eu não acredito no poder das Instituições sem a educação, sem o amparo da educação. Eu não acredito na política, na polícia, como meio de transformação social para pessoa negra (CIDINHA).

O processo de elaboração de suas identidades passa pela prática social, que pode levar às teorias acadêmicas que, por sua vez, também participam da construção identitária – mesmo que seja na consolidação de uma identidade “negativa”.

Eu respeito muito as teóricas feministas negras, a maioria delas são as minhas referências intelectuais e teóricas, bell hooks, Lélia Gonzales, Angela Davis, Sueli Carneiro, mas eu não sou uma mulher feminista (CIDINHA).

Quando questionadas sobre perspectivas para o futuro, as colaboradoras trouxeram diferentes visões sobre os avanços já alcançados pelos movimentos feministas e sobre como continuar atuando daqui em diante.

Nós temos muita questão, por exemplo, da questão da autoestima, da questão desse empoderamento, dessa consciência de si, de aceitação do corpo, principalmente. Essa questão do cabelo, atravessa demais as mulheres, principalmente as mulheres negras. E tudo isso é graças à militância, né? (CAROLINA MARIA)

Hall (2003) concorda que, culturalmente, aqueles que eram/são vistos como “diferentes” conseguiram adentrar em alguns espaços dominantes. Ele atribui isso às lutas sociais, à produção de novas identidades e à atuação política de sujeitos engajados com esses temas que, segundo ele, constituem uma nova “política cultural”. “Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural” (HALL, 2003, p. 338).

O autor acrescenta ainda que é preciso ter em mente que não é momento de acomodação, como se todas as vitórias já tivessem sido conquistadas. A divisão “ou/ou, ou vitória total ou total cooptação” (HALL, 2003, p. 338) só reforça uma narrativa hegemônica que não funciona quando se está tratando de políticas culturais.

Uma das coisas que aconteceram que mudou a realidade de muitas mulheres negras foi a questão da carteira de trabalho para empregadas domésticas. Mudou a vida de muita mulher negra. Muitas delas tiveram seu registro pela primeira vez depois de anos já trabalhando. Isso sim fez uma diferença na vida de muita mulher negra, socialmente falando. Politicamente falando (MARIA FIRMINA).

Como mencionado anteriormente, o serviço doméstico, herança dos costumes coloniais, continua a ser majoritariamente executado por mulheres negras. De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (DIEESE) divulgados em 2022 e publicados em matéria da Agência Brasil, 92% de todas as pessoas que se ocupam do trabalho doméstico são mulheres, e destas, 65% são negras. A maioria delas têm mais de 40 anos e recebem, em média, menos que um salário-mínimo, que em 2022 foi fixado a R\$1.212,00. Até 2015, no Brasil, não havia legislação/regulamentação que garantisse direitos trabalhistas a essas mulheres. É à Lei Complementar nº 150/2015 que Maria Firmina se refere, no trecho acima.

Em junho de 2015, o Congresso brasileiro aprovou a Lei Complementar n.150 que estende a maioria dos direitos trabalhistas à categoria das trabalhadoras domésticas, um grupo historicamente estigmatizado como “não-trabalhadoras” e excluído da CLT. Essa alteração no sistema jurídico e político brasileiro foi tão significativa que a lei foi descrita como uma “segunda abolição da escravidão” por muitos políticos e pelo próprio governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (ACCIARI; PINTO, 2020, p. 73).

A aprovação da Lei foi, sem dúvida, um passo extremamente necessário para garantia de direitos e legitimidade de um tipo de trabalho que já era amplamente realizado no país, mesmo que sem as devidas condições trabalhistas. Ocorre que medidas como essa são urgentes e indispensáveis, mas não são suficientes para transformar a realidade e as possibilidades de vida e trabalho para a população negra, principalmente para as mulheres.

Para Batista *et al.* (2020), essa transformação passa pela educação, como instrumento para acesso ao conhecimento e à liberdade. Isso leva, novamente, à necessidade de adoção de políticas públicas, como as ações afirmativas iniciadas em 2004. O que se evidencia, com as narrativas, é que ações políticas não conseguem, isoladamente, promover as mudanças estruturais necessárias. Ademais, leis e regulamentações estão sempre sujeitas a revisões, que podem ser incitadas, tanto pela população quanto pelos governantes, o que pode levar à perda de direitos ou avanços conquistados.

Ainda no campo da política institucional, Conceição adverte que uma mudança de governo, no caso uma mudança de presidente da república, pode não resolver “magicamente” todos os problemas enfrentados pelas mulheres e, principalmente pelas mulheres negras.

[...] e aí as pessoas acham que a vida vai melhorar 100%, a vida da mulher vai melhor 100%, não vai, não é isso que vai melhorar, no processo eleitoral, no outro governo, não vai melhorar, tipo a gente não vai deixar de sofrer por machismo, por que o Lula foi presidente, a gente não deixou de sofrer machismo naquela época.

Em relação aos governos de Lula da Silva (1 de janeiro de 2003 – 1 de janeiro de 2011), do Partido dos Trabalhadores (PT), é possível afirmar que inúmeras contradições perpassaram a relação governo-movimentos sociais. Como exemplo, o movimento feminista, na medida em que abriu espaço para as pautas e reivindicações das mulheres junto à Secretaria Especial para as Mulheres, também enfraqueceu em certa medida o movimento, porque estava inserido no espaço governamental/ institucional.

A postura e as ações de cada governo interferem no cotidiano das pessoas e podem, no limite, contribuir ou estancar as agendas dos movimentos sociais, sejam eles movimentos com foco racial, feminista ou com quaisquer outras pautas das ditas “minorias”. Recentemente, há

uma onda de discursos e governos com ideologias contrárias a todos os avanços que haviam sido alcançados, principalmente pelos movimentos feministas e LGBTQIAPN+.

No entanto, o alerta de Conceição, assim como o de Hall (2006), serve para que os movimentos não deixem de buscar espaço nas posições políticas responsáveis por pautar e executar mudanças reais e substanciais na estrutura social que funciona com bases racistas e machistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avançamos bastante e acredito que avançaremos mais. [...] E tem que ir trabalhando para continuar, né? Porque se as minhas ancestrais tivessem desistido, hoje eu não estaria aqui conversando com você.

(Carolina Maria)

De modo geral, a formação das sociedades ocidentais envolve ideologias estruturantes que privilegiam alguns em detrimento de outros. As elites, detentoras do poder econômico e de decisão, geralmente têm atributos muito específicos: são compostas por homens, brancos, heterossexuais, sem necessidades físicas especiais e de ascendência nobre ou burguesa. Qualquer “desvio” desse padrão gera, mesmo dentro do grupo elitizado, nuances de superioridade e inferioridade. É o que acontece com mulheres brancas das classes dominantes, por exemplo. Mesmo que estejam posicionadas em um lugar de privilégios, sociais e de classe, elas estão sujeitas à organização patriarcal, que coloca os homens no topo da hierarquia de poder.

Aos homens brancos e heterossexuais da classe trabalhadora também não são garantidos os mesmos lugares de poder da elite. As camadas e tramas da sociedade capitalista, patriarcal, racista e heteronormativa organizam-se de modo a delimitar os espaços reservados a cada indivíduo dentro do grupo social a qual ele “pertence”. Na base dessa pirâmide estão aqueles(as) que, até pouco tempo atrás, não tinham sequer a sua humanidade reconhecida: os negros e negras.

No Brasil, essa desumanização teve contornos bastante específicos, cruéis e duradouros. Não se pode esquecer que o Brasil foi o país da América que recebeu o maior número de africanos escravizados e que foi o último a abolir a escravidão.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa não possuem os indicadores “preferenciais”, nem de gênero e nem de raça. Esse fato, somado à constituição econômica e de trabalho imposta aos grupos marginalizados do pós-abolição, faz com que muitas mulheres negras ocupem também posições inferiorizadas na hierarquia de classes.

Não se trata aqui de um somatório ou de mera sobreposição de opressões, mas de um contexto histórico e sistêmico de funcionamento do Brasil que não garante as mesmas possibilidades e oportunidades aos seus cidadãos. Como essa discriminação se baseia em ideologias de preconceito racista, sexista e classista, as mulheres negras enfrentam essa totalidade de exclusões.

Os feminismos negros, em suas diversas manifestações, que envolvem desde agrupamentos e movimentos sociais até a produção de teorias acadêmicas, identificam essa posição/realidade das mulheres negras e procuram, de diferentes formas, meios de atuar como fonte de apoio, de colaboração entre mulheres negras e de conscientização da sociedade.

As narrativas que sustentam o presente trabalho, criadas e compartilhadas por mulheres negras que tiveram suas trajetórias atravessadas por manifestações dos feminismos negros, suscitaram, acima de tudo, reflexões. Não aquele tipo desprezioso ou despreocupado de reflexões, mas aquelas inconformadas, politizadas, engajadas. Escutar mulheres negras é uma atitude que só recentemente emergiu das profundezas do mundo ocidental. Elas têm um mundo inteiro, só delas, para partilhar e para nos ensinar.

Com o objetivo de escutá-las e compreender, a partir de suas trajetórias de vida, como se deram os seus processos identitários, uma conclusão parece brotar das palavras: o preconceito racial e o racismo fazem parte da construção identitária dessas mulheres, sem exceção. Não que esse processo tenha se dado da mesma forma para todas, ou que tenha aparecido no mesmo momento de suas vidas – aliás, tão distintas –, mas as situações de racismo compõem os fatos da trajetória de vida que elas escolheram relatar.

As identidades “racializadas”, termo que surge nas narrativas, vão se desvelando a partir do contato social que, devido ao racismo, muitas vezes é violento. A “normalização” do corpo branco como padrão e referência age na formação, tanto de crianças brancas quanto de crianças negras. As histórias de racismo começam na infância e, por isso mesmo, acompanham o processo de formação identitária das participantes deste trabalho. Isso corrobora o referencial teórico pesquisado, que versa sobre como se forma a identidade negra, no contexto da sociedade em que vivemos, tendo como referencial o ideal do sujeito branco.

Ainda no que diz respeito à identidade, as narrativas sugeriram que o tom da pele e características físicas que são mais ou menos associadas à “raça” negra interferem no modo como a consciência racial se constitui. Em diferentes momentos, a questão do tom de pele e do tipo de cabelo apareceu como explicação para situações vividas e, também, como justificativa para o modo como elas se viam e eram vistas pelos outros. A “mestiçagem”, tão abordada em teorias e pesquisas sobre a “identidade brasileira”, tem implicações práticas na trajetória das mulheres negras ouvidas nesta pesquisa.

Na aproximação com movimentos sociais e nas atividades desempenhadas por elas nesses grupos, percebemos a distinção que fazem entre a militância e o ativismo. Ao analisar o que elas enxergam de diferente nessas duas práticas, identificamos a percepção que têm a

respeito de si e de outras militantes/ativistas, a partir do modo como desempenham essas “funções” sociais nos movimentos. No Brasil, os dois termos são, muitas vezes, usados como sinônimos, mas o advento das redes sociais e a onda de manifestações sociais que ganhou corpo desde 2013 fizeram com que esses conceitos fossem repensados, tanto no âmbito da própria organização dos movimentos, como nas pesquisas acadêmicas.

Por meio das narrativas, depreendemos também que os feminismos negros, em suas práticas, pensamentos, ações e teorias, vão muito além de conceitos teóricos produzidos dentro do limite das universidades. Maneiras predeterminadas de ativismo ou militância dos feminismos negros não são capazes de conter as *práxis* desempenhadas por mulheres negras que questionam as opressões vivenciadas ou testemunhadas. Talvez por suas condições específicas de vida ou por delimitações teóricas muito estreitas do que seria, em tese, uma “feminista negra”, encontramos atitudes de resistência e enfrentamento de mulheres negras que fogem aos padrões “esperados”. A subalternidade ou mesmo a consciência/letramento racial tardio não impedem mulheres negras de, ao seu modo, lutarem contra aquilo que percebem como injusto ou opressivo.

Na vida das colaboradoras desta pesquisa, verificamos, de modo empírico, que as suas condições sociais e econômicas demonstram que a posição de mulher negra é distinta de outras posições “semelhantes”, como a do homem negro, da mulher branca ou do trabalhador assalariado. Somos levados a pensar, no desenrolar das histórias, que a trama interseccional, tem ganhado espaço em discussões sobre os feminismos negros.

A interseccionalidade é um conceito ou forma de explicar por que a mulher negra convive com imposições de subalternidade que ganham contornos específicos a partir da costura de indicativos raciais, de gênero, classe, sexualidade, entre outros. Analisar somente o racismo não explicaria, por exemplo, o fato de que o maior número de empregadas domésticas no Brasil é de mulheres negras. Essa foi uma das situações apontadas pelas participantes.

Em mais de uma família e em mais de uma história, o trabalho doméstico aparece como pano de fundo de problematizações que as entrevistadas fizeram sobre sua infância e escolhas profissionais. A figura da mãe como trabalhadora doméstica, geralmente empregada por patrões brancos, influencia o desenvolvimento de mulheres negras na medida em que isso se torna um referencial a ser seguido ou a ser questionado, na tentativa de escrever para si uma história pessoal e profissional diferente.

Trazemos esse exemplo para ilustrar como a conjugação estrutural de subalternidades apresenta quadros, às mulheres negras, que não são contemplados pelas pautas prioritárias de movimentos/manifestações que não dialogam com a ideia de condições múltiplas e, ao mesmo tempo, específicas de opressão. Os feminismos hegemônicos, por exemplo, se ficarem presos a uma noção de mulher fragilizada, que não pode sair de casa para trabalhar, por imposições do marido ou da própria cultura vigente em determinada época, não poderão compreender a reivindicação de mulheres negras que, por terem trabalhado a vida toda no emprego doméstico, desejam que suas filhas tenham oportunidades dignas e igualitárias de estudo e trabalho, para romperem com o ciclo que relega mulheres negras à cozinha e aos trabalhos domésticos precarizados desde o tempo da escravidão no Brasil.

Do mesmo modo, questões relativas à maternidade, que apareceram nas narrativas, se forem silenciadas ou diminuídas em prol de uma luta exclusivamente antirracista ou anticapitalista, deixarão de fora as necessidades e os conflitos que mulheres negras enfrentam quando decidem ser mães. Especialmente na conjuntura de vida da população negra, essa mulher certamente será mãe e continuará a equilibrar seus imperativos de trabalhadora (provavelmente precarizada e sem a proteção do Estado e do seu empregador para a criação do seu filho), de mulher negra (com todas as imagens e posições estereotipadas que sua “categoria” de raça e gênero compelem) e de, possivelmente, ativista ou militante (seja por causas sociais que afetam a sua vida e seu entorno ou por causas raciais e de gênero).

Nas falas de algumas mulheres negras entrevistadas, a interseccionalidade aparece como algo ainda novo, mas indispensável para os feminismos negros e seus avanços. Apesar disso, nessas considerações finais no tocante às narrativas, percebemos que, tanto no processo identitário, quanto na *práxis* e até nas perspectivas para o futuro dessas mulheres negras, o racismo fica bem mais evidente do que as questões de gênero e classe. Ao longo das histórias, observamos aspectos marcantes de suas condições de classe e de gênero, mas isso parece estar menos latente nos seus discursos do que a questão racial. É como se a autopercepção ou a autoafirmação que se relaciona com o fato de serem mulheres e de pertencerem à classe trabalhadora, grosso modo, viessem “em decorrência” da consciência racial. Nas teorias feministas negras, encontramos diferentes vertentes. Apesar de grande parte não se furtar à constatação de que mulheres negras estão sujeitas à, no mínimo, três performances de abusos – raça, gênero e classe –, o enfoque pode ser mais direcionado para uma ou outra variável, se elas forem entendidas, separadamente, como categorias. Os feminismos negros, que surgiram

das divergências de pauta com os feminismos hegemônicos e com os movimentos negros, também encontram seus desafios.

Evidentemente, reconhecem-se as contradições existentes nas narrativas na medida em que as experiências das participantes são singulares, contudo a questão racial foi e ainda é central para elas, o que reforça o debate e a luta dos movimentos feministas negros.

Na leitura e interpretação das narrativas, percebemos que a construção identitária das mulheres que participaram deste trabalho passa por diálogos entre teoria e prática, mas essa teoria parece vir muito mais de seus contatos e relações sociais do que por meio do ensino formal. A leitura de livros sobre pensamentos feministas negros, por exemplo, aconteceu por indicação/influência de colegas ou de outras participantes de movimentos sociais, culturais e/ou políticos. Aparece também a leitura de literatura negra em geral, que, apesar de não ser diretamente escrita por teóricos(as) e cientistas sociais, colabora com a representação simbólica de negras e negros, que se veem em outros lugares e em outras histórias, por meio da literatura escrita por/para/com pessoas negras.

A propósito, em duas narrativas encontramos expectativas frustradas de contato com teóricos(as) e autores(as) negros(as) no âmbito da educação formal, tanto no ensino básico como no ensino superior. Esses relatos traduzem a realidade do ensino formal no Brasil que, apesar de alguns pequenos avanços, não foi capaz de introduzir, no âmbito escolar formal, discussões sobre racismo e sexismo, e muito menos de incorporar materiais, autores(as) e conteúdos que contemplem as questões de raça e gênero. Esses temas, ainda hoje considerados como “tabus” ou como “temas sensíveis” (conforme afirma uma de nossas entrevistadas), não são abordados/trabalhados de modo a colocar os(as) estudantes – de todas as idades – em contato com conteúdos e discussões que poderiam contribuir para uma formação mais crítica e libertária. Reiteramos que, como demonstram as narrativas, o contato com teorias como as feministas negras geralmente não se dá pela educação formal, mas por outros meios.

Sobre estratégias para atuação futura, identificamos a centralidade de dois caminhos a serem seguidos: a educação e o engajamento político. Aqui se percebe notoriamente a articulação entre a formação e a ação, a consciência e a atitude com potencial transformador. Não vemos, nas falas das participantes, soluções ou estratégias que não passem, de uma forma ou de outra, pela educação e pela política. Individualmente ou quando falam em possibilidades para movimentos sociais e de mulheres, encontramos nas narrativas o papel fundamental do acesso à educação formal de qualidade para todos, sobretudo para a

população negra, como forma de avançar no combate às desigualdades e ao racismo. A mesma importância têm os discursos em prol de mobilizações políticas que incluam candidatas(as)/partidos/pautas e políticas públicas que estejam alinhadas com as necessidades e reivindicações de movimentos e indivíduos que defendam – legitimamente – as causas da população negra brasileira, das mulheres negras, em particular, e de outros grupos marginalizados.

Concluimos que, com a análise das narrativas e triangulação com referências teóricas e contexto histórico social, foi possível aumentar a compreensão sobre a percepção de mulheres negras de São José dos Campos e Taubaté a respeito dos movimentos feministas negros, assim como das implicações de suas práticas em movimentos sociais na construção de suas identidades e narrativas. Sabemos que essas histórias são singulares e que, portanto, carregam suas particularidades e subjetividades, mas, quando interpretadas à luz dos acontecimentos históricos, das produções teórico-científicas e dos dados que descrevem a conjuntura econômico social, sobretudo do Brasil, atesta-se a representatividade coletiva de muitos desses fatos e relatos. A voz da mulher negra, quando ouvida, desvenda e elucida a realidade de tantas outras que compartilham dos mesmos “indicadores” raciais, de gênero e de classe, e que compartilham experiências pessoais individuais e experiências coletivas.

REFERÊNCIAS

ACCIARI, L.; PINTO, T. Praticando a equidade: estratégias de efetivação de direitos no trabalho doméstico. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 73-90, 2020.

ADICHIE, C. N. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2015.

ALMEIDA, C. S. **Feminismo negro**: luta por reconhecimento da mulher negra no Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

_____. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARENDT, H. **A Condição Humana**/Hannah Arendt. Tradução de Roberto Raposo. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **The human condition**. University of Chicago press, 2013.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AZEVEDO, C. M. M. de. A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 1, p. 163-191, 2018.

BARBOSA, E. E. **Negras Lideranças**: mulheres ativistas da periferia de São Paulo. São Paulo: Dandara Editora, 2019.

BATISTA, L. M. et al. A Educação em favor da emancipação das mulheres negras. **Revista Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, 2020.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: A Experiência Vivida. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2, 1980.

BERTOLDO, S. “Sou negra e minha mãe branca disse que não existe negro bonito no Brasil”. **Gênero e Número** [online]. 08 mar. 2022. Reportagens. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/racismo-mulheres-negras/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

BUTLER, J. Gender Regulations. In: BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York, London: Routledge, 2004, p.40-56. Tradução: Cecília Holtemann. Revisão: Richard Miskolci. *Cadernos Pagu*. 2014, n. 42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Balanco 2015, Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180**. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Presidência da República, 2015c. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2015.pdf>> Acesso em: 29 nov. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.990**, de 9 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2014. Seção 1, P. 3. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL, **Lei n. 13.104**, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm>. Acesso em: 29 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

CARDOSO, C. P. **Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras**. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2012.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008. Acesso em: 23 jun. 2021.

CASTRO, C. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CICCIA, L. Dimorfismo sexual: natural? Uma reinterpretação crítica das diferenças biológicas. **Revista Bioética** [online]. 2021, v. 29, n. 1, p. 66-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422021291447>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CHAVES, R. S. L.; FINCO, D. **Desigualdades, violências e pandemia**: mulheres em redes na construção de uma pedagogia crítica feminista. Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do *podcast* ao livro. Organizadores Marcia Aparecida Gobbi, Juliana Diamante Pito. São Paulo: FEUSP, 2021, p. 301-312.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

_____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu** [online]. 2017, n. 51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: **Reflexões e práticas de transformação feminista**/ Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4).

CONCEIÇÃO, A. A. B. **O Café no Vale do Paraíba**. Origem e Decadência. In: III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Tecnologia para o Desenvolvimento Social. p. 11, 2014.

COSTA, E. V. da. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 29 jul. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DANTAS, S. S. Identidade política e projetos de vida: uma contribuição à teoria de Ciampa. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

DJOKIC, A. Colorismo: o que é, como funciona. **Portal Geledés**, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

EM 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. **G1** [online]. 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/14/em-2019-brasil-tinha-quase-40-milhoes-de-pessoas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

ENGEL, C. L. Educação e treinamento da mulher. Brasília, DF: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_b_educacao_e_treinamento_da_mulher.pdf Acesso em: 01 mar. 2023.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOTO DE e Alckmin é criticada nas redes: ‘Racismo e misoginia partidária’. **O Globo** [online]. 09 de abr. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/foto-de-lula-e-alkmin-e-criticada-nas-redes-racismo-e-misoginia-partidaria.html>. Acesso em: 29 nov. 2022.

FELIX, C. B.; SILVA, L. C. Heroínas de todo mundo: mulheres negras que resistem às imagens de controle. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 39, 2022.

FERNANDES, F. M. B.; MOREIRA, M. R.; FORTES, P. D. Subsídios para a construção de projetos em pesquisa social: reflexões epistemológicas e metodológicas. **Saúde em Debate** [online]. v. 41, n. 112, p. 33-48, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711204>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; equipe de lexicografia Margarida dos Anjos... [et al.]. – 6. ed. rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2007.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. *In*: WOOD JÚNIOR, Thomaz (coord.). **Anuário de Pesquisa GV 2016-2017**. São Paulo, SP: FGV-EAESP, 2016, p. 10-15.

FRACCARO, G. C. C. **Os direitos das mulheres** – organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). 198 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/978918>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GÓES, J. M. de Reflexões sobre pigmentocracia e colorismo no Brasil. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 5, n. 4, p. 14741-01i, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/14741>. Acesso em: 07 mar. 2023.

GOMES, G. P. de S. PRETOS E PARDOS, UNI-VOS. OS DESAFIOS DE (O) SER NEGRO NO BRASIL DO SÉCULO XXI. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, v. 2, n. 1, p. 80-106, 2021.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Organização Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, S. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovík; Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro -11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados de pesquisa: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: fevereiro 2016**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=4>. Acesso em: 29 nov. 2022.

JOHNSON, G. A. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.) **Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MANO A MANO. Entrevistada: Glória Maria. Entrevistador: Mano Brown. [S. l.]: Spotify, 09 dez. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7Cp1UH7ummJ0VS0Hw9PuNG?si=332d301693054728>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, p. 201-208, jul. 2014.

MARCONDES, R. L. **A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870**. Série Economia (TD-E/10). São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, M. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MIRANDA, S. F. Políticas de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. **Revista Psicologia e Sociedade**. (29), p. 1-11, 2017.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981. (Série: A questão social no Brasil)

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

OLIVEIRA, F. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, v. 18, p. 57-60, 2004.

PACTO DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL. **A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro: desigualdades salariais, representatividade e educação entre 2010 e 2022**. 28 nov. 2022. Disponível em: https://storage.googleapis.com/pacto-public-documents/report_black_women.pdf. Acesso em: 1 mar. 2023.

PINHO, O. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. **Portal Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, ano 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. Tradução de Dina Lida Kinoshita. **Revista Novos Rumos**, Ano 17, nº 37, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>. Acesso em: 25 nov. 2022.

REIS, M. C. G. Origens e significados do termo raça. **Portal Geledés [online]**, 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/origens-e-significados-do-termo-raca/?gclid=CjwKCAiA7IGcBhA8EiwAFfUDsZwPPkQC3iAUtMdYQxOzl1Kf_MWiTJeMkZEgrjJ-gETjqZWczByNAXoCKwwQAvD_BwE. Acesso em: 25 nov. 2022.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** – Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

RIBEIRO, S. L. S.; CARVALHO, M. L. M. **História Oral na Educação: memórias e identidades**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

RIBEIRO, S. L. S.; DE OLIVEIRA, P. R. Narrativas em rede: argumentos coletivos e histórias de vida na educação. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 4, p. 412-430, 2018.

RIBEIRO, S. L. S. **Tramas e traumas: histórias de vida e identidades em marcha**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RICHARDSON, Marilyn (org). Maria W. Stewart: America's First Black Woman Political Writer. **Essays and Speeches**. Indiana University Press, 1987.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. G. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2021.

ROTHER, E.T. **Revisão sistemática x revisão narrativa**. (Editorial). São Paulo: Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. – (Coleção Brasil Urgente)

SALES, A. L. L. de F.; FONTES, F. F.; YASUI, S. Para (re)colocar um problema: a militância em questão. **Temas Em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 565-577, 2018.

SANTOS, B. L. dos. A práxis coletiva do feminismo negro na luta pelo direito à cidade. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 351-366, 2021.

SANTOS, J. da S.; SANTOS, J. S. dos; ASSIS, L. M. de. Militância da mulher negra no Brasil e a ideologia de gênero: há machismo no movimento negro? **Revista Philologus**, v. 27, n. 81 Supl., p. 1674-88, 2021.

SANTOS, P.; PASSOS, J. As crianças são racistas? **Portal Geledés [online]**, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-criancas-sao-racistas/>. Acesso em: 19 set. 2022.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEIS MULHERES morrem a cada hora em todo o mundo vítimas de feminicídio por conhecidos, diz ONU. **G1 [online]**. 26 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/26/seis-mulheres-morrem-a-cada-hora-vitimas-de-femicidio-por-conhecidos-em-todo-o-mundo-diz-onu.ghtml>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SENKEVICS, A. S. De Brancos para Negros? Uma Análise Longitudinal da Reclassificação Racial no Enem 2010-2016. **Dados**, v. 65, 2022.

_____. O conceito de gênero por Judith Butler: a questão da performatividade. **Portal Geledés [online]**, 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SOTO, M. C.M. **Pobreza e Conflito**. Taubaté 1860-1935. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1983.

TELES, E. L. de A. Práxis e poiesis: uma leitura arendtiana do agir político. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 6, 1/2005, p. 123-140.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – UNESP. **Tipos de revisão de literatura**, Unesp, Botucatu, 2015. Biblioteca Dante Moreira Leite. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

VEIGA-NETO, A. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2012, v. 17, n. 50, p. 267-282. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200002>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, s.l., v. 14, n. 41, p.165-189, 12 jul. 2014. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015 Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em: 29 nov. 2022.

WOOLF, N. **O Mito da Beleza**. Como as Imagens de Beleza são usadas contra as Mulheres. Tradução de Waldéa Barcellos. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em 23 jun. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Parte I

Dados Gerais

Nome:

Local e Data de Nascimento:

Cidade de Residência:

Formação:

Ocupação atual:

Ocupações anteriores:

Idade:

E-mail:

Telefone:

Parte II

Eixos Norteadores da Entrevista

1. Reconhecimento do “ser mulher negra”
2. Início da aproximação com as discussões do movimento feminista negro
3. Compreensão sobre especificidades e definições do feminismo negro

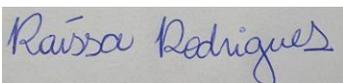
Parte III

Roteiro de entrevista

1. Conte alguma lembrança da sua infância.
 - a. Viveu alguma situação de preconceito na infância?
2. Poderia contar um pouco da sua família?
 - a. Histórias/vivências que ficaram marcadas.
3. Quando começou a se aproximar das discussões do movimento feminista negro?
 - a. Teve contato com a teoria feminista ou com pensamentos do feminismo negro?
 - b. Gostaria de citar pessoas com as quais se identificou, durante essa jornada?
 - c. Leu algum livro que tenha inspirado sua trajetória?
 - d. Compartilhe dificuldade e/ou contradições de ser uma ativista.
4. Em sua opinião, quais são as principais características ou pautas do feminismo negro?
5. Quais são suas perspectivas de atuação futura, para si e para o movimento?

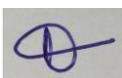
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. [REDACTED] está sendo convidada a participar como voluntária da pesquisa **NARRATIVAS PRETAS: o feminismo na voz de mulheres negras**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Raíssa Rodrigues**. Nesta pesquisa pretendemos “conhecer a percepção de mulheres negras sobre os movimentos feministas negros e sobre a construção de pautas feministas”, por meio de entrevistas, gravadas em mídia, utilizando uma técnica denominada história oral. As entrevistas serão gravadas, todavia não serão utilizadas imagens. Dessa forma, o áudio será utilizado apenas para a transcrição das narrativas, portanto não serão divulgados ou identificados. Há benefícios e riscos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os benefícios consistem em aumento do conhecimento sobre os movimentos dos feminismos negros em São José dos Campos e Taubaté e também maior visibilidade das pautas feministas. Os riscos serão mínimos e quase nulos, mas pode ser que alguma pergunta cause desconforto. Entretanto, para evitar que ocorram danos, o colaborador pode se recusar a responder, ou, ainda, sugerir a mudança do tópico. Caso haja algum dano ao participante, será garantido apoio para eventuais questões emocionais decorrentes da abordagem deste assunto. Para participar do a Sra. não terá nenhum custo, por isso poderá indicar a data e o horário a ser realizada a entrevista, que acontecerá de modo *online*, todavia não receberá qualquer vantagem financeira. A Sra. receberá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar, sem que venha a sofrer qualquer penalidade ou modificação na forma como será atendida pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição, quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. A Sra. não será identificada em nenhuma fase da pesquisa e nem em publicação que dela possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias: uma delas será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida à senhora. Para outras informações, a Sra. poderá entrar em contato com o pesquisador por telefone (12) 99651-5997, “inclusive ligações a cobrar”, ou pelo e-mail raissarodriguesbr@gmail.com. Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, a Sra. poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU, na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br. A pesquisadora responsável declara que a pesquisa atende ao disposto na Resolução CNS 466/12.



Raíssa Rodrigues

Rubricas: pesquisadora responsável



participante



1/1

Consentimento pós-informação

Eu, [REDACTED], portadora do documento de identidade [REDACTED] fui informada dos objetivos da pesquisa **NARRATIVAS PRETAS: o feminismo na voz de mulheres negras** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e deixar de participar, sem que venha a sofrer prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

São José dos Campos, 05 de março de 2022

[REDACTED]

Assinatura da Participante

Rubricas: pesquisadora responsável  participante  1/2

ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SER MULHER NEGRA: O FEMINISMO NA VOZ DE ATIVISTAS DO VALE DO

Pesquisador: RAISSA RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53061321.2.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.162.808

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a ser desenvolvida com a Metodologia da História Oral. O instrumento da pesquisa será a entrevista guiada por um roteiro. Serão entrevistadas seis ativistas, duas de cada uma das principais cidades do Vale do Paraíba: São José dos Campos, Taubaté e Jacareí. A análise dos dados será feita por meio da técnica da triangulação. Como resultado da pesquisa, espera-se conhecer e compreender como ativistas do movimento feminista negro da Região do Vale do Paraíba percebem sua atuação no movimento, bem como o processo de construção e desenvolvimento das pautas feministas nesta região.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender a percepção de ativistas do movimento feminista negro sobre o processo de construção da pauta feminista na Região Metropolitana do Vale do Paraíba

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequada avaliação de riscos e benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pendências atendidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE apresentado de forma adequada.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3624-1657 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep.unitau@unitau.br



Continuação do Parecer: 5.162.808

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 10/12/2021,, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1848046.pdf	17/11/2021 19:47:53		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5107869.pdf	17/11/2021 19:48:29	RAISSA RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CORRIGIDO.docx	17/11/2021 19:45:24	RAISSA RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Raissa_CORRIGIDO.pdf	17/11/2021 19:44:10	RAISSA RODRIGUES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	02/11/2021 17:41:33	RAISSA RODRIGUES	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	02/11/2021 17:40:55	RAISSA RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHAROSTO.pdf	02/11/2021 16:41:31	RAISSA RODRIGUES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Pesquisador_Raissa.pdf	25/10/2021 19:01:48	RAISSA RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
 Bairro: Centro CEP: 12.020-040
 UF: SP Município: TAUBATE
 Telefone: (12)3624-1657 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep.untau@untau.br



Continuação do Parecer: 5.162.808

TAUBATE, 14 de Dezembro de 2021

Assinado por:
Wendry Maria Paixão Pereira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATE
Telefone: (12)3624-1657 Fax: (12)3635-1233 E-mail: cep.unitau@unitau.br